

**UNIVERSIDADE DE UBERABA  
THEREZA CAROLINA GONÇALVES VIEIRA**

**CÓDIGO DE CONDUTA COMO INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO EM  
VALORES DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS:  
UM ESTUDO COMPARATIVO**

UBERABA - MG  
2012

**THEREZA CAROLINA GONÇALVES VIEIRA**

**CÓDIGO DE CONDUTA COMO INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO EM  
VALORES DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS:  
UM ESTUDO COMPARATIVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Alzira de Almeida Pimenta.

UBERABA - MG  
2012

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos familiares, amigos, ao meu amor – Renato, e demais pessoas que, de alguma forma e em algum tempo, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Desde o incentivo para participar do processo seletivo quando elas acreditaram em mim, muito mais do que eu mesma, passando pela ansiedade em aguardar o resultado para ver meu nome na relação dos aprovados; depois, os problemas que surgiram durante toda essa caminhada, problemas esses que me fizeram pensar em desistir, o que não o fiz porque essas mesmas pessoas me deram força para continuar e acreditar que as dificuldades (todas) e as horas solitárias necessárias para a pesquisa e escrita do trabalho valeriam a pena, para chegar até esse momento de ver meu trabalho concluído, e dizer: “Está pronto! Consegui e VALEU A PENA!”

Cada uma dessas pessoas, a seu tempo e a seu modo, marcaram essa viagem que foi o curso de Mestrado.

Nesse tempo, alegrei-me em alguns dias e chorei em outros. Muitos outros. Mas tive bons, excelentes e memoráveis momentos. Como as “bagunças” na sala de aula com os colegas, as trocas de bilhetinhos, os risos escondidos, os olhares de cumplicidade, o sono nas aulas após o almoço, em dias de chuva, dias de frio, dias de muito calor em que o ventilador só funcionava quando queria! E nesses dias, de aula, quando eu podia ser só estudante e mais nada e, nos dias de Estágio Docente, quando eu me lembrava que, sim, eu sou professora! Nesses momentos, quando todos os problemas ficavam lá fora, era quando eu mais me reconhecia, era onde eu me encontrava...

Dias em que sozinha, na minha mesa de estudo em minha casa, me perguntava “Será que isso realmente vale a pena?”, ao que as pessoas que me amam me respondiam: “Vale sim! Por isso, levanta a cabeça, olha pra frente e segue!”. E eu segui.

Durante essa viagem, aprendi, a duras penas, que a trama da vida é tecida com os fios das nossas conquistas, com as lágrimas dos problemas vividos e enfrentados, pelas marcas que as lutas deixam na nossa alma e pelas relações de amor e amizade que construímos ao longo da nossa vida, relações essas, construídas justamente nos momentos mais difíceis.

E duas coisas muito importantes que ficaram: que o caminho só existe quando você passa, deixando suas pegadas pelo chão e que, agora, depois de toda luta e de tanto caminhar, tenho consciência do quanto que ainda não sei.

## AGRADECIMENTOS

Neste período aprendi que um trabalho que você realiza, seja ele qual for, é a extensão do que você é. Então, para que algo de valor seja realizado ou construído, isso deve primeiro, existir em você, que é a pessoa que cria. Por esse motivo, agradeço sinceramente e profundamente a todas as pessoas que me encorajaram e me ajudaram a produzir esse trabalho que, para mim, é algo de muito valor em minha vida.

Dessa forma, agradeço a Deus, que me proporcionou a oportunidade de viver essa vida, no corpo físico que eu merecia, no lar que eu precisava, na família que me acolheria e que estaria sempre ao meu lado para o que fosse. Tudo exatamente de acordo com o meu adiantamento espiritual e moral. Nem mais, nem menos, mas o justo para as minhas lutas terrenas.

Aos meus pais que, muito mais com seus exemplos do que com palavras, me ensinaram valores como o respeito, a coragem e a confiança em que dias melhores sempre vêm (sempre!) e que errar é próprio da nossa condição de humano. A lição é perdoar a si mesmo, perdoar o outro, amar e seguir.

Aos meus irmãos, Zéca, Ana e Suca, os quais me lembram, todos os dias, o valor da família, da união e o valor de ter com quem contar. E da mesma forma agradeço à Osana, à Alessandra, ao João Bosco, à Thaísa (sua hora vai chegar, minha filha! Acredite!) e à Laís (branquinha).

Às minhas amigas Rosana e Stael, que acompanham meus passos desde a adolescência quando sonhávamos ser tanta coisa. Cada sonho sonhado, cada conquista, cada decepção, frustração, cada riso, cada lágrima. Tudo, sempre foi compartilhado.

À minha amiga/irmã e mãe dos meus filhos, Luciana (Lu), por estar sempre ao meu lado, tendo sido, em muitos momentos, meu esteio emocional e espiritual.

Ao meu amor, Renato, quem sempre me incentivou, me apoiou e me amparou. Por segurar minha mão, caminhar comigo e me ajudar a evoluir.

Aos meus filhos Diego e Isabela, aos quais devo tudo; principalmente a vontade de não desistir. Nunca!

À coordenadora do Mestrado em Educação da Uniube, Prof<sup>a</sup> Vânia M<sup>a</sup> de Oliveira Vieira e demais professores da Comissão de Bolsas, os quais me estenderam a mão em um momento de dificuldade, elegendo-me para ser aluna-bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), oferecendo-me, dessa forma, suporte financeiro como apoio para a continuação do desenvolvimento desta dissertação.

E por fim, à minha querida Professora Maria Alzira de Almeida Pimenta, que foi muito mais do que minha Orientadora. Foi meu guia seguro nas horas incertas, minha amiga, confidente e, em alguns momentos, quando eu não pude ser, ela foi eu mesma. O exemplo da sua própria trajetória de vida me inspira a seguir e a acreditar que tudo pode mudar.

*EMBORA NINGUEM POSSA VOLTAR ATRÁS E FAZER UM NOVO COMEÇO,  
QUALQUER UM PODE COMEÇAR AGORA E FAZER UM NOVO FIM.*

*(Chico Xavier)*

*Nós nos transformamos naquilo que  
praticamos com frequência.  
A perfeição, portanto, não é um ato isolado.  
É um hábito.*

*Aristóteles*

## RESUMO

Um dos problemas da atualidade, na educação, é o comportamento antissocial dos estudantes. O presente estudo investigou se a existência e manutenção de um código de conduta nas universidades poderia figurar como uma nova forma de tratar a questão da educação em valores, como um instrumento educativo que proporcione a vivência cotidiana e rotineira dos valores. Dessa forma, o estudo consistiu num levantamento, descrição e análise comparativa do código de ética de duas instituições brasileiras de ensino superior: a Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). O objetivo geral foi investigar de que maneira a existência de um código de conduta poderia contribuir para a formação de valores e princípios em jovens universitários, transformando-os em hábitos. Dentre os objetivos específicos, destacaram-se: levantar a produção bibliográfica e documental, relacionada ao tema e ao problema da pesquisa; identificar e examinar os fundamentos e pressupostos nos quais foram embasados os códigos das universidades investigadas e analisar como alguns valores, preceitos, como também a ética e a moral foram abordados e tratados nesses documentos. Como referencial teórico, elegemos os filósofos e autores cujos pensamentos possuem convergência entre ética, disciplina e educação como Rousseau (1995), Kant (1996), Platão (1997), Savater (2002), Charlot (2005), Biaggio (2006), Moretto (2007), Araújo (2007), Puig (2007), Schulz (2008), Bombino (2009), Dalarosa (2009) e Aristóteles (2009). Em Morin (2003), La Taille (2008), Cortella (2009) e Vazquez (2001), buscamos auxílio quanto às definições de conceitos como cultura, ética e moral, apresentados e defendidos em nosso trabalho. As considerações finais revelam que se as normas e regras expressas em um código moral (de ética ou de conduta) não forem praticadas e vivenciadas cotidiana e rotineiramente, o código torna-se “letra morta”, não passando de um texto, um documento o qual deve ser apenas consultado quando problemas de convivência surgirem. Dessa forma, a vivência diária de valores expressos em um código de conduta, auxilia, e muito, na fixação desses, até que o agir de forma refletiva e com base em valores socialmente desejáveis, se torne um costume ou mesmo um hábito para os estudantes contribuindo, dessa forma, para a formação de cidadãos éticos, conscientes e responsáveis de seus atos.

**Palavras-chave:** Comportamento antissocial. Código de conduta. Ética. Formação em valores. Educação.

## ABSTRACT

One of the problems of today, in education, is the antisocial behavior of students. The present study investigated if the existence and maintenance of a code of conduct in universities could figure as a new way to address the issue of education in values as an educational tool that provides the daily life and routinist of values. Thus, the study consisted of a survey, description and comparative analysis of the code of ethics of two Brazilian higher education institutions: the University of São Paulo (USP) and the Institute of Aeronautical Technology (ITA). The overall objective was to investigate how the existence of a code of conduct could contribute to the formation of values and principles in university students, turning them into habits. Among the specific objectives stood out: raise the bibliographic and documentary production existing, related to the subject and the research problem, identify and examine the foundations and assumptions on which were based the codes of the universities investigated and examine how some values, precepts, as also the ethics and morals were approached and treated in these documents. As the theoretical approach we elected philosophers and authors whose thoughts have convergence between ethics, discipline and education, as Rousseau (1995), Kant (1996), Platão (1997), Savater (2002), Charlot (2005), Biaggio (2006), Moretto (2007), Araujo (2007), Puig (2007), Schulz (2008), Bombino (2009), Dalarosa (2009) and Aristóteles (2009). In Morin (2003), La Taille (2008), Cortella (2009) and Vazquez (2001), we seek aid for definitions of concepts such as culture, ethics and morals, presented and defended in our work. The final considerations reveal that if the norms and rules expressed in a moral code (of ethics or conduct), are not practiced and experienced daily and routinely, the code becomes "dead letter", not from a text, a document which should only be consulted when problems arise coexistence. Thus, the daily experience of values in a code of conduct, assists, and much in fixing these until the act based on reflective and socially desirable values, becomes a custom or even a habit for students thereby contributing to the formation of ethical citizens, aware and responsible for their actions.

**Keywords:** Antisocial Behavior. Code of Conduct. Ethics. Formation in Values. Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I: METODOLOGIA.....</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE.....</b>	<b>25</b>
2.1. Educação e a formação humana.....	25
2.1.1. As dimensões da educação.....	25
2.1.2. A educação institucionalizada.....	29
2.1.3. A formação para o trabalho.....	30
2.1.4. Formação ética.....	31
2.2. Convivência: aprendendo a viver em sociedade ou socioética.....	34
2.3. Cultura, ética e outros conceitos.....	36
2.4. Ética, moral e valores.....	38
2.5. Os valores, a educação em valores e a questão da indisciplina.....	39
2.6. Conceituando Código de Ética e Código de Conduta.....	46
<b>CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO DOS CÓDIGOS ENCONTRADOS.....</b>	<b>48</b>
3.1. Código de Ética da Universidade de São Paulo.....	49
3.1.1. A Universidade de São Paulo (USP) – Um pouco sobre sua história.....	49
3.1.2. O Código de Ética da USP.....	52
3.2. A Disciplina Consciente do Instituto Tecnológico de Aeronáutica.....	55
3.2.1. O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).....	55
3.2.2. A Disciplina Consciente.....	61
<b>CAPÍTULO IV: ANÁLISE COMPARATIVA DOS CÓDIGOS INVESTIGADOS...</b>	<b>65</b>
4.1. Matriz de Análise. ....	65
4.2. Como é denominado o documento investigado? .....	71
4.3. Quando o documento foi criado? .....	72
4.4. Como o texto do documento está organizado? .....	72
4.5. Em que contexto o documento foi criado? .....	75
4.6. Qual a função atribuída ao documento? .....	78
4.7. De que forma a moral, a ética e alguns valores como a dignidade e o respeito são citados nos documentos?.....	79
4.8. Qual a concepção de moral, ética, valores e demais princípios presentes nos	

códigos?.....	82
4.9. Quem elaborou o documento?.....	83
4.10. O estudante participou do processo de construção do código? De que forma? Quem foi o responsável por sua implantação?.....	84
4.11. Como se dá a divulgação do código no meio acadêmico?.....	85
4.12. Relação com a prática pedagógica.....	86
4.13. Há algum órgão ou setor responsável pelo acompanhamento da aplicação do código de ética?.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>98</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC-CTA	Associação Desportiva Classista dos Servidores Civis e Militares do Centro Técnico Aeroespacial
AFA	Academia da Força Aérea
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASD	Curso Alberto Santos Dumont
CD	Comissão de Disciplina
CO	Conselho Universitário (USP)
CTA	Centro Técnico de Aeronáutica
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CMTAER	Comandante da Aeronáutica
COCTA	Comissão para Organização do Centro Técnico de Aeronáutica
COMAER	Comando da Aeronáutica
CPORAER-SJ	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos
DC	Disciplina Consciente
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DIVAL	Divisão de Alunos
EMC	Educação Moral e Cívica
ENADE	Exame Nacional de Avaliação de Desempenho Escolar
ENC	Exame Nacional de Cursos
EPCAR	Escola Preparatória de Cadetes do Ar
IPq – HCFMUSP	Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MEC	Ministério da Educação
MIT	Massachusetts Institute of Technology
OSP	Organização Social e Pública Brasileira
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PG-EAM	Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica
PG-EEC	Pós-Graduação em Engenharia Eletrônica e Computação
PG-FIS	Pós-Graduação em Física
PPG-EIA	Pós-Graduação em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica
SCIELO	Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

*Vigie seus pensamentos,  
porque eles se tornarão palavras;  
Vigie suas palavras,  
porque elas se tornarão atos;  
Vigie seus atos,  
porque eles se tornarão seus hábitos;  
Vigie seus hábitos,  
porque eles se tornarão seu caráter;  
Vigie seu caráter,  
porque ele será o seu destino.*

Teócrito<sup>1</sup> (310-250 a.c)

A origem da palavra pesquisa está no latim *perquirere* que significa “buscar com cuidado, procurar por toda a parte; informar-se, inquirir, perguntar; indagar profundamente, aprofundar”. Segundo Gil (2009, p.17), pesquisa científica é o procedimento racional e sistemático através do qual busca-se chegar à respostas aos problemas que foram formulados e investigados, sendo necessária quando não se dispõe de informações suficientes para se conhecer (ainda) o objeto que é alvo da nossa curiosidade, da nossa indagação, da nossa necessidade de querer saber.

Podemos pesquisar para avançar um pouco mais no que se conhece sobre tal problema, para apresentar solução para este ou, pelo menos, para conhecer melhor o problema investigado. É o que chamamos de razão para se pesquisar. E são muitas as razões que determinam a realização de uma pesquisa. Pode-se querer conhecer pela própria satisfação e desejo de conhecer algo (conhecida como pesquisa pura) ou ainda, com a intenção de fazer algo de maneira mais eficiente, melhor (pesquisa aplicada).

Assim, para compreender as razões que me motivaram à presente pesquisa, é necessário, antes, que se conheça um pouco, da minha própria trajetória pessoal e de como cheguei até o Mestrado.

Início relembro minha própria vida como estudante. Estudei todo o ensino básico e o fundamental em escolas onde a disciplina era rígida e o ensinamento da ética e de valores como o respeito e a cidadania eram passados, não somente por meio das disciplinas como

---

<sup>1</sup> Essa citação é atribuída a vários autores, como, por exemplo, Emmanuel (mentor espiritual do médium Chico Xavier), Teócrito, Gandhi e Frank Outlaw. Há também quem diga se tratar de um poeta anônimo português. Optei por Teócrito por ter sido a fonte encontrada, disponível em: <[http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/18/Artigo-%20Pensamentos\\_PDF.pdf](http://www.conselhos.mg.gov.br/uploads/18/Artigo-%20Pensamentos_PDF.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2012.

EMC<sup>2</sup> ou ainda, OSPB<sup>3</sup>, mas, sobretudo, vivenciados no cotidiano escolar. Meus pais, como os demais daquela época, procuraram colocar eu e meus irmãos, em escolas onde a disciplina fosse rígida, para que assim, essas reforçassem a noção de valores que eles próprios nos passavam em família.

Lembro-me da minha primeira escola: Colégio Notre Dame<sup>4</sup>, em São Paulo (SP). Era uma escola religiosa e, na época, aceitava apenas estudantes mulheres. Lá, estudei dos quatro aos sete anos de idade (de 1972 – 1975). É... entrei cedo na escola.

Lembro-me da disciplina que imperava naquele ambiente. Ao chegarmos à escola, nos organizávamos por turmas, em filas indianas. Ficávamos aguardando a Madre Superiora que, ao chegar, era saudada em uníssono por todas as alunas presentes: “Bom dia Madre Superiora!”. Após essa saudação, cantávamos o Hino Nacional e, dependendo da época, também outros hinos como, o Hino da Bandeira ou o Hino da Pátria (vivíamos o período da ditadura). Findo esse ritual diário, cada turma se dirigia (sempre em fila) às suas salas de aula. Nestas, cada aluna tinha o seu lugar marcado. Os professores explicavam a matéria com a voz baixa, sem ter a necessidade de gritar ou, sequer, de aumentar o tom de voz para se fazer ouvir. O silêncio imperava. Quando alguma aluna precisava sair da sala para ir ao banheiro ou beber água ou mesmo, perguntar qualquer coisa que fosse ao professor, levantava o braço e aguardava até que fosse atendida. Ao sair no corredor, o fazia sempre andando, nunca correndo o que era passível de punição caso o fizesse. Lembro-me agora, de uma dessas punições: em um dos ensaios da fanfarra, da qual eu participava tocando um instrumento chamado Prato, para fazer graça pra uma colega, toquei o instrumento no meio da explicação da professora que, naquele momento desempenhava a função de maestrina. Resultado: correção. Qual? Tiraram-me do ensaio e me colocaram de castigo, sentada, na arquibancada

---

<sup>2</sup> A Educação Moral e Cívica (EMC) foi instituída pela Lei 869 de 12 de setembro de 1969, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa em todos os sistemas de ensino no Brasil. Uma das finalidades dessa disciplina era o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana, o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade e o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum. Disponível em: <<http://www.mundojovem.pucrs.br/artigos/educacao-moral-e-civica-no-curriculo-escolar>>. Acesso em: 12 set. 2012.

<sup>3</sup> Organização Política e Social do Brasil (OSPB) foi uma disciplina, proposta pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e idealizada pelo educador Anísio Teixeira. Visava superar uma falha na educação, que não atentava aos valores cívicos nem preparava os jovens para exercerem suas obrigações como cidadãos, e suprir as exigências da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), de 1961, segundo a qual os alunos deveriam ter, além das disciplinas convencionais, as obrigatórias complementares (OSPB, línguas estrangeiras, desenho) e as optativas (música, artes industriais, técnicas comerciais, técnicas agrícolas). Disponível em: <[http://www.itu.com.br/colunistas/artigo.asp?cod\\_conteudo=25576](http://www.itu.com.br/colunistas/artigo.asp?cod_conteudo=25576)>. Acesso em: 07 set. 2012.

<sup>4</sup> Fundado em 1942, o colégio Notre Dame foi o primeiro empreendimento de ensino a ser construído em São Paulo pelas Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Castres, as Irmãs Azuis. Disponível em: <<http://www.colegionotredame.com.br/site/instituicao/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 12 set. 2012.

de onde fiquei assistindo ao ensaio. Sozinha. Lembro-me desse incidente até hoje, pois que me marcou. Não porque a reprimenda tivesse sido aplicada com violência. Não! De maneira nenhuma. Simplesmente, porque fiquei sozinha, sem fazer nada enquanto minhas colegas de sala se divertiam ensaiando.

Dessa escola, passei à outra, igualmente religiosa, dessa vez, em Uberaba (MG) para onde havia me mudado com minha mãe e meus três irmãos: Colégio Nossa Senhora das Dores<sup>5</sup>. Quando entrei em 1976, essa escola tinha passado, agora, a ser uma escola onde estudavam mulheres e homens. Lá, não precisávamos cantar o Hino Nacional todos os dias (somente em solenidades cívicas), mas, nos dirigíamos para as salas de aula, também em fila indiana. Nas aulas, da mesma forma que na outra escola, para sermos atendidas pelos professores precisávamos aguardar, com o braço levantado. As algazarras feitas fora de hora, também eram corrigidas: com reprimendas verbais, bilhetes aos pais, passar uma temporada na Diretoria da Escola, chegando à suspensão e/ou expulsão. A disciplina nessa escola, também era rígida, mas não tanto quanto na primeira. E o que aprendi nesses ambientes, carrego por toda minha vida: valores como o respeito, civilidade e cidadania.

Nessas duas escolas, não me lembro de haver um documento no qual, as normas e as regras da escola estivessem escritas. Regras como, por exemplo: não correr pelos corredores; não falar alto; não gritar; não xingar o colega; tratar com respeito o professor, tratando-o como autoridade que era; pontualidade. Essas eram passadas de forma subjetiva pelo próprio ambiente acadêmico de respeito e, assim, de um aluno para outro. Lembro-me apenas, de cumprir as normas e regras por ver os demais colegas fazendo da mesma forma. Esse era o hábito. Procurávamos cumprir essas normas e vivíamos nossos dias na escola sem maiores problemas, mesmo porque, a formação inicial desses valores vinha, primeiro, das próprias famílias. À escola cabia apenas a tarefa de reafirmá-los em nossa formação como indivíduo. Também na minha família, esses valores eram passados e vividos rotineiramente. Tínhamos hora para ver TV, para almoçar e para dormir. Cumprimentávamos nossos pais, avós, tios e amigos de nossos pais, sempre com respeito, tratando-os por senhor e senhora. Não discutíamos as regras. Aceitávamos, apenas.

Foi somente na faculdade, primeiro como aluna e, agora, como professora, que conheci a anomia<sup>6</sup>. Quando aluna, na minha época, não havia celular, mas, isso não nos impedia de interrompermos uma explanação ao entrarmos na sala e dela sairmos sem nem

---

<sup>5</sup> Fundado em 1885, o Colégio Nossa Senhora das Dores surgiu em Uberaba por iniciativa das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, originárias da França. Disponível em: <<http://www.cnsd.com.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em: 12 set. 2012.

<sup>6</sup> Ausência de leis, de normas ou regras de organização. (FERREIRA, 1994, p.45).

aguardar que o professor terminasse de falar, para consultá-lo se podia ou não sair da sala naquele momento. E, também, fazíamos muito barulho, dentro ou fora da sala, pelos corredores. Para conseguir ouvir o professor, o qual, muitas vezes, gritava para se fazer ouvir, os alunos mais aplicados procuravam sentar-se nas carteiras da frente, da sala de aula. E não adiantava pedir que se fizesse silêncio. A conversa em sala de aula era constante e generalizada e a falta de respeito com o professor então, nem se fala!

E por necessidade de realizar um estágio para a faculdade (cursava Administração de Empresas), minha vida profissional também foi iniciada cedo. Aos 18 anos, fui ser bancária no extinto Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE, de onde saí, oito anos depois, já casada, para me dedicar exclusivamente à criação de meu primeiro filho que havia nascido.

Apenas a título de informação, tenho dois filhos aos quais me dediquei exclusivamente durante sete anos por acreditar que a formação dos filhos deva ser responsabilidade dos pais. Entretanto, atualmente, com as mães inseridas no mercado de trabalho em tempo integral, essa função, passou às creches e às escolas e, com ela, também a educação em valores que antes era função da família.

Passado esse tempo de criação e formação dos meus filhos, resolvi que era hora de voltar ao mercado de trabalho. E de bancária, cheguei ao ensino superior como professora de Metodologia do Trabalho Científico.

E assim, considerando que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17) o tema (ou o objeto de estudo) dessa pesquisa originou-se a partir de minha própria vida profissional, como professora de ensino superior.

Na sala de aula, durante o tempo em que atuei como docente, observei e vivenciei não somente a existência, mas, principalmente, a persistência de um dos maiores problemas da atualidade, na área da educação: o comportamento antissocial dos estudantes universitários. Por comportamento antissocial, em Gouveia et al. (2009), encontramos outros autores que também já investigaram sobre esse tipo de comportamento e a dificuldade encontrada por eles para a definição do termo. Segundo esses autores,

A falta de uma definição clara e universalmente aceita constitui-se atualmente um problema para os pesquisadores ligados ao estudo dos comportamentos desviantes (Luengo et al., 1999). Sobre este aspecto, termos como delinquência juvenil (Tate, Reppucci, & Mulvey, 1995), comportamento delinquente (Davalos, Chavez, & Guardiola, 2005), comportamento anti-social (Romero, Sobral, Luengo, & Marzoa, 2001) e comportamento disruptivo (American Psychiatric Association, 1994; Loeber, Burke, Lahey, Winters, & Zera, 2000) são utilizados algumas vezes como

sinônimos e, em outras, com significados completamente distintos (GOUVEIA et al., 2009).

Em Pimentel, Gouveia e Vasconcelos (2005, p.405) temos uma complementação para a definição do termo:

O comportamento anti-social pode ser entendido como qualquer comportamento que fere as normas grupais (anti-social, no sentido estrito) e as normas jurídicas (delitivo). Vale ressaltar que o conceito comportamento anti-social, em acepção ampla, engloba o comportamento delitivo; podemos chamá-los também de comportamentos (socialmente) desviantes (Rhee & Waldman, 2002; Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002) [...].

Sendo assim, na presente pesquisa, para fazer referência aos comportamentos que ferem as normas estabelecidas para o convívio em sociedade e dificultam a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem, optou-se por utilizar a expressão comportamento *antissocial*.

Por consequência dessa realidade, é necessário questionar se a natureza da universidade não deveria trazer, necessariamente e inerentemente, a questão da ética, não apenas como tema da ementa de determinadas disciplinas do campo filosófico, mas, também, imbricada em suas ações e em seu ambiente. Ora, reflitamos: “se a universidade tem por missão formar homens de cultura, profissionais e técnicos com competência, visão crítica e perspectiva humanística, a ética envolve toda essa concepção” (WANDERLEY, 2006, p.62). Dessa forma, a ética deve fazer parte de todas as relações dos membros que fazem parte da universidade, mesmo porque

Nas comunidades acadêmicas, todas as relações entre os membros dos diferentes segmentos – docentes, discentes e funcionários – exigem uma base ética. Todas as instâncias acadêmicas e administrativas devem ser efetivamente democráticas e orientadas pela ética (WANDERLEY, 2006, p.62).

Não obstante, ao observarmos o cotidiano de uma universidade e, também, com base no que as notícias e as pesquisas da área mostram hoje, o que verificamos é que os jovens, mesmo os que cursam uma universidade, apresentam um comportamento agressivo, delitivo e antissocial, comportamento esse que vai contra a vocação de uma universidade que, além de promover as pesquisas e a expansão do conhecimento, tem também, como dever, estar comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e com a formação do estudante como cidadão crítico, consciente e atuante.

Contrariando essa missão de formação humana das universidades, as notícias dos jornais mostram a quantidade de jovens universitários envolvidos com o mundo do crime.

Recentemente<sup>7</sup> foi noticiada a prisão de sete jovens, entre 18 e 21 anos, que, além de estudarem em faculdades e universidades de renome, em uma das maiores cidades do país (São Paulo), também faziam estágio em escritórios de grandes empresas. Na mesma época, outros nove jovens ainda estavam sendo procurados pela polícia, acusados de igualmente fazerem parte dessa quadrilha. Descontando a linguagem jornalística, observa-se no texto do jornal *O Estado de S. Paulo*, que esses jovens pareciam ter uma vida típica de estudantes, pois que,

De dia, eram vistos como universitários estudiosos, faziam estágio em escritórios de grandes empresas e mantinham uma vida acima de qualquer suspeita. À noite, praticavam sequestros relâmpagos no Brooklin<sup>8</sup>, na zona sul da capital paulista. Esse é o perfil de uma quadrilha que a polícia prendeu, acusada de praticar mais de 40 sequestros naquela região neste ano (HADDAD, 2012, p.1).

Nessa mesma reportagem, o jornal trouxe, também, uma entrevista com um especialista do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (IPq - HCFMUSP), Dr. Ivan Mario Braun, cuja opinião é que “a ação de jovens de classe média no mundo do crime deve ser tratada como uma questão social, não psicológica”, apontando a distorção dos valores sociais como o grande culpado pela proliferação desse tipo de comportamento observado atualmente nos jovens, muitos deles, de classe média alta e estudantes universitários. O especialista afirma ainda que, de modo geral

[...] podemos dizer que essas quadrilhas de classe média existem por causa de certos valores sociais, que mudaram muito de um tempo para cá. Os valores da sociedade estão direcionados para o dinheiro. [...] É preciso avaliar quais foram os valores nos quais esses jovens foram educados, quais foram as questões psicológicas, sociais, familiares. Esse tipo de situação tem mais uma causa sociológica do que psiquiátrica (BRAUN, 2012 apud NUNES, 2012, p.2).

E referente à questão de se avaliar quais foram os valores nos quais esses jovens foram educados, como nos asseveram Pimenta e Pimenta (2011), mesmo concordando que a formação moral acontece, prioritariamente, na infância e adolescência, a educação superior também pode, contribuir – ou, em alguns casos, ainda defini-la.

A partir dessas reflexões e, também, da minha própria experiência como estudante, me fiz o seguinte questionamento: pode o ambiente de ensino, influenciar a formação em valores? Afinal, eu mesma passei pela experiência de, enquanto aluna de escolas onde a disciplina e o respeito imperavam, também, me comportava com civilidade, respeito e

---

<sup>7</sup> Fato ocorrido em julho de 2012.

<sup>8</sup> O Brooklin é um bairro nobre da cidade de São Paulo. Atualmente é conhecido por ser um dos bairros mais valorizados da cidade, com grandes conjuntos empresariais e uma agitada vida noturna.

disciplina. Depois, ao passar para a faculdade onde o ambiente era outro, de total falta de regras e normas de conduta, meu comportamento também mudou, como que para me “ajustar” ao ambiente ao qual agora, eu pertencia. Ajustar no sentido de não parecer um “peixe fora d’água”, agindo completamente diferente do restante dos meus colegas de sala. Afinal, sendo ainda adolescente, quando entrei na faculdade (tinha apenas 18 anos), a última coisa que eu queria era me sentir desigual, diferente ou alguém completamente fora do seu lugar.

E assim, da mesma forma que meus colegas, eu também saía ou entrava da sala sem pedir permissão ao professor. O que me parecia, na época, era que nem mesmo os professores esperavam uma atitude diferente dessa. Algumas vezes, aconteceu d’eu pedir “licença” ao entrar em sala e, como resposta, nem ser olhada pelo professor. E quando isso acontecia, mais diferente eu me sentia...

Entendendo que transformar essa discussão sobre educação em valores, em ações concretas no cotidiano de uma instituição de ensino superior, não seja tarefa fácil mesmo porque, demanda um grande esforço de cada um dos envolvidos nesse ambiente – alunos, professores e funcionários – questionamos se não seria melhor que a comunidade acadêmica – educadores, coordenadores, funcionários, diretores e alunos – tivesse um código de conduta que servisse como guia das ações cotidianas auxiliando a promover a educação em valores e a formação do estudante para a cidadania.

Assim, as razões que motivaram a presente pesquisa foram, a princípio, de ordem aplicada, com o objetivo de refletir sobre a importância, não só do ensino, mas, principalmente da vivência da ética e de valores como a cidadania, a democracia e a justiça no espaço acadêmico de uma instituição de ensino superior.

E partindo dessas reflexões e conjecturas sobre a educação em valores e quanto aos meios e instrumentos necessários para alcançá-la pontualmente e sistematicamente, decidimos por investigar se a existência e a manutenção de um código de conduta poderiam figurar como uma nova forma de tratar essa questão com os estudantes universitários. Este seria como um instrumento educativo que poderia auxiliar nessa vivência cotidiana e rotineira dos valores, de forma a promover as relações existentes no ambiente acadêmico, proporcionando, dessa forma, a formação do estudante em todas as suas dimensões: profissional e humana.

Dessa forma, a vivência da ética cotidianamente pelos estudantes universitários por meio de um código de conduta, teria o objetivo final de promover as relações existentes no

âmbito de uma universidade, dos alunos com seus pares e dos alunos com os demais membros da escola, transformando-se em hábito, e, por fim, fazendo parte de sua formação.

Para tanto, alguns objetivos intermediários seriam alcançados ao tratarmos de ética, moral e valores com os estudantes por meio de um código de conduta: provocar reflexões sobre uma conduta na vida pessoal extensiva à sua futura vida profissional, de forma a contribuir para a formação integral do ser humano e seu importante papel como cidadão; desvelar, em nossa sociedade, o conceito de ética; desenvolver nos estudantes o senso crítico sobre a consequência de suas próprias atitudes e, também, das atitudes de cada um; discutir com os estudantes as implicações da falta de ética no dia-a-dia da escola, da cidade, do país e do mundo; confrontar os estudantes com dilemas para praticar a tomada de decisão ética e, instigar uma reflexão nos estudantes, sobre o futuro deles como profissional e como cidadão comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e ética.

Dando início à investigação, pesquisas do tipo bibliográfica e documental foram eleitas para se realizar um levantamento da produção existente, relacionada ao tema-problema de forma a indicar formas, possibilidades, caminhos, fontes e instrumentos para se conseguir evidenciar a questão proposta.

Inicialmente, realizou-se uma revisão de literatura de forma a situar em que ponto estavam as discussões (e se elas existiam), no momento do início da pesquisa – abril de 2011 – referente à formação ética no cotidiano de uma Instituição de Ensino Superior (IES).

O estudo justificou-se, uma vez que, segundo André (2009), em relação ao mundo da educação e seus personagens – educandos e educadores, muitos estudos foram produzidos nos últimos anos sobre os professores da educação infantil, da educação básica ou mesmo da educação superior. Estudos sobre, suas opiniões, representações de seus saberes e práticas, com o objetivo de conhecer de perto quem é esse professor e o cotidiano de seu trabalho de forma a pensar as melhores formas de atuação na busca de uma educação de qualidade para todos. Não obstante, os resultados dessa mesma pesquisa demonstram que, pouco se tem produzido ou mesmo discutido acerca de outro tema também de igual valor e relevância nesse meio: a questão do cotidiano, do ambiente da educação superior nas universidades com foco no comportamento de seus alunos. Reforçando a justificativa para o presente trabalho, uma pesquisa realizada em 2007, por NOVA ESCOLA<sup>9</sup> e Ibope<sup>10</sup>, com 500 professores de todo o

---

<sup>9</sup> Nova Escola é o nome de uma revista mensal brasileira, destinada a professores, editada pela Fundação Victor Civita (Grupo Abril), sem fins lucrativos. Publicada desde março de 1986, a revista conta com o apoio institucional do governo federal, que permite sua venda a baixo preço e distribuição para a rede escolar.

<sup>10</sup> O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística é a maior empresa privada de pesquisa da América Latina e a 14ª maior do mundo. Com 70 anos de experiência, tem na credibilidade o seu maior patrimônio. O

país, revelou que 69% deles apontavam a indisciplina e a falta de atenção entre os principais problemas da sala de aula (VICHESSI, 2009).

Partindo da perspectiva apontada por Araújo (2007, p.35), quando nos diz que o ambiente educacional deve estar “permeado por possibilidades de convivência cotidiana com valores éticos e instrumentos que facilitem relações interpessoais pautadas em valores vinculados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos”, o presente estudo pretendeu contribuir de maneira significativa, promovendo a reflexão quanto à questão da necessidade premente e urgente de se tratar a questão da ética e da cidadania.

É importante ressaltar que é inquestionável que as relações que acontecem no espaço de uma instituição de ensino superior devem ser pautadas pelo respeito mútuo, não tolerando atos ou manifestações que ponham em risco a integridade física, moral e acadêmica dos participantes desse espaço.

Referente ao método utilizado, nesta pesquisa, trabalhou-se com a análise comparativa de duas instituições de ensino superior que já utilizam, em seu cotidiano escolar, um código de ética. O método comparativo, segundo o que assevera Schneider e Schmitt (1998, p. 49) possibilita

Descobrir irregularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

A investigação partiu de algumas questões que o estudo pretendeu responder:

- 1) De que forma a ética, a moral e alguns valores como a cidadania, a justiça, o respeito e a responsabilidade foram tratados em tais códigos?
- 2) Quais foram os fundamentos e os pressupostos nos quais foram embasados esses documentos?
- 3) Em que contexto tais códigos foram criados?
- 4) Como é feita a divulgação da existência do código na comunidade acadêmica?

Como objetivo geral, esta pesquisa investigou de que maneira a existência de um código de conduta poderia contribuir para a formação ética, moral, formação de valores e princípios em jovens universitários, os transformado em hábitos.

Para tanto, os objetivos específicos previstos foram de: *levantar* a produção bibliográfica e documental existente, relacionada ao tema e problema da pesquisa; *identificar*

---

IBOPE fornece um amplo conjunto de informações e estudos sobre mídia, opinião pública, intenção de voto, consumo, marca, comportamento e mercado, no Brasil e em mais 14 países (Fonte: site do IBOPE. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/ibope/quemsomos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 12 set. 2012).

e *examinar* os fundamentos e pressupostos nos quais foram embasados os códigos de conduta universitários já existentes, *analisar* como a ética, a moral e alguns valores como a cidadania, a justiça, o respeito e a responsabilidade foram abordados e tratados nesses documentos e, por fim, *analisar* a quem se destinam tais documentos.

No primeiro capítulo, é apresentada a metodologia com seus procedimentos, técnicas e métodos. O caminho, a estrada pela qual segui para alcançar os objetivos propostos para a presente pesquisa.

No segundo capítulo, é apresentada uma breve introdução aos conceitos sobre educação, formação humana, valores socialmente desejáveis como ética e moral, a questão da convivência e a *sócio-ética* de Puig (2007). A liberdade de escolha, a responsabilidade moral e a indisciplina também foram destacadas.

No terceiro capítulo, foram apresentados o conteúdo dos códigos encontrados, o contexto nos quais foram criados e estão inseridos, seu público – estudantes, professores e demais membros da instituição de ensino superior, bem como uma breve apresentação do histórico das instituições às quais referem-se esses códigos.

No quarto capítulo, apresento a análise realizada da comparação feita entre os dois documentos: Código de Ética da USP e Disciplina Consciente do ITA, destacando algumas questões observadas na Matriz de Análise, como, por exemplo: quando o documento foi criado? Como o texto do documento está organizado? Qual a função atribuída ao documento? De que forma a moral, a ética e outros preceitos, são citados nos documentos? O estudante participou do processo de construção do código? De que forma? Como se dá a divulgação do código no meio acadêmico? Relação com a prática pedagógica, dentre outras questões analisadas.

As Considerações Finais apontam que a utilização de um código de conduta como instrumento educativo pode proporcionar a vivência cotidiana e rotineira dos valores. Visto que, para a criação de um ambiente ético na escola, faz-se necessário a consolidação de formas, sistemas com o objetivo de melhorar as relações entre as pessoas no cotidiano da escola.

Se as normas e regras expressas em um código de ética ou de conduta não forem praticadas e vivenciadas cotidiana e rotineiramente, o código torna-se “letra morta”, não passando de um texto, um documento o qual deve ser apenas consultado quando problemas de

convivência surgirem. A não vivência de suas normas faz, também, com que não seja debatido tornando-o estático e apenas mais um documento *pro forma*<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Latim: Por mera formalidade.

## CAPÍTULO I: METODOLOGIA

*A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível ser feita hoje, é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito.*

*Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer.*

Paulo Freire

Partindo do ponto de investigar o problema proposto, conhecer de que maneira a existência de um código de conduta contribui para a formação da ética, moral, valores e princípios em jovens universitários, algumas pesquisas iniciais foram realizadas tendo como indicadores de busca algumas palavras-chaves como: código, código de ética, código de conduta, comportamento, educação superior, educação em valores, ambiente acadêmico, conduta, ética, moral e valores.

Inicialmente, as fontes privilegiadas foram artigos em periódicos, textos apresentados em eventos científicos, dissertações e teses já defendidas, e instituições de ensino superior, considerando aí, não somente as Universidades, mas, também, os Centros de Ensino Técnico, e as Faculdades.

Alguns bancos de dados online como o Scientific Electronic Library Online (SCIELO), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital – Banco de Teses e Dissertações da USP foram utilizados nessa busca inicial.

Referente às pesquisas sobre o tema, existência e aplicação de códigos de conduta (ou ética) em instituições de ensino superior, ao utilizar-se a palavra-chave *código*, isolada e, também associada à *conduta* ou *ética*, tais buscas resultaram nas seguintes informações:

- um dos mais antigos códigos de conduta já escritos pelo homem data de 1.700 a.C. Trata-se do Código de Hamurabi<sup>12</sup>. Este é um dos exemplos mais bem preservados deste tipo

---

<sup>12</sup> O Código de Hamurabi é um conjunto de leis (282 no total) criadas na Mesopotâmia, por volta do século XVIII a.C, pelo rei Hamurabi da primeira dinastia babilônica. Suas leis foram talhadas numa rocha de diorito de cor escura e dispõem sobre regras e punições para eventos da vida cotidiana. Tinha como objetivo principal unificar o reino através de um código de leis comuns. Para isso, Hamurabi mandou espalhar cópias deste código em várias regiões do reino. As leis apresentam punições para o não cumprimento das regras estabelecidas em várias áreas como, por exemplo, relações familiares, comércio, construção civil, agricultura, pecuária, etc. As

de documento. É um monumento talhado em rocha o qual dispõe sobre regras e punições para eventos da vida cotidiana (O CÓDIGO, 2007);

- o resultado mais encontrado foram os códigos de ética das classes profissionais. À exemplo temos: Código de Ética do Advogado, do Médico, do Engenheiro, dentre outros;

- poucas são as instituições de ensino superior que já utilizam uma espécie de regulamento interno como Código de Ética ou de Conduta. As encontradas foram: Universidade de São Paulo (USP), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy (UNIGRANRIO), Universidade de Brasília (UnB), Massachusetts Institute of Technology (MIT)<sup>13</sup>, Universidade da Madeira<sup>14</sup>, Universidade Técnica de Lisboa, dentre outras.

Dessa forma, o material que serviu de base para esses primeiros levantamentos, isto é, aquilo que constituiu a estrutura sobre a qual foi elaborada a presente pesquisa, foi submetido a um olhar crítico que permitiu identificar o estado da arte sobre o tema abordado, fornecendo importantes elementos para aperfeiçoar a pesquisa numa fase mais adiante.

Ressaltamos que nos sites pesquisados (banco de dados online), não foi encontrada nenhuma pesquisa, estudo ou mesmo artigo escrito que abordasse a temática da nossa pesquisa: código de conduta como instrumento para educação em valores na educação superior.

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa de caráter exploratório tendo como instrumento o levantamento de dados em documentos disponibilizados estritamente no meio virtual (online).

Sobre a abordagem qualitativa, assim como Strauss e Corbin (2008, p.23) conceituam, o termo pesquisa qualitativa refere-se a

qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos [...].

---

punições ocorriam de acordo com a posição que a pessoa criminoso ocupava na hierarquia social. O código é baseado na antiga Lei de Talião, “olho por olho, dente por dente”. Logo, para cada ato fora da lei haveria uma punição, que acreditavam ser proporcional ao crime cometido. A pena de morte era a punição mais comum nas leis desse código. Não havia a possibilidade de desculpas ou de desconhecimento das leis. Foi encontrado por uma expedição francesa em 1901 na região da antiga Mesopotâmia correspondente a cidade de Susa, atual Irã (O CÓDIGO, 2007).

<sup>13</sup> O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) é um centro universitário de educação e pesquisa privado localizado em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos.

<sup>14</sup> Portugal.

Ainda, esse tipo de abordagem requer que “[...] o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora de nosso objeto de estudo.” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 49).

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é exploratória e buscou “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2009, p.41). E o fato de não ter sido encontrado nenhum estudo anterior a este, que abordasse o código de conduta como instrumento para educação em valores na educação superior, justifica seu caráter exploratório.

As instituições eleitas para esta pesquisa foram a USP e o ITA. Os motivos dessa escolha se deram pelo caráter diverso tanto da natureza e origem das escolas quanto dos documentos encontrados nessas duas instituições.

A USP é uma universidade pública, mantida pelo estado de São Paulo e ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. É a maior universidade pública brasileira, bem como uma das universidades mais prestigiadas do país. É uma das maiores instituições de ensino superior na América Latina, com aproximadamente 89.000 alunos matriculados, oferecendo um total de 615 cursos em todas as áreas do conhecimento (entre graduação e pós-graduação).

Redigido em 2001 (67 anos após a fundação da universidade), seu Código de Ética, além de estabelecer princípios gerais e criar normas específicas em relação aos diferentes membros da universidade (Servidores Docentes e Não-Docentes, Corpo Discente e demais alunos da Universidade) também cita normas de conduta em relação às Fundações, aos Convênios, à pesquisa, às publicações, ao uso do nome da universidade e ao registro de dados e informática.

Quanto ao ITA, apesar de também ser uma instituição pública de ensino superior, devido ao fato de ser ligada ao Comando da Aeronáutica (COMAER), é uma instituição de caráter militar onde estudam cerca de 2.500 alunos (3% do total de estudantes da USP). Criado em 1950, o ITA foi concebido nos moldes das universidades norte-americanas. Possui apenas seis cursos de graduação e quatro programas de pós-graduação em áreas ligadas unicamente à engenharia, principalmente no setor Aeroespacial, sendo considerado o mais renomado centro de referência no ensino de engenharia do país, com elevado prestígio, reputação e notoriedade não somente por seus cursos, mas, também, por seu caráter disciplinar. Seu Código de Ética, ou de Honra, como inicialmente concebido, é conhecido

pelo nome Disciplina Consciente o qual, apesar de ser comparável a um código de ética dos estudantes, suas normas não se encontram escritas ou mesmo relacionadas em nenhum documento. Elas são entendidas de forma subjetiva como um dos valores da Instituição. Consiste, então, mais do que uma lista de princípios ou de regras, mas, antes, na adoção de um postura, que se pretende ética, no processo de formação profissional no ITA.

Dessa forma, o presente estudo consistiu num levantamento, descrição e análise dos documentos encontrados que tratam da normatização do comportamento dos discentes no âmbito das duas instituições de ensino superior pesquisadas. Os dados foram coletados entre maio e agosto de 2012.

Quanto ao referencial teórico, muitos foram os autores e filósofos estudados. Os eleitos foram os autores cujos pensamentos possuem convergência entre ética, disciplina e educação como Rousseau (1995), Kant (1996), Platão (1997), Savater (2002), Charlot (2005), Biaggio (2006), Moretto (2007), Araújo (2007), Puig (2007), Schulz (2008), Bombino (2009), Dalarosa (2009) e Aristóteles (2009).

Em Morin (2003), La Taille (2008), Cortella (2009) e Vazquez (2001), buscamos auxílio quanto às definições de conceitos como cultura, ética e moral, apresentados e defendidos em nosso trabalho.

## CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

*Não pode haver trevas  
Onde existe Luz*

Paramahansa Yogananda<sup>15</sup>

Neste capítulo, são apresentados os conceitos sobre educação, formação humana, valores socialmente desejáveis como ética e moral, a questão da convivência e a *sócio-ética* de Puig (2007). A liberdade de escolha, da responsabilidade moral e da indisciplina também foram destacadas.

### **2.1. Educação e a formação humana**

#### **2.1.1. As dimensões da educação**

O desenvolvimento das sociedades depende de vários fatores considerados prioritários e indispensáveis: educação, economia, alimentação, habitação, saúde dentre outros. Entretanto, podemos considerar a educação como sendo o mais importante, pois, trata da formação dos indivíduos os quais, por sua vez, serão agentes dos outros fatores que regem o desenvolvimento de uma sociedade: professores, administradores, nutricionistas, engenheiros, médicos e juízes de direito, por exemplo. Dessa forma e, como bem nos asseveram, tanto a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI*<sup>16</sup>, que define: “[...] a educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz [...]” (UNIVERSIDADE, 1998, p.2), quanto Bombino (2009, p.11), que observa “a educação é um dos bens fundamentais do homem”<sup>17</sup>, podemos afirmar que a educação é o caminho para a humanização, para evoluir, oferecer perspectivas de socialização, autonomia e, até de empreendedorismo e empregabilidade.

Ainda, no dicionário encontramos para educação o seguinte significado: “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (FERREIRA, 1994, p.234). Apesar de não ser uma obra especializada, apresenta uma visão bem próxima dos educadores.

---

<sup>15</sup> Guru indiano (1893 – 1952).

<sup>16</sup> Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, ocorrida em Paris, em 9 de outubro de 1998.

<sup>17</sup> “[...] para entender la educación como uno de los bienes fundamentales del hombre” (BOMBINO, 2009, p.11).

A partir dessas reflexões e, também, com base em Cunha (2009, p.11), pode-se afirmar que a educação é entendida hoje, como condição fundamental para o avanço de qualquer país:

A partir dos anos noventa, sobretudo com o início do processo de avaliação da educação básica e progressiva comparação de seu desempenho com outros países, a educação brasileira passou a ter visibilidade pública consideravelmente maior e mais significativa. De certa forma, essa nova fase foi consequência do impulso da globalização e de mudanças profundas no cenário mundial da economia que passaram a exigir da escola padrões mínimos de qualidade para atender mercados crescentemente competitivos.

Dessa forma, é necessário, pois, analisar o que é educar. Quando falamos em educação a palavra nos remete a outras tantas: disciplinar, ensinar, conduzir, transmitir conhecimentos, instruir, doutrinar, aprender.

Libâneo (2005, p.4) afirma que educar é um ato dicotômico e plural com uma dimensão humanizadora das práticas educativas. Sendo assim,

[...] educamos ao mesmo tempo para a subjetivação e a socialização, para a autonomia e para a integração social, para as necessidades sociais e necessidades individuais, para a reprodução e para a apropriação ativa de saberes, para o universal e para o particular, para a inserção nas normas sociais e culturais e para a crítica e produção de estratégias inovadoras. Isso requer portas abertas para análises e integração de conceitos, captados de várias fontes – culturais, psicológicas, econômicas, antropológicas, simbólicas, na ótica da complexidade e da contradição [...]

O pensamento de Charlot (2005, p. 137) harmoniza-se com o de Libâneo, pois que, em seu entendimento, a educação é um processo triplo que engloba a humanização, a socialização e a singularização do indivíduo, a partir do qual

[...] um membro da espécie humana, inacabado, desprovido dos instintos e das capacidades que lhe permitiriam sobreviver rapidamente sozinho se apropria, graças à mediação dos adultos, de um patrimônio humano de saberes, práticas, formas subjetivas, obras. Essa apropriação lhe permite se tornar, ao mesmo tempo e no mesmo movimento, um ser humano, membro de uma sociedade e de uma comunidade, e um indivíduo singular, absolutamente original. A educação é, assim, um triplo processo de humanização, de socialização e de singularização. Esse triplo processo é possível apenas mediante a apropriação de um patrimônio humano. Isso quer dizer que educação é cultura, em três sentidos que não podem ser dissociados.

Charlot (apud PINHEIRO, [2012?], p.1) é um dos autores que trouxe o conceito de educação para a situação escolar, ao refletir que a educação é o “ato de construir-se e ser construído pelos outros [...] em situações que ocorrem dentro e fora da escola”. É por meio de suas experiências que o indivíduo toma contato com as muitas maneiras de aprender. Ele pode adquirir um saber específico (a compreensão de um conteúdo intelectual, por exemplo, a

Gramática, a Matemática, entre outros), pode aprender a dominar uma atividade (como caminhar, nadar) e pode, também, aprender formas de se relacionar com os outros no mundo (socialização). Charlot ([2012?], p.1) completa, afirmando que "nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender", explicitando, ainda, que a condição de homem, de humano, requer uma apropriação de um mundo preexistente, apropriação essa, que irá desencadear três processos: “[...] de hominização (tornar-se homem), singularização (tornar-se exemplar único) e socialização (tornar-se membro de uma comunidade)”.

Em Cortella (2009, p.37), encontramos uma explicação do que vem a ser o termo hominização, quando afirma que o ser humano é um produto cultural e que

[...] não há humano fora da Cultura, pois ela é o nosso ambiente e nela somos socialmente formados (com valores, crenças, regras, objetos, conhecimentos etc.) e historicamente determinados (com as condições e concepções da época na qual vivemos). Em suma, o Homem não nasce humano, e sim, *torna-se* humano na vida social e histórica no interior da Cultura. O termo que expressa essa noção do humano produzir-se, produzindo Cultura e sendo por ela produzido, é *hominização*.

Savater (2002, p.75) também observa essa relação direta da cultura na formação do homem, quando afirma que “[...] o homem não nasce já totalmente homem [...] porque o homem não é apenas uma realidade biológica, natural [...], mas é também uma realidade cultural. Não há humanidade sem aprendizagem cultural”.

Outros autores como Dalarosa (2009, p.1) ratificam essa reflexão quanto à educação como meio de humanização ao ressaltar que

[...] é o processo pelo qual o homem se faz socialmente homem e a partir da condição humana elabora conhecimentos, organiza-se em determinada sociedade, constitui estados, instituições e se faz cidadão e trabalhador.

Dessa forma, sendo a educação, processo que engloba a humanização e a socialização do indivíduo (DALAROSA, 2009) e o “aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas” (FERREIRA, 1994 p.234), precisamos considerar que a formação integral do estudante não diz respeito apenas à transmissão dos conhecimentos das disciplinas do seu curso, preparando-o para o mercado de trabalho como um profissional tecnicamente eficiente, mas, também e, sobretudo, à sua formação moral, preparando-o para a vida em sociedade.

Essa reflexão sobre a educação entendida como processo de formação humana com vistas a formar homens de bem, já era defendida por Platão em sua obra *A República*, para o qual, a felicidade é fruto da vivência de determinadas virtudes, como a sabedoria, a coragem e

a temperança (PLATÃO, 1997). E conforme parecer de Moreau (1978 apud SEVERINO, 2006, p.624),

Platão via a educação como a necessária formação do espírito. Ao ensino, cabia o conhecimento em geral, mas a educação visava uma boa conduta de vida, a virtude. A grande questão era como formar os homens de bem e levá-los ao conhecimento do bem assim como à sua prática.

Quanto a essa questão de “como formá-los e levá-los ao conhecimento do bem”, Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco* (2009, p.241), afirma que os homens podem tornar-se homens de bem por três vias: por disposição natural, por habituação ou, ainda, pela aprendizagem. Assevera ainda que, apesar da disposição natural ser algo que independa do ser humano (por ser uma determinação, segundo o autor, divina), todavia, quanto às outras formas de se tornar um homem de bem – pelo hábito e pela aprendizagem – Aristóteles afirma que, para que a aprendizagem tenha valia na formação do homem de bem, o espírito humano deve estar predisposto antecipadamente, da mesma forma que a terra precisa necessariamente ser preparada antes, para receber uma semente e a fazer germinar, pois que

A palavra e o ensinamento não têm a mesma força junto de todos, mas a alma do que escuta tem que ser preparada de antemão pelo trabalho através de diversas formas de *habituação* (grifo nosso) para poder sentir alegria e abjeção de um modo correto [...] É necessário pois que a disposição do caráter com uma afinidade intrínseca com a excelência exista já, de algum modo, de antemão: tendo amor pela beleza e desgosto pela vergonha (ARISTÓTELES, 2009, p.241).

Aristóteles nos assegura ainda que, receber desde cedo uma condução correta em direção a excelência, não é coisa fácil caso não se tenha sido educado a obedecer às leis congêneres. E completa:

Porque viver de um modo temperado [...] não é agradável à maioria das pessoas, sobretudo aos jovens. Por este motivo, a primeira forma de instrução e as suas ocupações têm de ser determinadas por uma legislação correta. Pois [a temperança e a paciência] já não serão dolorosas depois que se tiverem tornado num hábito (ARISTÓTELES, 2009, p.241-242).

Dessa forma, “não basta aos jovens receberem uma instrução e terem uma ocupação correta, mas uma vez que se tiverem tornado adultos têm também de pôr estas coisas em prática e acostumarem-se a elas”. Aristóteles encerra esse pensamento afirmando que, por essa razão, é que, na idade adulta do homem, precisamos de “leis que legislem nestas matérias [...] e em geral durante todo o tempo da vida” (ARISTÓTELES, 2009, p.242).

Assim, ressalta-se que educação diz respeito, mais do que qualquer outra atribuição que essa função possa ter, à construção e à afirmação de valores éticos e morais necessários à formação do cidadão, ou seja, do homem de bem, de Platão e de Aristóteles. Para Platão

(1997, p. 274), “[...] ninguém poderia tornar-se homem de bem se, desde a infância, não tivesse brincado no meio das coisas belas e cultivado tudo o que é belo [...]”.

Puig (2007, p.101) reforça essa reflexão, ao afirmar que, “[...] educar não é unicamente instruir, mas oferecer uma experiência significativa que prepare para a vida como cidadão”. Complementando esse argumento, Bombino (2009, p.11) ressalta que o processo educativo visa à formação integral do homem e da mulher, como também, objetiva

[...] entre outras atribuições, a perfeição intelectual, física, moral e axiológica das pessoas. Estes quatro momentos, vinculados com outros não menos importantes e de grande valor para o processo educacional, tem como objetivo principal propiciar o melhoramento, o crescimento humano [...]<sup>18</sup>.

Vários pensadores também refletem sobre essa questão do homem se fazer homem/humano pela cultura e pela educação. Citando apenas alguns, Kant (1996, p.15) afirma que “o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz”. E, Rousseau (1995, p.8), “moldam-se as plantas pela cultura, e os homens pela educação”.

E se o homem se faz pela educação, onde ela, a educação, se faz?

### **2.1.2. A educação institucionalizada**

Em Moran (2007, p.15), encontramos que a educação não se faz apenas dentro de um ambiente escolar, a partir de determinada idade e somente por profissionais qualificados para tal. Educação se dá em todos os espaços e tempo, de todas as formas e por todos. Não acontece apenas em um período determinado de tempo, mas, ao longo de toda uma vida, não estando encerrada somente nos espaços institucionalizados para tal atividade. E completa, afirmando que “a sociedade é educadora e aprendiz ao mesmo tempo” posto que

A educação é um processo de toda a sociedade - não só da escola - que afeta a todas as pessoas, o tempo todo, em qualquer situação pessoal, social, profissional e através de todas as formas possíveis. Toda a sociedade educa quando transmite idéias, valores, conhecimento e quando busca novas idéias, valores, conhecimentos. Família, escola, meios de comunicação, amigos, igrejas, empresas, Internet, todos educam e, ao mesmo tempo, são educados, isto é, aprendem, sofrem influências, se adaptam a novas situações. Aprendemos em todas as organizações, grupos e pessoas aos quais nos vinculamos.

[...]

---

<sup>18</sup> “El proceso educativo, siempre que funcione con la necesaria eficacia, tiene como objeto, entre otras atribuciones, la perfección intelectual, física, moral y axiológica de las personas. Estos cuatros momentos, vinculados con otros no menos importantes y de gran valor para el proceder educativo, tienen como principal objetivo propiciar el mejoramiento, el crecimiento humano y en definitiva incidir en la formación integral Del hombre y la mujer” (BOMBINO, 2009, p.11).

A educação é a soma de todos os processos de transmissão do conhecido, do culturalmente adquirido e de aprendizagem de novas idéias, procedimentos, soluções realizados por pessoas, grupos, instituições, organizada ou espontaneamente, formal ou informalmente (MORAN, 2007, p.14 e 16).

Entretanto, apesar da educação acontecer em vários espaços, situações e com diversas pessoas que fazem parte da vida do indivíduo, ao longo da história, a escola tem sido a instituição escolhida não só pelo Estado, mas, principalmente, pela família, como o lugar ideal para o ensino-aprendizagem. Ela é a responsável pela confirmação dos valores éticos e morais de uma sociedade, de forma a cumprir a finalidade do pleno desenvolvimento do ser, preparando-o para a vida em sociedade, para o exercício da cidadania e também, qualificando-o para o mercado de trabalho.

Araújo (2007, p.48) reitera essa atribuição feita às escolas, ao afirmar que elas têm um importante papel que lhes foi atribuído pela sociedade, que é “a formação de cidadãos autônomos que tenham as competências necessárias para lidar eticamente com seus conflitos pessoais e sociais”.

Em função disso, apesar dos profissionais da saúde, da justiça, da segurança, da administração pública e outros diversos atores sociais também contribuir para a educação das futuras gerações, como bem nos advertem Araújo e Puig (2007, p.135), “[...] esses atores externos precisam entender o papel da escola e sua preponderância e liderança naturais nos atos educativos, por ser a instituição criada pela sociedade com essa finalidade [...]”. E quanto aos atos educativos atribuídos à escola, em Munanga (apud GOMES, 2003, p.20) encontramos que

a função social e política da escola é muito mais do que escolher a metodologia eficaz para a transmissão dos conhecimentos historicamente acumulados ou preparar as novas gerações para serem inseridas no mercado de trabalho e/ou serem aprovadas no vestibular.

### **2.1.3. A formação para o trabalho**

Mesmo compreendendo que uma das funções sociais da escola seja inserir novas gerações no mercado de trabalho, posto que a formação profissionalizante é, sem dúvida, muito importante para a construção de uma sociedade, Araújo e Puig (2007, p.121–122) afirmam que a educação moral (e cívica) não deve ser excluída dessa formação, “simplesmente porque o benefício econômico não deveria pôr em dúvida a formação pessoal – não podemos prescindir de uma educação integral que aborde as diversas facetas do ser humano”. Esses autores afirmam, ainda que, os educadores têm “[...] o dever moral de educar moralmente os jovens”, mesmo porque, a economia que movimenta e impulsiona o

desenvolvimento de um país, depende de fatores relacionados com valores morais, tais como: a convivência, a democracia, a confiança mútua, a auto-estima, a responsabilidade, o trabalho em equipe, a honestidade, a solidariedade, o esforço, a justiça social (ARAÚJO e PUIG, 2007).

Tais reflexões vêm ao encontro do que foi declarado, em 1998, na *Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO*<sup>19</sup>, sobre a confirmação da necessidade da educação superior promover não somente a formação profissional do indivíduo, voltada exclusivamente para a questão econômica do país, mas, sobretudo, sua formação em valores humanos, uma vez que

A própria educação superior é confrontada, portanto, com desafios consideráveis e tem de proceder a mais radical mudança e renovação que porventura lhe tenha sido exigido empreender, para que nossa sociedade, atualmente vivendo uma profunda crise de valores, possa transcender as meras considerações econômicas e incorporar as dimensões fundamentais da moralidade e da espiritualidade (UNIVERSIDADE, 1998, p.1).

Ainda nessa mesma ocasião, foi defendido que a educação superior deve ambicionar a criação de uma nova sociedade “[...] não-violenta e não-opressiva – constituindo-se de indivíduos altamente motivados e íntegros, inspirados pelo amor à humanidade e guiados pela sabedoria e o bom senso” (UNIVERSIDADE, 1998, p.6).

#### **2.1.4. Formação ética**

Partindo dessas reflexões e, com base em Araújo (2007, p.61 – 62), é necessário, pois, analisar que, a busca de modelos educativos pautados em valores como democracia, justiça e outros mais (como os valores presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>20</sup>), pressupõe introduzir no dia-a-dia da escola “a preocupação cotidiana com valores socialmente desejáveis”. Estes, entendidos como aqueles que contribuem para a organização democrática da convivência: cidadania, democracia, ética e justiça. Isso fará com que a educação em valores deixe de ser algo pontual e esporádico (apenas como componente curricular de determinadas disciplinas, por exemplo), “e passe a ser um movimento de tal

---

<sup>19</sup> Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, Conferência Mundial sobre Educação Superior - UNESCO, ocorrida em Paris, em 9 de outubro de 1998.

<sup>20</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

forma imbricado na rotina das escolas que passe a ser reconhecido como natural” (ARAÚJO, 2007, p.61 – 62).

Outra questão que também deve ser considerada é que, a escola, ao pensar a educação em valores, deve partir da premissa que a aprendizagem em valores não pode e não deve ser relegada apenas, ao plano doméstico, das famílias, pois, muitas vezes, a própria família da qual o estudante descende não traz em si, esses princípios morais e éticos necessários para se conviver em sociedade.

Em função disso é que o Ministério da Educação, ao propor o *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*<sup>21</sup> afirma, em seu texto introdutório do Módulo I – Ética, que alguns valores e atitudes devem ser ensinados na escola, ao defender que

Aprender a ser cidadão é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos alunos e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola (BRASIL, 2007, p.4).

E se valores e atitudes devem ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes desde a Educação Básica, é necessário, pois, refletir que, valores como ética, democracia, justiça e cidadania devem ser incorporados no cotidiano de uma IES, não somente no ensino de disciplinas que trabalhem a ética e a moral em suas ementas (para não correr o risco de se cair na simples repetição de conceitos e definições tão comumente utilizadas por essas mesmas disciplinas filosóficas), mas, na vivência diária e rotineira desses valores e princípios. Mesmo porque, como nos assevera Schulz (2008, p.13), se, atualmente, valores como a ética, são considerados importantes para as empresas, muito mais deverá ser para as instituições que educam “[...], pois, é ali que se formam aqueles que não apenas exercerão atividades produtivas, mas ocuparão funções de gestão, influenciando na economia, na política, na educação e em outras instâncias da sociedade”.

Em verdade, é parte essencial de qualquer educação digna desse nome, pois como ressalta Araújo (2007, p.35):

O universo educacional em que os sujeitos vivem deve estar permeado por possibilidades de convivência cotidiana com valores éticos e instrumentos que facilitem relações interpessoais pautadas em valores vinculados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos. Com isso, fugimos de um modelo de educação em valores baseado exclusivamente em aulas de

---

<sup>21</sup> Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado, lançado em 2007 pelo Ministério da Educação (Brasil). Tem por objetivo criar as condições necessárias para que valores de ética, democracia, justiça e cidadania fossem incorporados no cotidiano das salas de aula.

religião, moral ou ética e compreendemos que a construção de valores morais se dá a todo instante, dentro e fora da escola. Se a escola e a sociedade propiciarem possibilidades constantes e significativas de convívio com temáticas éticas, haverá maior probabilidade de que tais valores sejam construídos pelos sujeitos.

Nas reflexões de Savater (2002, p.10) encontramos uniformidade de pensamento quanto à questão de que a reflexão moral não deve ser um assunto ou tema próprio apenas dos cursos de Filosofia. Biaggio (2006, p.77) afirma o quão evidente tornou-se a questão da necessidade de uma formação moral para os futuros cidadãos uma vez que “nunca as questões éticas foram tão manifestas como nesta virada de milênio”. Daí a necessidade de entender que o papel da escola na educação moral passa a ser mais amplo, uma vez que vivemos em mundo globalizado, onde novas questões surgem a todo o momento. Biaggio (2006, p.77) apresenta-nos alguns exemplos:

[...] A bioética, com as questões levantadas pelas pesquisas no campo da genética e da medicina (Projeto Genoma, bebês de proveta, transplantes, eutanásia, geração de bebê para salvar irmão com transplante de medula), a ética no campo da política, dos direitos humanos, a justiça social, a distribuição de renda, a pena de morte, a guerra, a violência urbana, a corrupção, o nepotismo e inúmeros outros tópicos estão diariamente na imprensa.

A autora analisa positivamente, também a escolha da “ética” como um dos temas transversais<sup>22</sup> contemplados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

A ética como transversal no currículo escolar (permeando todas as disciplinas), conforme apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Cultura (1999), representa um ponto de partida positivo para a educação moral no Brasil. Considero um grande avanço que a formação seja feita não com base em uma disciplina estanque, mas permeando todas as disciplinas do currículo, tornando todos os professores responsáveis pela formação moral (BIAGGIO, 2006, p.77).

Não obstante, mesmo defendendo que a educação pode e deve contribuir para a construção desses valores, é necessário entender, com base em La Taille (2008, p.92) que, a escola sozinha, talvez não possa reverter um quadro

[...] cujas raízes encontram-se na sociedade como um todo, na sua ideologia, na sua economia, na sua organização política. Todavia, enquanto instituição importante, ela pode desempenhar um papel na formação ética dos alunos. [...] a escola teria muito a ganhar, se colocasse o tema das virtudes na sua pauta de trabalho com os alunos.

---

<sup>22</sup> Os Temas Transversais não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (PARÂMETROS, 1997).

Trabalhar as virtudes pode auxiliar os jovens a abrirem o leque dos valores que os inspiram a responderem às perguntas referentes à ética: Como viver? Quem eu quero ser? Para Puig (2007, p.67), à medida que respondemos à pergunta “como viver?”, nós, humanos, aprendemos a viver, o que exige uma educação completa que inclua todas as facetas humanas e a aprendizagem ética que cada uma delas pressupõe: aprender a ser (auto-ética), a conviver (alter-ética), a participar (socioética) e aprender a habitar o mundo (ecoética).

Nesse sentido, podemos inferir com base em Puig (2007, p.77) que, aprender a participar diz respeito à aprendizagem da vida em comum.

Um processo que consiste em fazer parte da coletividade alcançando um bom nível de *civismo*, ou respeito pelas normas e hábitos públicos, e convertendo-se num cidadão ativo”. [...] hoje, o desafio moral é aprender a viver – aprender a ser, conviver, participar e habitar no mundo – numa situação de extrema diversidade moral.

## **2.2. Convivência: aprendendo a viver em sociedade ou socioética**

Importa considerar que a atenção aos comportamentos antissociais está profundamente relacionada ao desafio moral de aprender a viver e a conviver. Assim, para Puig (2007, p.72), a terceira das quatro tarefas de se aprender a viver está centrada na aprendizagem da vida em comum: no aprender a participar, participar de um grupo social, de uma comunidade. “Aprender a participar é trabalhar por uma ética cívica que nos torne cidadãos: uma socioética – a arte sem receitas que vale a pena praticar, conscientes de que os outros podem estar com a razão” (PUIG, 2007, p.72). O autor define a “socioética” como sendo

Um processo que consiste em fazer parte de uma coletividade alcançando um bom nível de *civismo*, ou respeito pelas normas e hábitos públicos, e convertendo-se num *cidadão* ativo. Isto é, ser uma pessoa capaz de exigir os direitos que lhe correspondem e ao mesmo tempo sentir a obrigação de cumprir os deveres e manifestar as virtudes cívicas necessárias que contribuam para a organização democrática da convivência. Portanto, a aprendizagem da vida em comum é o esforço para ser um membro cívico e um cidadão ativo numa sociedade democrática e participativa (PUIG, 2007, p.72).

Em relação às virtudes cívicas, La Taille (2008, p.95) observa que “Aristóteles dizia que é a prática das virtudes, e não apenas sua contemplação, que desenvolve o caráter” e nos adverte que, “não há escolas de virtudes, apenas o contato entre seres humanos”. Todavia, mesmo não havendo “escolas de virtudes”, mas, tão somente, a convivência, o autor reflete que “[...] a educação pode ser o lugar onde estes contatos aconteçam de forma rica e refletida. Aliás, a escola talvez seja uma das únicas instituições onde isto ainda é possível, contanto que os educadores o queiram”.

É na convivência que nos fazemos humanos. Nós, humanos, não nos fazemos sozinhos, mas com os outros. Sair de nós mesmos para estabelecer uma relação correta com o outro ou com os outros “é, ao mesmo tempo, uma necessidade imprescindível e uma exigência moral” (PUIG, 2007, p.82). Parece-nos, portanto, que podemos partir de uma intuição bastante clara: “[...] estamos em relação com os outros e dependemos dos vínculos que estabelecemos com eles” (PUIG, 2007, p.82). De acordo com Savater (2002, p.72), “nossa vida é feita de relações com os outros – somos pais, filhos, irmãos, amigos ou inimigos, herdeiros ou herdados etc”.

Entretanto, Vazquez (apud FURLANI, 2004, p.4) reflete que nessa convivência, relações diárias e cotidianas acontecem, gerando problemas quanto às ações e, também, quanto às atitudes interpessoais. Esses problemas tidos como corriqueiros são, em verdade, objeto de julgamento pelo autor do ato, em si e, também, pelos demais membros desse grupo social no qual está inserido, pois, tais problemas afetam não somente um indivíduo, mas, também outras pessoas, podendo, inclusive, afetar a comunidade inteira. Disso decorre que pautamos nosso comportamento, no trato social e diário, por normas e regras sociais que julgamos serem adequadas ou dignas de serem cumpridas.

E o que seria o “trato social”? O trato social, assim como a moral e o direito, “cumpre a função de regulamentar as relações dos indivíduos, regulamentação que contribui [...] para garantir a convivência social no quadro de uma ordem social determinada” (VAZQUEZ, 2011, p.102). Suas regras se apresentam como obrigatórias e o seu cumprimento é influenciado pela opinião dos demais participantes do grupo social. Entretanto, apesar dos atos do trato social guardarem íntima relação com a moral,

[...] o trato social não conta com um dispositivo coercitivo que possa obrigar a cumprir as suas regras ou normas, inclusive contra a vontade do sujeito. Estas, por exemplo, exigem que se responda à saudação de um conhecimento ou que se ceda o lugar a um ancião, mas nada e ninguém pode obrigar a cumprir esta obrigação por força. Isso não quer dizer que este não cumprimento fique impune, dado que a opinião dos outros o sanciona com a sua desaprovação (VAZQUEZ, 2011, p.102).

Podemos, assim, inferir com Vazquez (2011), que o trato social diz respeito às regras ou normas cuja finalidade é a de assegurar a melhor forma possível de convivência entre os membros de uma sociedade. Seus atos (como exemplo, podemos citar alguns ligados ao ambiente escolar: o respeito ao professor e aos colegas de classe, a pontualidade, a probidade na execução dos trabalhos escolares), são regras subjetivas pré-estabelecidas, de respeito e consideração, que guardam íntima relação com a moral vigente de determinada sociedade,

podendo, assim, variar de um grupo social para outro, e de uma época para outra. E esse trato social é o que faz com que possamos dizer que um homem age moralmente, visto que

[...] os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que se julgam apropriadas ou mais dignas de ser cumpridas. Estas normas são aceitas internamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que tem o dever de agir desta ou daquela maneira. Nestes casos, dizemos que o homem age moralmente e que neste seu comportamento se evidenciam vários traços característicos que o diferenciam de outras formas de conduta humana (VAZQUEZ, 2011, p.16).

Daí a necessidade de nos tratarmos com respeito e consideração, uma vez que, conforme nos assegura Savater (2002, p.76), uma das formas de nos reconhecermos como humanos é justamente o respeito e a consideração (atitudes humanizadoras) que temos uns com os outros. Todos queremos ser tratados bem, de forma humana. “Por isso, para insultar alguém o chamamos de “animal”, como que para advertí-lo de que está rompendo o trato entre os homens [...]”.

Dessa forma, podemos dizer que as ações humanas requerem, para a boa convivência na vida em sociedade, bons costumes, boa conduta, seguindo os preceitos socialmente estabelecidos pelo coletivo.

E nos preceitos socialmente estabelecidos pelo coletivo, está a cultura de um povo, a qual, segundo Araújo e Puig (2007, p.148), influi diretamente no nosso entendimento do mundo. Como defendido pelos autores, “[...] o universo de valores, normas e regras com que interagimos cotidianamente faz parte da cultura em que vivemos, e por ela é impregnado. Assim, a cultura molda a forma com que vemos o mundo [...]”. Em função disso e, também, com base em Bombino (2009b, p.190), podemos afirmar que “os valores possuem uma conexão inquestionável com a cultura”<sup>23</sup>.

### **2.3. Cultura, ética e outros conceitos**

A cultura, segundo Morin (2003, p.35) constitui-se de hábitos, costumes e um certo *savoir-faire* que se perpetuam, “de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social”.

Esse *savoir-faire* (ou saber-viver ou, ainda, a arte-de-viver) descrito por Morin como um dos elementos constituintes da cultura, para Savater (2002, p.31), é a própria ética. Justificando essa sua afirmação, o autor nos explica que, ao contrário dos outros seres, o humano pode escolher, em parte, sua forma de vida. Ele pode optar pelo que lhe pareça ser

---

<sup>23</sup> “Los valores poseen una incuestionable conexión con la cultura” (BOMBINO, 2009b, p.190).

bom, conveniente para ele, em oposição ao que lhe pareça mau, inconveniente. Agindo dessa forma, o homem (ser humano) procura viver bem. E esse *saber-viver*, esse escolher entre o bem e o mal, é o que ele chama de ética.

Em Cortella (2009, p.136), também encontramos que, na escolha entre o que eu devo, mas não posso, o que eu posso, mas não devo, reside o conceito de ética:

Tem coisa que eu devo, mas não quero, tem coisa que eu quero, mas não posso, tem coisa que eu posso, mas não devo. Aqui, nestas questões, vivem aquilo que a gente chama de dilemas éticos; todas e todos, sem exceção temos dilemas éticos, sempre, o tempo todo: devo, posso, quero?

Savater (2002) nos lembra que, apesar do ser humano não ser livre para decidir ou mesmo escolher o que lhe acontece (como por exemplo, ter nascido num determinado dia, em uma determinada família), ele é livre para responder a esses acontecimentos de um ou de outro modo: aceitando ou se rebelando, sendo resignado ou determinado a mudar sua história. E o autor completa sua reflexão sobre a liberdade de se fazer escolhas, ao afirmar que, a ética de um homem livre nada tem a ver com os castigos ou os prêmios distribuídos por qualquer autoridade que seja. Diz ele que, aquele que se limita a fugir do castigo ou a procurar a recompensa que outros dispensam, segundo normas por eles estabelecidas, não goza de condição melhor do que a de um pobre escravo. Talvez para uma criança pequena bastem o castigo e a recompensa como guias de conduta, mas para um jovem ou adulto é bastante triste continuar com essa mentalidade. É preciso que a pessoa se oriente de outro modo.

Dessa forma e, com base, ainda, em Savater (2002, p.20-21), podemos inferir que “[...] entre todos os saberes possíveis existe pelo menos um imprescindível: o de que certas coisas nos convêm e outras não”. Há coisas que nos convêm as quais dizemos serem boas para nós; em compensação, há outras que não nos convêm por nos “cair muito mal”. Saber a diferença entre uma e outra coisa, é um conhecimento que todos nós tentamos adquirir, pela compensação que nos traz.

No entanto, às vezes, saber diferenciar uma coisa da outra não é tão simples assim, uma vez que essa diferenciação passa, muitas vezes, pelos campos da ética e da moral. Como bem tratado no texto dos PCNs referente à Ética, “a reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha” (PARÂMETROS, 1997, p.25).

## 2.4. Ética, moral e valores

Ao falarmos em educação em valores como ética e moral, é necessário, pois, o entendimento desses dois preceitos. Há autores que tratam da ética e da moral, ora diferenciando-os ora encontrando semelhanças e correspondências entre seus conceitos.

La Taille (2008, p.80) diferencia moral e ética ao nos explicar que, a moral corresponde à pergunta “como devo agir?” e a ética, às perguntas complementares: como viver? e quem eu quero ser? Dessa forma, podemos inferir que a pergunta “como viver” nos remete a regras e normas. Já, a pergunta “quem eu quero ser”, nos remete a reflexões filosóficas que buscam sentido e significado para suas respostas. Savater (2002, p.57) distingue moral e ética da seguinte forma: moral é o conjunto de normas e comportamentos que a sociedade aceita como válidas; ética é a reflexão sobre o porquê de as considerarmos válidas, bem como a sua comparação com as outras morais, de outras sociedades.

Segundo Vazquez (2011, p.23), “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Em sua obra *Ética*, o autor nos explica que a moral existe necessariamente para cumprir uma função social, posto ser ela, a moral, uma forma de comportamento humano que se concretiza apenas quando as pessoas estão vivendo em sociedade.

E na compreensão da moral, encontramos em Piaget (1932, apud LA TAILLE, 2008, p.71), duas morais: a moral heterônoma e a moral autônoma. A moral heterônoma é a moral da obediência (à autoridade), da regra, do dever onde, aquilo que é imposto corresponde ao Bem. A moral autônoma é a noção do Bem, de um ideal, de um valor desejável dos quais são derivados os deveres. E, dado ao fato que a moral heterônoma é a moral da obediência, do que é imposto, esta, acaba por ter menos força motivacional

[...] porque seus valores permanecem exteriores ou pouco integrados ao Eu, e na moral autônoma ocorre exatamente o contrário: os ideais penetram o Eu, inspiram seus projetos e ações decorrentes e, logo, dão sentido à obediência a certas leis coerentes com os referidos ideais (LA TAILLE, 2008, p.72).

A partir dessas reflexões e com base ainda em La Taille (2008), podemos inferir que moral e ética são conceitos muito próximos uma vez que ambos referem-se a costumes, a condutas e normas sociais, referenciadas em valores, em apreciações do que é desejável, bom ou mesmo obrigatório em determinada sociedade. A moral refere-se às regras que normatizam ou que regulam as condutas humanas, “e a ética corresponde aos ideais que dão sentido à vida”. Exemplificando: o mandamento “não matarás” corresponde à moral, uma vez que

consiste em uma lei que impõe um dever. Já o valor da vida ou a dignidade do ser humano, é a ética, pois que são os ideais do ser humano.

A diferença entre ética e moral, é apontada por Cabanas (1996, apud MENIN, 2002, p.93), ao explicar que:

A questão central da ética é a de responder à pergunta: o que nos obriga a sermos bons? Ou seja, é a ética que nos permite buscar critérios para definirmos o que é ser bom, correto ou moralmente certo e que nos fornece explicações para nosso senso de dever moral. A essa questão - o que me obriga a ser bom - podem ser dadas respostas diferentes, ancoradas em diversas posições filosóficas ou ideológicas; e é quando a respondemos que encontramos valores morais.

## **2.5. Os Valores, a Educação em Valores e a Questão da Indisciplina**

Em relação aos valores morais, Araújo (2007, p.29), nos explica que todos nós, humanos, construímos nossos sistemas de valores dentro das possibilidades que a natureza, a cultura e a sociedade nos oferecem. E neste processo, desde a família até a mídia, tudo parece influenciar esse processo. Os valores têm forte relação com a nossa identidade. Araújo (2007, p.24) observa que,

Nesse sistema de valores que cada sujeito constrói (e que no fundo constitui a base das representações de si), alguns deles se ‘posicionam’ de forma mais central em nossa identidade e outros, de forma mais periférica. O que determina esse ‘posicionamento’ é a intensidade da carga afetiva vinculada a determinado valor (ou contravalor) construído. Logo, nossos valores centrais são aqueles que, [...] tem uma intensidade de sentimentos muito grande. Por outro lado, construímos alguns valores cuja intensidade de sentimentos é pequena e, por isso, estão ‘posicionados’ na periferia de nossa identidade (ARAÚJO, 2007, p.24).

Dessa forma, esse posicionamento dos valores – central ou periférico – é o que constitui a identidade de cada sujeito, fazendo com que sua conduta seja motivada de acordo com seus valores construídos ao longo de toda sua vida, posto que,

Na fase adulta, cada ser humano já construiu uma infinidade de valores que, organizados em um sistema, se combinam em uma intrincada e complexa rede de relações, motivando as condutas de acordo com o contexto em que são solicitadas juízos e/ou ações (ARAÚJO, 2007, p.32).

Em função disso, um sujeito, cuja identidade foi construída tendo posicionado o valor da honestidade em seu núcleo central, viverá ele um dilema ético, caso sua conduta vá contra esse valor. Como bem exemplificado por Araújo (2007, p.30 – 31),

Esse sujeito encontra-se com fome, não tem dinheiro para comprar comida e vê a possibilidade de roubar [...].

[...] Como a honestidade é central para esse sujeito, ele pode não roubar para não desestabilizar seu equilíbrio psíquico ou para não ter os sentimentos

morais (como vergonha e culpa) que decorrerão da ação de violar um valor que lhe é essencial.

Araújo (2007, p.28) nos explica, ainda, o porquê do sujeito exemplificado anteriormente ter vivido um dilema de natureza *ética* na situação descrita, pois,

Se os valores construídos como centrais na identidade são de natureza ética, existe maior probabilidade de que os pensamentos e os comportamentos da pessoa sejam éticos. Ao contrário, se os valores construídos como centrais na identidade baseiam-se na violência, na discriminação etc., é provável que os comportamentos e os pensamentos da pessoa não sejam éticos.

Nesse sentido e compreendendo que a construção dos valores, pelo indivíduo, se faz com base nas projeções de sentimentos positivos (ou negativos) que ele faz, é que devemos considerar, com base em Araújo (2007, p.34), que a escola precisa assumir “uma nova forma de organização curricular, das relações em seu interior e com a comunidade” promovendo, assim, não somente o ensino das disciplinas e conteúdos como, também, a construção de valores pelo estudante.

Não obstante, mesmo que a escola esteja preocupada com a educação em valores, devemos advertir que, para alcançá-la, é preciso encontrar meios para realizá-la de fato, visto não ser algo “que se alcance simplesmente porque se acredita ou se deseja” (PUIG, 2007, p.104).

Em Araújo (2007, p.37), encontramos que, algumas pessoas consideram que o principal agente na construção de valores do sujeito é a família. Outras considerariam que o problema é a falta de limites da juventude contemporânea. Sem negar a influência de um ou outro fator, pode-se “[...] buscar formas de intervenção social, por meio da educação, que propiciem condições para uma educação em valores que ocorra a todo o momento [...]” impregnando, dessa forma, todas as ações do estudante, na escola e em seu entorno (família). Essa proposta pode ser compreendida “na criação de um ambiente ético de convívio, na escola e fora dela, pautado em valores como ética, democracia, cidadania e direitos humanos”.

Partindo dessa perspectiva e, com base em Araújo (2007, p.61), a criação de um ambiente ético na escola, pode se dar, alicerçada em três tipos de ações (independentes, mas, complementares):

- a) a inserção transversal e interdisciplinar de conteúdos de natureza ética no currículo das escolas;
- b) a introdução de sistemáticas que visam a melhoria e à democratização das relações interpessoais no dia-a-dia da escola;
- c) uma articulação dessas ações com a família e com a comunidade onde vive a criança, de forma que tais preocupações não fiquem limitadas aos espaços, aos tempos e às relações escolares.

Aplicando essas reflexões para o ensino superior, examinando o cotidiano de uma universidade, observamos que ali, como em qualquer outra instituição de ensino, ocorrem situações as mais diversas oriundas da convivência necessária e factual, do estar com o outro não apenas no mesmo local, mas, relacionando-se e convivendo com o outro. E, assim como em qualquer outra forma de convivência, é fundamental que essas relações, sejam pautadas pelo respeito à autonomia e à dignidade do ser humano, colaborando para a criação de um ambiente ético de convívio. Nessa perspectiva,

[...] oportunidades educativas em que se cultivem os valores e permitam aos sujeitos refletirem suas condutas são essenciais para a construção de sujeitos morais. Ninguém nasce com uma moral já constituída. Nesse sentido, compreendemos a escola como um espaço privilegiado para oferecer tais oportunidades (OLIVEIRA, CAMINHA e FREITAS, 2010).

E sendo a escola um espaço privilegiado de aprendizagem, a universidade, sendo a micro-sociedade que é, tem a obrigação social de incluir em seu programa de “formação humana” uma das ações apontadas por Araújo (2007, p.61) para auxiliar na criação de um ambiente ético na escola: “a introdução de sistemáticas que visam a melhoria e à democratização das relações interpessoais no dia-a-dia da escola”, como uma oportunidade educativa de se cultivar os valores morais e éticos.

É necessário, pois, considerar que o jovem, ao entrar para a faculdade/universidade, passa a fazer parte de outro mundo: o acadêmico. E como bem argumentado por Rios (1998, p.113),

Na universidade, não estamos num lugar qualquer. Estamos numa *instituição*<sup>24</sup>, uma *instituição* educacional, na qual existe uma tarefa prioritária: servir à sociedade, construindo e socializando a cultura, formando profissionais competentes e criativos, realizando um trabalho de ampliação constante de uma boa qualidade.

Entretanto, o que as notícias e pesquisas da área mostram hoje é que o ambiente das instituições de ensino superior está muito longe de ser esse ambiente descrito anteriormente. Seus estudantes, ao contrário, apresentam um comportamento cada vez mais antissocial e, até mesmo, delitivo. Apenas citando alguns dos comportamentos antissociais dos estudantes<sup>25</sup> observados no estudo de Gouveia et al. (2009), temos: brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas), responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua), sair sem permissão (do trabalho, de casa ou do colégio), dizer palavrões ou expressões pesadas, negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa),

---

<sup>24</sup> Grifo da autora.

<sup>25</sup> “Consideraram-se unicamente estudantes, pessoas que participam em um contexto convencional” (GOUVEIA et al., 2009, p.26).

falar ao mesmo tempo em que o professor explica o conteúdo; jogar lixo no chão da sala e pelo campus da universidade; não manter os banheiros limpos; escrever nas carteiras, paredes e portas de banheiro; dormir em sala de aula durante a aula; não cumprir os prazos dos trabalhos solicitados; não tratar o professor como autoridade (que é), entrando e saindo da sala após o início da aula, durante a aula; cometer fraude acadêmica (“colar” nas provas; copiar trabalhos já realizados nos anos anteriores de outros colegas - o que configura o plágio); trapacear (em provas, competição importante, gabarito de resultado, etc.), entre outras atitudes dessa natureza. Podemos, também, citar alguns outros exemplos de comportamentos considerados antissociais que, inclusive, fazem parte de uma lista das atitudes e comportamentos que são vedados ao corpo discente (“em qualquer atividade de ensino, seja interna ou externa à instituição”), de uma das muitas instituições pesquisadas em nosso estudo, sendo: provocar ou participar de algazarras ou outras manifestações que perturbem a ordem; usar de pessoas ou de meios ilícitos para auferir frequência, nota ou conceito; danificar documentos, livros, equipamentos ou bens pertencentes ao patrimônio da escola ou de terceiros; portar ou fazer uso de bebidas alcoólicas, bem como de qualquer substância tóxica, entorpecentes ou que altere transitoriamente a personalidade; executar atividades e usar vestimentas que atentem ao pudor e, utilizar aparelho celular e outros aparelhos sonoros dentro da sala de aula, durante a aula, impedindo o bom rendimento do processo ensino-aprendizagem (BONATO, 2002).

É importante observar que tais comportamentos, além de dificultarem a aprendizagem, colaboram, negativamente, para denegrir a imagem do ambiente acadêmico que, *a priori*, deveria ser um ambiente marcado tão somente pelas pesquisas, pelo estudo e por um comportamento mais ético, social e moral dos envolvidos nesse mundo (leia-se aí, alunos, professores e funcionários da universidade), de tal forma que, só o fato de serem participantes de um ambiente acadêmico já servisse para reconhecê-los ou identificá-los, frente à sociedade, como indivíduos “de valor”. E como bem tratado em um dos documentos pesquisados, ressaltamos que, os valores observados pelos estudantes (negativos ou positivos) refletem diretamente no prestígio e reputação de uma universidade, pois que, os estudantes “são membros nucleares da comunidade acadêmica” (CÓDIGO, [2011?], p.7) e, como tal, devem participar e contribuir, permanecendo ligados à instituição, mesmo depois de concluírem sua formação acadêmica. O estudante levará para sempre, o nome da instituição, seja em sua vida profissional ou mesmo na vida pessoal, visto que “o prestígio e a reputação da Universidade são um espelho da competência e dos valores observados pelas pessoas

formadas nesta instituição e estarão sempre alicerçados na integridade acadêmica (CÓDIGO, [2011?], p.7)”.

É necessário, pois, considerar, com base em La Taille (2008, p.90-91), que “[...] o insulto, a agressão física, o tratar o professor como se fosse um objeto, não ouvi-lo, fingindo que não está presente, que não existe [...]” são formas de indisciplina que acontecem dentro da sala de aula, que ferem as leis morais. E condutas (transgressões) desse tipo têm acontecido cada vez mais.

Em função disso, desse tipo de comportamento atualmente percebido entre os estudantes, o professor hoje, muito mais do que se preocupar em dar uma boa aula, passar o conteúdo, pensar em atividades que permitam o desenvolvimento e a aplicação do conhecimento construído, tem uma preocupação mais abrangente e urgente que é a questão desse comportamento antissocial de seus alunos. E, em geral, nem sempre se tem claro qual o papel ou mesmo contribuição da escola para a permanência desse tipo de comportamento e, de que forma ela, a escola, poderia contribuir para a formação do estudante como ser humano integral. La Taille (2008, p.91) se pergunta se a questão da indisciplina é, sim, em parte, responsabilidade da escola: “Será que isso acontece porque limites não foram impostos?” Ao que ele mesmo responde: “Em parte, sim” (LA TAILLE, 2008, p.90–91).

Sobre essa questão, Araújo (2007, p.48) nos assevera que “a escola que conhecemos tem seu grau de responsabilidade nesse processo de formação que ignora a importância das relações interpessoais e dos conflitos para a formação integral dos seres humanos”. E complementa que “a construção de um ambiente ético que ultrapasse os tempos, os espaços e as relações escolares vem se impondo como ferramenta importante para que a educação seja ressignificada na contemporaneidade” (ARAÚJO, 2007, p.56).

Nessa direção, Arantes (2007 apud ARAÚJO e PUIG, 2007) e La Taille (2008) têm apontado a existência de uma crença generalizada numa “crise social de valores” e como ela tem provocado a entrada, na escola, de tarefas antes atribuídas à família. Arantes (2007 apud ARAÚJO e PUIG, 2007, p.160), faz uma reflexão:

“[...] quer seja no âmbito da família, da escola ou de outras instituições, é muito frequente deparar com expressões como *crise de valores* ou *perda de valores* para caracterizar as novas gerações. Tais expressões, que denotam um ‘saudosimo’ de uma determinada época, trazem também certa valorização que, inevitavelmente, coloca as gerações anteriores como possuidoras de valores ‘melhores’ que as gerações atuais”.

La Taille (2008, p.67) observa que as novas gerações diferem das gerações anteriores na questão de normas e regras ao afirmar que “não há dúvidas de que um certo laxismo, bem

presente nos dias de hoje, tanto nas escolas quanto nas famílias, explica em parte a anomia que se observa nos comportamentos de muitos alunos [...]”. E complementa afirmando que o problema maior reside não nesse ponto, mas, na falta de ideais, de projetos, de concepções de caráter, falta essa verificada na sociedade contemporânea e, em decorrência, na educação.

Essa anomia observada nos comportamentos de muitos dos estudantes universitários, segundo Goergen (2011, p.64), prejudica as relações humanas porque:

[...] a convivência social exige regras impessoais para proteger os indivíduos uns dos outros. Onde tais regras inexistem ou não são aceitas ou respeitadas, as relações humanas tornam-se agressivas e reguladas pela “lei do mais forte” ou pela “lei da selva”, como se costuma dizer.

La Taille (2008, p.67) nos traz uma importante reflexão acerca da questão da indisciplina como um dos elementos que contribuem para essa situação das relações humanas serem reguladas pela lei do mais forte. Diz o autor:

Tem-se discutido muito, ultimamente, a questão da indisciplina. As vozes dos professores de Ensino Fundamental, de Ensino Médio e até do Ensino Superior unem-se para reclamar a falta de atenção dos alunos, de suas pândegas cada vez mais frequentes e agressivas, de suas atitudes desrespeitosas, de sua falta de motivação para o estudo. Nas famílias, as coisas não parecem andar muito melhor: a falta de limites dos filhos é tema de preocupação e angústia. E, como era de se esperar, um certo saudosismo se faz presente, alguns pensando: ‘bons tempos aqueles em que os pais eram severos e as escolas faziam, sem concessões, respeitar as regras e tinham professores com autoridade’. Passando da fala ao ato, muitos pais procuram colocar seus filhos em escolas cuja reputação é de firmeza e ordem. Todavia, mesmo estas escolas pedem socorro...

Segundo o autor, o indivíduo indisciplinado transgride as leis que deveria seguir ou porque seus valores e ideais não são coerentes com as referidas regras ou por desconhecer as regras que deveria seguir (como acontece, às vezes, com algumas crianças). Vale ressaltar que, indisciplina pode também e, às vezes, ser em decorrência de bons motivos éticos. “Se as regras não fazem sentido [...], a indisciplina pode se justificar eticamente” (LA TAILLE, 2008, p.90).

Dessa forma, referente a essa questão da indisciplina, é necessário, pois, entender que essa [a indisciplina], é a transgressão a dois tipos de regra: as regras morais e as chamadas convencionais.

As regras morais referem-se àquelas que são construídas na vida em sociedade, com base em princípios que visam o bem comum, em princípios éticos. A agressão verbal ou física e a discriminação racial ou sexual servem de exemplo para esse tipo de regra.

Já as regras convencionais são definidas por um grupo, em uma situação específica e com objetivos também específicos. Como exemplo, podemos citar o uso do celular e da

conversa paralela, em sala de aula. Dependendo do momento e da situação, não se está infringindo regra nenhuma.

Nessa perspectiva, se a indisciplina é a transgressão a dois tipos de regras ou, ainda, a total falta delas, a adoção de um Código de Conduta como um projeto ou programa de educação em valores, com normas e regras de convívio bem definidas, harmoniza-se com a segunda das três ações propostas por Araújo (2007), discutidas anteriormente para a criação de um ambiente ético nas instituições de ensino, visando “a melhoria e à democratização das relações interpessoais no dia-a-dia da escola” uma vez que

A escola faz parte da sociedade e junto com ela deve construir estratégias e procedimentos que levem à sua democratização. Como cada escola possui sua cultura própria e está inserida em um ambiente singular, deve buscar seu próprio caminho a partir de princípios e valores universalmente desejáveis (ARAÚJO, 2007, p.135).

Moretto (2007, p. 2) reitera a necessidade de se definir orientações para o convívio social:

[...] sempre que os princípios éticos do respeito e da generosidade não forem suficientes para reger a relação entre pessoas, torna-se necessário "normatizar", ou seja, moralizar as relações [...]. Em outras palavras, ainda que haja um ideal de comportamento e de educação [...] as normas que restringem a liberdade individual, em benefício da harmonia do convívio social, devem sim, ser estabelecidas, sobretudo para aqueles que não sabem viver em nome da ética.

No mesmo sentido, Pimenta e Pimenta (2011, p. 16), ressaltam que,

A criação de uma atmosfera de honestidade acadêmica com clareza do que se pensa e define como atitudes e ações esperadas do estudante – papel do código de ética – é resultado do respeito à sua condição de aprendiz. Em um período que se reconhece o enfraquecimento da família como formadora de valores, as instituições de educação, de todos os níveis de ensino, tem a obrigação de colaborar nessa formação.

A adoção de um Código de Conduta objetiva, ainda, resgatar a disciplina no convívio; possibilitar ao indivíduo que seja capaz de entender que ele, antes de ser estudante, é cidadão que participa de uma sociedade exercendo direitos e deveres políticos, civis e sociais – sendo adequado, assim, adotar no seu dia-a-dia, atitudes de respeito, cooperação e justiça em relação ao outro como, também, exigindo para si esse mesmo tratamento; ensinar ao estudante posicionar-se de maneira crítica e ética, a ser responsável por suas atitudes e comportamentos, procurando utilizar o diálogo como forma de mediar conflitos e tomar decisões individuais ou mesmo coletivas; e, também, procurar nortear as relações humanas que se estabelecem no seu viver, auxiliando a promover o resgate de uma sociedade mais justa onde o princípio da equidade vigore.

É importante ressaltar que, por serem as universidades “instituições de vanguarda numa sociedade que deve assumir compromissos claros com os mais altos valores ligados à criação e difusão do conhecimento e o desenvolvimento humano nas suas diversas facetas”, e tendo, as mesmas, “uma grande influência no rumo que a sociedade segue, torna-se necessário adotar e transmitir um conjunto de valores como parte integrante das suas culturas organizacionais” (CÓDIGO, [2011?]).

Referente à cultura organizacional de uma instituição de ensino superior, essa, deve ser, antes de tudo, uma cultura moral a qual deve ser entendida “[...]como a totalidade do meio que acolhe e cerca completamente os educandos, e o faz de modo que fiquem totalmente imersos e sejam inevitavelmente afetados” (PUIG, 2007, p.94).

Dessa forma, quando o estudante se depara com um ambiente educacional onde normas para a boa convivência e para a integridade acadêmica vigorem no seu cotidiano, ele acaba por ser como que “contaminado” por esse ambiente, tomando para si, para suas próprias atitudes, os hábitos com os quais ele se vê obrigado a conviver, uma vez que, “[...] os valores expressos pela instituição educacional nos embebem e se tornam hábitos e atitudes pessoais conforme os colocamos em prática.” (PUIG, 2007, p.95). Contudo, “[...] esse processo de embeber-se em valores e convertê-los em hábitos e atitudes depende da capacidade da instituição de vivenciar realmente os valores defendidos” (PUIG, 2007, p.95–96).

## **2.6. Conceituando Código de Ética e Código de Conduta**

Considerando que a presente pesquisa trata de analisar se a existência de um código de conduta poderia contribuir para a educação em valores de jovens universitários, faz-se necessário, portanto, analisar o que é esse documento e para quê ele serve. Para tanto, buscamos as conceituações encontradas em alguns estudos com foco nos Códigos de Ética e de Conduta profissionais, devido ao fato de que, nas pesquisas realizadas, nenhum trabalho ou mesmo estudo foi encontrado que tratasse desse tipo de documento com foco no mundo acadêmico; apenas para o mundo corporativo. Nesse sentido, importa aqui as conceituações encontradas sobre esse documento, sua finalidade e importância.

Referente à diferença entre Código de Ética e Código de Conduta, segundo Daineze (2003, apud MIZOGUTI e PEREIRA, [200-?], p.4), a diferença entre um e outro é que, enquanto o Código de Ética corresponde ao conjunto de valores que orienta os indivíduos em como deveriam agir, o Código de Conduta representa uma lista de prescrições relacionadas às penalidades com as violações, referindo-se, portanto a como os indivíduos devem agir.

Relativo ao termo “código de ética”, segundo Pereira Neto e Rocha (1995, p. 24 apud LOPES JUNIOR, 2008),

um código de ética pode ser visto como um conjunto normativo, fruto da coletividade e que tem seu estabelecimento embasado na persuasão e na coersão sobre determinada categoria, trazendo previsões que visam regular a conduta do profissional para com seu cliente e para com seus clientes.

Dessa forma, para Filho (2002, apud MIZOGUTI e PEREIRA, [200-?] p.4), ao orientar-se por um Código de Ética, o indivíduo encontra amparo legal e legitimidade em suas ações.

Ainda concernente ao código de ética, segundo Chiavenato (2003, apud MIZOGUTI e PEREIRA, [200-?], p.4), o Código de Ética é tratado, por muitas empresas, como uma “declaração formal para orientar e guiar o comportamento de seus parceiros”.

Quanto ao Código de Conduta, esse é o “[...] documento no qual os princípios do Código de Ética são detalhados, e que mostra o que fazer ou não fazer diante de determinadas situações” (GIANNECCHINI, SAFON e MARINONI, 2007, p.2).

Bateman e Snell (1998 apud MIZOGUTI e PEREIRA, [200-?], p.4) afirmam que, quando o Código de Conduta é implementado pode mudar o clima ético de uma empresa para melhor, estimulando dessa forma, o comportamento ético da empresa.

Assim, no CAPÍTULO III, são apresentados os dois códigos analisados pela nossa pesquisa: o Código de Ética da USP e a Disciplina Consciente do ITA.

### **CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO DOS CÓDIGOS ENCONTRADOS**

*Age de tal maneira que o livre uso de teu arbítrio  
possa conformar-se com a liberdade de todos os  
outros, segundo uma lei universal.*

Kant

Nesse capítulo, são apresentados o conteúdo dos códigos encontrados, o contexto nos quais foram criados e estão inseridos. Seu público – estudantes, professores e demais membros da instituição de ensino superior, bem como uma breve apresentação do histórico das instituições às quais referem-se esses códigos, também foram destacados.

Importa salientar que, devido ao presente estudo ter tido como único instrumento de pesquisa o levantamento de dados em documentos disponibilizados estritamente no meio virtual (online), o leitor notará uma diferença de quantidade nas informações referentes às duas instituições e seus códigos.

No site da USP e mesmo nas outras fontes pesquisadas, pouco foi encontrado relativo ao seu código de ética. Quanto ao ITA, diferentemente, tanto no site oficial da instituição quanto nas outras fontes pesquisadas, muito foi encontrado sobre a Disciplina Consciente e, por esse motivo, a quantidade maior das informações.

Contudo, tanto para a investigação realizada na USP quanto no ITA, a fonte mais rica de informações encontrada foi o PDI dessas escolas. Dessa forma, importa aqui algumas considerações concernentes a esse documento, sua função, finalidade e importância.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – é uma ferramenta de planejamento das instituições de ensino superior (IES). De cunho político-institucional, esse documento explicita a maneira como a instituição pretende responder às demandas e aos desafios que se apresentam. Tem, como objetivo principal, nortear as diretrizes institucionais, explicitando para a comunidade o caminho que será seguido nos próximos anos. Seu texto descreve, entre outras informações, o diagnóstico dos recursos e instalações existentes na instituição; objetivos de média e longa duração e os projetos propostos, devendo ser revisto e atualizado periodicamente à medida que sofrer qualquer mínima alteração em sua proposta inicial e, também, de acordo com os resultados que forem apurados por meio de uma avaliação sistemática de suas metas inicialmente formuladas. Sua importância abrange inclusive, os processos de reconhecimento dos cursos, sendo, para isso, um documento obrigatório. O PDI revela, ainda, o processo de construção da identidade da IES. Por ser um

instrumento que norteia os caminhos da escola, a elaboração do PDI deve envolver todos os membros da comunidade acadêmica.

### **3.1. Código de Ética da Universidade de São Paulo**

#### **3.1.1. A Universidade de São Paulo (USP) – Um pouco sobre sua história**

“De São Paulo não sairão mais guerras civis anárquicas, e sim 'uma revolução intelectual e científica' suscetível de mudar as concepções econômicas e sociais dos brasileiros”. Foram com essas palavras emblemáticas, que Sérgio Milliet da Costa e Silva<sup>26</sup> (1898 – 1966), intelectual paulista, expressou os motivos que deram origem à Universidade de São Paulo.

A origem da Universidade de São Paulo (USP) está intimamente ligada à Revolução de 1932<sup>27</sup>, como ficou conhecido o levante armado ocorrido naquele estado, conduzido por militares e políticos do estado de São Paulo, contrários ao arbítrio do governo de Getúlio Vargas. Com sua derrota, o Estado de São Paulo se deu conta de que a única forma de restabelecer seu poder e prestígio junto ao governo, seria por meio da concepção e formação de uma nova elite, a qual, com a educação, fosse capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições, do governo e a melhoria do país. Para tanto, era fundamental um centro de pensamento que irradiasse cultura e ideais que, não só espelhassem, mas, principalmente moldassem a sociedade brasileira à sua imagem. O lema estampado no emblema da USP – *Scientia Vincet* (em latim, “Pela ciência vencerás”), assinala a intenção da criação dessa instituição: liderar o país através do conhecimento científico.

---

<sup>26</sup> Sérgio Milliet da Costa e Silva (1898 – 1966) foi escritor, pintor, poeta, ensaísta, crítico de arte e de literatura, sociólogo e tradutor brasileiro. Foi também diretor de biblioteca, tendo dirigido a Biblioteca Mário de Andrade.

<sup>27</sup> A Revolução Constitucionalista de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido no Estado de São Paulo, entre os meses de julho e outubro do ano 1932, que tinha por objetivo a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o Brasil.



Figura 1: Emblema da USP  
Fonte: Manual do Calouro USP – 2012, p.15

Fundada em 1934 por Armando de Salles Oliveira<sup>28</sup>, então interventor<sup>29</sup> do estado de São Paulo, a USP foi projetada para ser um centro de excelência acadêmica. Surgiu da união de algumas das escolas superiores independentes, existentes à época, no estado, sendo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934), Escola Politécnica de São Paulo (1894), Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (1901), Faculdade de Medicina e Cirurgia (1912), Faculdade de Direito (a mais antiga, criada em 1827) e Faculdade de Farmácia e Odontologia (1898).

O texto inicial do Decreto nº 6.283 que trata da sua criação, expressam os preceitos nos quais embasaram-se os pilares da USP:

[...]

considerando que a organização e o desenvolvimento da cultura filosófica, científica, literária e artística constituem as bases em que se assentam a liberdade e a grandeza de um povo;

considerando que, somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressada, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos;

considerando que a formação das classes dirigentes, mormente em países de populações heterogêneas e costumes diversos, está condicionada à organização de um aparelho cultural e universitário, que ofereça oportunidade a todos e processe a seleção dos mais capazes;

---

<sup>28</sup> Armando de Sales Oliveira (1887 – 1945). Engenheiro e político brasileiro, graduado pela Escola Politécnica de São Paulo, interventor federal em São Paulo nos anos de 1933 a 1935 e governador (eleito pela Assembléia Constituinte) de 1935 a 1936.

Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando\\_sales](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales)>. Acesso em: 02 ago. 2012.

<sup>29</sup> Cargo correspondente hoje, ao de governador.

considerando que, em face do grau de cultura já atingido pelo Estado de São Paulo, com Escolas, Faculdades, Institutos, de formação profissional e de investigação científica, é necessário e oportuno elevar a um nível universitário a preparação do homem, do profissional e do cidadão [...] (DECRETO, 1934)

A USP é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo e ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia<sup>30</sup>. É a maior universidade pública brasileira e uma das mais prestigiadas do país. É uma das maiores instituições de ensino superior na América Latina, em número de alunos, quantidade de campi e de cursos de graduação e de pós-graduação. Dentre as universidades públicas brasileiras, a USP oferece o maior número de vagas tanto na graduação quanto na pós-graduação. Com 42 unidades de ensino e pesquisa distribuídas em 246 cursos de graduação e 239 programas de pós-graduação (308 cursos de mestrado e 299 de doutorado), a USP oferece um total de 615 cursos em todas as áreas do conhecimento. Por esse motivo, é responsável pela formação do maior número de mestres e doutores do mundo o que influi diretamente na produção científica, não só do estado de São Paulo (responde pela metade de toda a produção científica) como, também, do país (25%).<sup>31</sup>

Conforme consta na versão preliminar do atual Plano de Desenvolvimento Institucional da USP (PLANO, 2012), “nos rankings internacionais, a USP aparece como a melhor universidade da América Latina, e com as melhores condições de se tornar uma universidade classe mundial”.

Os alunos da USP contam com algumas formas de subsídio, além do ensino custeado pelo Estado. Há bolsa moradia (vaga em apartamento, especial para estudante com filhos) ou auxílio moradia (financeiro); auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio permanência para alunos ingressantes; creche; auxílio emergencial além de outros tipos de auxílios que combinam suporte socioeconômico e mérito acadêmico. Outros recursos de apoio ao estudante incluem programas de promoção da saúde para alunos em situação de risco<sup>32</sup> (PLANO, 2012, p.29).

---

<sup>30</sup> A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), trabalha para promover o crescimento econômico sustentável, aprimorar os ensinos superior, técnico e de graduação tecnológica e estimular a inovação no estado de São Paulo, com políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda e ao aumento do empreendedorismo e da competitividade do setor produtivo. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.sp.gov.br/secretaria/>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

<sup>31</sup> Dados: MANUAL do Calouro 2012. 23. ed. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social, fev. 2012. 126 p. Disponível em: <[http://biton.uspnet.usp.br/marketing/manual\\_2012.pdf](http://biton.uspnet.usp.br/marketing/manual_2012.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2012.

<sup>32</sup> Apoio psicológico, prevenção e atendimento ao uso de álcool e drogas, prevenção e atendimento para casos de gravidez na adolescência ou de adultos jovens, projetos visando facilitar o acesso de deficientes físicos e outros.

Com aproximadamente 89.000 alunos matriculados (57.000 na graduação, 26.000 na pós-graduação e 6.000 nos programas de especialização e de extensão), sua estrutura física conta com onze campi sendo, o principal, localizado na cidade de São Paulo. Com uma área de 7.443.770 m<sup>2</sup>, nesse campus, chamado Cidade Universitária Armando Salles Oliveira, ou simplesmente Cidade Universitária, está localizada a estrutura administrativa de toda a USP, bem como, a maioria das unidades de ensino, pesquisa e extensão, além dos órgãos centrais da universidade, como o gabinete do reitor e as pró-reitorias (nesse campus, além da Reitoria, também estão abrigadas 23 unidades de ensino e pesquisa, cinco institutos especializados, dois museus (O Museu de Arte Contemporânea e o Museu de Arqueologia e Etnologia) e o Hospital Universitário).

Há ainda outros três campi na capital e outros sete distribuídos em cidades do interior do estado de São Paulo, sendo: Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Lorena, Ribeirão Preto e dois em São Carlos. A USP conta, ainda, com 44 bibliotecas, 4 hospitais e 4 museus.<sup>33</sup>

A USP está envolvida no ensino, pesquisa e extensão universitárias. Ocupa o ranking de número 178<sup>a</sup> dentre as melhores universidades do mundo<sup>34</sup>.

Sua contribuição para a história brasileira é bastante relevante. Nessa universidade, doze dos quarenta e dois presidentes brasileiros, se formaram. Como exemplo podemos citar: Jânio Quadros, formado em Direito e Fernando Henrique Cardoso, sociólogo. Também cinquenta e três ministros do Supremo Tribunal Federal, se formaram na faculdade de Direito da USP, cuja existência precede em 108 anos ao da própria universidade.

### **3.1.2. O Código de Ética da USP**

O Código de Ética da USP foi criado em 2001, 67 anos após sua fundação (ocorrida em 1934). Antes dessa data, nossas pesquisas ao site de Normas da Usp revelaram que, a citação mais antiga referente à normas disciplinares ou de conduta que visassem garantir a convivência harmônica entre docentes e discentes, foi encontrada somente no Artigo nº 247 do Regimento Geral da USP de 1972:

O Regime Disciplinar visa assegurar, manter e preservar a boa ordem, o respeito, os bons costumes e preceitos morais, de forma a garantir a harmônica convivência entre docentes e discentes e a disciplina indispensável às atividades universitárias (DECRETO, 1972).

---

<sup>33</sup> Dados: USP em Números. Disponível em: <[https://uspdigital.usp.br/anuario/tabelas/usp\\_em\\_numeros.pdf?codmnu=2786](https://uspdigital.usp.br/anuario/tabelas/usp_em_numeros.pdf?codmnu=2786)>. Acesso em: 09 jul. 2012.

<sup>34</sup> Na lista das melhores universidades do mundo elaborada pela *Times Higher Education*, revista inglesa que publica notícias e artigos referentes a educação superior.

Contudo, nesse texto não há qualquer referência à criação de um Código de Ética. Somente dezoito anos mais tarde, no novo Regimento Geral da USP, aprovado em 1990, no Título X, Disposições Transitórias, no Artigo 5º, é que encontramos a menção de que “o Código de Ética para docentes, discentes e servidores não-docentes da USP, a ser aprovado pelo Co<sup>35</sup>, será elaborado por comissão especial designada pelo Reitor”. O Código de Ética foi criado onze anos depois dessa última referência à ele, em 2001.

Criado para regular as relações humanas no âmbito da universidade não só do ponto de vista acadêmico/científico, mas, também, nas relações entre docentes, funcionários e alunos, o Código de Ética da USP foi aprovado em 22 de outubro de 2001, pela Resolução nº 4871, após sua criação ter sido deliberada pelo Conselho Universitário (CO), em sessão de 09 de outubro de 2001. Seu texto levou dois anos para ser elaborado por uma comissão formada por cinco professores<sup>36</sup>, tendo sido aprovado pelo Conselho Universitário em votação que contou com a presença de 81 conselheiros e apenas uma abstenção. (USP, 2001).

Sobre a redação do texto do Código de Ética, segundo explica o professor Alfredo Bosi<sup>37</sup>, em um artigo publicado no jornal Informe<sup>38</sup>, além de reportarem-se à Declaração dos Direitos Humanos (aprovada pela ONU em 1948), buscaram, também em Kant, a inspiração e diretrizes seguras, citando dois princípios do filósofo: “Age de tal maneira que o livre uso de teu arbítrio possa conformar-se com a liberdade de todos os outros, segundo uma lei universal” e o imperativo de “tratar o outro como um fim, jamais como um meio”. E a partir dessa base ética segura, ainda restava à comissão responsável pela escrita do Código de Ética enfrentar um problema “de base”, segundo Bosi: “Quando se pretende elaborar um conjunto de normas para o convívio universitário enfrenta-se um problema de base: o que é preferível, ser genérico ou específico?” (BOSI, 2007). Com a preocupação de se penetrar no contexto universitário, optaram pelo bom senso e pela experiência, refletindo sobre questões práticas vividas no cotidiano da universidade:

O bom senso e a experiência recomendavam o óbvio que tantos de nós esquecemos. Que os pesquisadores citem as obras dos colegas quando as usam. Que os alunos não devem colar, enganando os mestres e a si mesmos. Que os veteranos não devem submeter os calouros a trotes violentos ou vexatórios. Que os docentes não busquem as fundações em proveito próprio.

---

<sup>35</sup> Conselho Universitário: órgão máximo na atual Estrutura Administrativa da USP, com função normativa de planejamento. O Conselho Universitário estabelece a política geral da Universidade.

<sup>36</sup> Alfredo Bosi (Instituto de Estudos Avançados – IEA), Alberto Carvalho da Silva (IEA), Dalmo de Abreu Dallari (Faculdade de Direito), Paschoal Ernesto Américo Senise (professor emérito da USP), Fábio Goffi (emerito da USP) e William Saad Hossne (professor emérito da Universidade Estadual Paulista — Unesp).

<sup>37</sup> Professor do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e coordenador da comissão que elaborou o Código de Ética.

<sup>38</sup> Jornal Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

Que nenhum professor, funcionário ou aluno abuse do poder de que dispõe na trama de relações que se forma na universidade.

Dessa forma, o Código de Ética, além de estabelecer princípios gerais e criar normas específicas em relação aos diferentes membros da Universidade (servidores, servidores docentes, servidores não-docentes e corpo discente) também cita normas de conduta em relação às Fundações, aos Convênios, à pesquisa, às publicações, ao uso do nome da universidade e ao registro de dados e informática (USP, 2001).

Referente ao uso do nome da universidade e ao registro de dados e informática, essas duas questões já haviam sido objeto de consideração em documentos criados antes do Código de Ética, os quais foram revogados com sua criação: a Resolução de nº 4783/2000 e a Portaria GR nº 3082/1997.

A Resolução de nº 4783/2000, estabelecia os princípios a serem observados para a preservação e valorização do nome e da imagem da Universidade de São Paulo. Essa Resolução foi criada considerando dois pressupostos:

1º) que todos os membros da comunidade universitária (bem como a própria instituição), beneficiavam-se quando o nome da USP era bem utilizado da mesma forma que, sofriam prejuízo quando o mesmo era usado de forma inadequada e que,

2º) cabia à Universidade de São Paulo zelar pelo bom uso de seu nome e de sua imagem (RESOLUÇÃO, 2000).

O parágrafo único do Artigo 1º dessa resolução estabelece que não somente os que vinculam-se formalmente à USP devem observar seus princípios, mas, todos os que, de uma forma ou de outra, mantenham relações de colaboração com a instituição.

Quanto à Portaria GR nº 3082/1997, essa, restringia-se apenas, aos princípios éticos para o uso de computadores na USP, limitando-se à privacidade, aos recursos e às penalidades que envolviam essa questão. Tratado inicialmente em seu texto, como “código de ética”, essa Portaria esboçava as diretrizes gerais para o uso de recursos computacionais na universidade, apenas. Referente à ser inicialmente denominado de “código de ética”, podemos inferir ser devido ao fato de que, essa Portaria, estabelecia os princípios éticos para o uso de computadores na USP, como tratado no segundo parágrafo de seu texto:

Princípios éticos aplicados diariamente na vida em comunidade também se aplicam ao uso comunitário de recursos computacionais. Quanto ao uso de tais recursos todos os membros da USP têm dois direitos básicos importantes: privacidade e acesso adequado aos recursos computacionais compartilhados. Não é ético que um membro viole os direitos de outro, sob pena de aplicação de penalidades disciplinares (PRINCÍPIOS, 1997).

Com a revogação desses dois documentos – a Resolução de nº 4783/2000 e a Portaria GR nº 3082/1997 – seus princípios foram incorporados ao texto do Código de Ética (Capítulo IV - Do Uso do Nome da Universidade e Capítulo V - Registros de Dados e Informática).

Referente ao Código de Ética, o órgão responsável por apurar as ocorrências e encaminhar as conclusões às autoridades competentes é a Comissão de Ética, composta por representantes docentes, discentes e servidores não-docentes. A primeira Comissão de Ética foi instituída em 14 de novembro de 2001, 23 dias após o Código de Ética ser criado<sup>39</sup>. As atribuições da Comissão de Ética são:

I. conhecer das consultas, denúncias e representações formuladas contra membros da Universidade, por infringência às normas deste Código e postulados éticos da Instituição;

II. apurar a ocorrência das infrações;

III. encaminhar suas conclusões às autoridades competentes para as providências cabíveis;

IV. criar um acervo de decisões do qual se extraíam princípios norteadores das atividades da Universidade, complementares a este Código (CÓDIGO, 2001).

Para assegurar a plena observância das normas e princípios previsto no Código de Ética, ficou determinado que a Ouvidoria da USP<sup>40</sup> e a Comissão de Ética atuariam juntas, de forma coordenada (CÓDIGO, 2001) e que a Comissão de Ética deve apresentar, ao Conselho Universitário, relatório anual de suas atividades (CÓDIGO, 2001). Segundo Bosi (2007), o papel da Comissão de Ética da USP, “é rigorosamente consultivo”.

## **3.2. A Disciplina Consciente do Instituto Tecnológico de Aeronáutica**

### **3.2.1. O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)**

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) é uma instituição pública de ensino superior ligada ao Comando da Aeronáutica<sup>41</sup>. Criado em 1950<sup>42</sup>, o ITA é um dos quatro Institutos que compõem o Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial localizado na Base da Força Aérea Brasileira, no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial<sup>43</sup> (DCTA), na

---

<sup>39</sup> Resolução nº 4881, de 14 de novembro de 2001.

<sup>40</sup> Criada pela Resolução nº 4827, de 29 de março de 2001, para atender pessoas com dúvidas, problemas ou reclamações em relação à Universidade.

<sup>41</sup> A Força Aérea Brasileira (FAB) é o "braço-armado" da Aeronáutica brasileira. É uma das três Forças Armadas do Brasil. É a maior força aérea da América Latina em contingente, número de aviões e poder de fogo.

<sup>42</sup> Decreto nº 27.695, de 16 de janeiro de 1950, definido pela Lei nº 2.165, de 05 de janeiro de 1954.

<sup>43</sup> O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA é, no âmbito do Comando da Aeronáutica, o órgão responsável pela execução dos programas de ensino, pesquisa e desenvolvimento necessário à consecução dos objetivos da Política Aeroespacial Nacional. Para o desempenho de sua missão, o DCTA conta com os seguintes Institutos: Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE,

cidade paulista de São José dos Campos. “O ITA foi concebido como um estabelecimento de ensino modelar, comparável às grandes universidades norte-americanas e constituído por seleto grupo de professores de renome internacional” (DEPARTAMENTO, [200-?]).

A origem do ITA remete à criação do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), na década de 1940. Nesse plano, elaborado inicialmente pelo Marechal-Do-Ar Casimiro Montenegro Filho, previa-se a criação do ITA como uma instituição de ensino e pesquisa pura. Segundo Lacerda (2008), “A criação do CTA e do ITA correspondia ao que se idealizava, na ocasião, em termos de desenvolvimento, segurança e soberania para o país”.

Inicialmente, o Instituto foi estruturado como uma escola de formação de engenheiros de aeronáutica<sup>44</sup>. Criado na primeira metade da década de 1940, era parte administrativamente autônoma do Centro Técnico de Aeronáutica, atual Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) até que, em meados de 1950, seus cursos de preparação e formação de engenheiros de aeronáutica foram transferidos daquela escola para o recém criado ITA.

Importa informar que o ITA, assim como outras instituições de ensino superior brasileiras, quando de sua criação, importou, além dos modelos de escola, de gestão e de tecnologia, também seus primeiros professores. Isso é explicado pelo fato de que, na época de sua criação (1940 – 1950), no Brasil, havia poucos docentes com formação adequada na área de tecnologia, necessária para atuar em uma escola destinada a ser uma “instituição de ensino e pesquisa pura”.

Da elaboração da versão final do plano de criação do CTA (o qual previa a criação do ITA), concluída pelo professor Richard Herbert Smith, do Departamento de Aeronáutica do MIT, até seus primeiros professores, toda a estrutura de ensino foi inicialmente importada das escolas tidas como “paradigmas de ensino de alta tecnologia norte-americano na época” (LACERDA, 2008). Isso justifica o fato de que, “[...] durante aproximadamente os 10 primeiros anos de existência do ITA, seus reitores foram de nacionalidade norte-americana, o mesmo ocorrendo com os primeiros professores, os quais também ocuparam cargos de gestão acadêmica” (LACERDA, 2008).

O ITA é uma escola reconhecida socialmente como uma instituição genuinamente de alta qualidade. Possui seis cursos de graduação e quatro programas de pós-graduação em áreas ligadas apenas à engenharia, principalmente no setor Aeroespacial, sendo considerado o

---

Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI, e Instituto de Estudos Avançados – IEAv. O DCTA corresponde hoje, ao antigo CTA (Centro Técnico de Aeronáutica). Disponível em: <[http://www.posgrad.ita.br/catalogo/catalogo\\_2011.pdf](http://www.posgrad.ita.br/catalogo/catalogo_2011.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2012.

<sup>44</sup> Escola Técnica do Exército (ETE, no Rio de Janeiro, atual Instituto Militar de Engenharia, IME).

mais renomado centro de referência no ensino de engenharia do país, com elevado prestígio, reputação e notoriedade. Os cursos de graduação oferecidos pelo ITA são: Engenharia Aeronáutica (o primeiro, iniciou-se em 1947), Engenharia Eletrônica (1951), Engenharia Mecânica (implantado em 1962, transformado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica em 1975), Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica (iniciado em 1975 e transformado em Engenharia Civil-Aeronáutica em 2007), Engenharia de Computação (1989) e Engenharia Aeroespacial (2010).

Cabe destacar que, no país, há apenas três cursos universitários de Engenharia Aeronáutica: o do ITA, o da USP e o da Universidade de Taubaté. Destes, o mais tradicional é o do ITA (SCATOLIN, 2005).

Quanto à excelência do ensino, no Plano de Desenvolvimento Institucional do ITA, período 2011 – 2020, encontramos a informação que “todos os cursos se destacaram dentre os primeiros em todos os processos de avaliação pelo Exame Nacional de Cursos (ENC), o “Provão” e pelo Exame Nacional de Avaliação de Desempenho Escolar (ENADE)” (SAKANE, 2011, p.14).

Os programas de pós-graduação *stricto-sensu* do ITA foram formalmente regulados pelo Ministério da Educação (MEC) em 1961. O primeiro título de Mestre em Ciências na área de Engenharia do país foi conferido pelo ITA em 1963 e, o primeiro título de Doutor, em 1970, marcando o pioneirismo do ITA na pós-graduação brasileira. Atualmente, os programas de pós-graduação *stricto-sensu* mantidos pelo ITA são nas seguintes áreas: Engenharia Aeronáutica e Mecânica (PG-EAM); Engenharia Eletrônica e Computação (PG-EEC); Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica (PG-EIA) e Física (PG-FIS).

Seus cursos funcionam no campus do DCTA, conhecido como Campo Montenegro, nome dado em homenagem ao seu idealizador e fundador, o Marechal-Do-Ar Casimiro Montenegro Filho.



Diariamente, nove mil pessoas circulam pelo CTA, que tem 14 Km<sup>2</sup> de área.

Figura 2: Campo Montenegro  
Fonte: Jornal Aerovisão (SCATOLIN, 2005).

O campo Montenegro, localizado na região central da cidade de São José dos Campos, possui uma área funcional e uma área residencial. Na área funcional, se situa o ITA, além dos demais Institutos<sup>45</sup> e, na área residencial, ficam as residências dos familiares de servidores civis e militares, como também, os alojamentos dos alunos do ITA (DIVISÃO, [200-?]).

O Campo Montenegro propicia a seus moradores condições e acesso a facilidades necessárias para uma vida em comunidade, dentre as quais: Hotel de Trânsito, Correios, Locadora de Vídeo, Posto de Gasolina, Central Telefônica, Clubes Recreativos, Clube de Vôo à Vela, Área Residencial, Supermercado e Padaria, Bicletaria, Refeitórios, Clínica Odontológica, Escola de 1º e 2º Graus, Alojamento dos Alunos, Biblioteca, Agências bancárias, Barbearia, Praça de Esportes, Aeroporto Civil e Militar, Papelaria e xerocópias, Capela, Lavanderia e Alfaiataria, Batalhão de Segurança, Maternidade e Pronto Socorro, Serviço Social, Despachante, Lagoas para pesca e ADC-CTA<sup>46</sup> (DIVISÃO, [200-?]).

Os alunos de graduação do ITA são bolsistas do Comando da Aeronáutica. As bolsas podem ser parciais ou integrais. As bolsas [integrais] são renovadas semestralmente e destinadas somente aos que se declararem carentes e que obtiverem bom aproveitamento escolar e conceito disciplinar favorável. Essas incluem, além do ensino gratuito, alojamento e prestação de serviços médico-odontológicos. Em contrapartida, o aluno bolsista se obriga a:

<sup>45</sup> Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE, Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI e Instituto de Estudos Avançados.

<sup>46</sup> Associação Desportiva Classista dos Servidores Civis e Militares do Centro Técnico Aeroespacial.

a) cumprir todos os dispositivos legais, regulamentares e regimentais que regem o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, bem como as instruções emanadas dos órgãos da Direção do CTA.

b) dedicar-se em regime integral às atividades acadêmicas do Curso de Engenharia do ITA, não podendo, durante o ano letivo, exercer, mesmo sem remuneração, qualquer outra atividade (acadêmica, esportiva, amadora ou profissional, liberal ou privada) sem a prévia AUTORIZAÇÃO do ITA (DIVISÃO, [200-?]).

O aluno aprovado no vestibular do ITA (homens e mulheres) e matriculado no 1º ano do Curso Fundamental<sup>47</sup> (excetuando-se os alunos Aspirantes-a-Oficial da Reserva das Forças Armadas.), será compulsoriamente matriculado, também, no CPORAER-SJ<sup>48</sup>, curso que tem como principal objetivo prover a Reserva Técnica da Aeronáutica. A participação nesse curso proporciona, também, que os alunos civis do ITA, prestem o Serviço Militar em nível compatível com sua formação técnico-profissional. Com duração de um ano letivo (dividido em dois períodos), nesse curso todos os alunos são militares e remunerados na graduação de aluno, usam uniformes (quando determinado), participam de instruções e formaturas militares e se preparam para o Oficialato<sup>49</sup>, cumprindo o serviço militar em nível compatível com sua aptidão técnico-profissional (INSTRUÇÕES, 2012). O primeiro período desse curso, possui uma fase básica de adaptação à vida e rotina militares. Nesta etapa, os alunos aprendem os principais regulamentos militares, ordem unida<sup>50</sup>, educação física, tiro, marchas e adestramento de campo. Dado à essa exigência do ITA, da frequência ao curso do CPORAER, não podem se candidatar nos vestibulares os portadores de dispensa do serviço militar, aqueles que não possuem aptidão física ou moral, ou, ainda, alunos desligados de escolas militares por questões ligadas à disciplina (LACERDA, 2008).

Além da preocupação com a adaptação à vida e rotina militares, a criação desse curso embasou-se também, em questões preconceituosas quanto ao sistema educacional brasileiro,

---

<sup>47</sup> Curso ministrado nos dois primeiros anos dos cursos de Graduação do ITA, constituindo-se de disciplinas comuns e básicas para as especializações profissionais de engenharia (REGIMENTO, 2011).

<sup>48</sup> Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos. Criado em 1953, tem como principal objetivo formar Aspirantes-a-Oficial da Reserva da Aeronáutica, de 2ª Classe, proporcionando aos alunos civis do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) a prestação do Serviço Militar em nível compatível com sua formação técnico-profissional, bem como promover atividades complementares para os alunos do curso profissional do ITA, visando ao preparo militar de oficiais para o Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da Ativa ou da Reserva.

<sup>49</sup> Oficialato é a denominação dada aos militares que ocupam um posto/patente. Na carreira militar, o Oficialato se inicia no posto de segundo-tenente.

<sup>50</sup> A Ordem Unida é uma das atividades militares, onde são treinadas as Marchas Militares e Desfiles cívicos. Ao conjunto harmonioso, cadenciado e equilibrado dos movimentos de marcha, dá-se o nome de Ordem Unida.

Disponível em: <

[http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/proposta\\_novo\\_manual\\_cfsd/Materia%2007%20-%20Ordem%20Unida.pdf](http://www.defesacivil.rj.gov.br/documentos/proposta_novo_manual_cfsd/Materia%2007%20-%20Ordem%20Unida.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2012.

como pode ser notado nas palavras do próprio Prof. Richard Smith<sup>51</sup> (em palestra a COCTA). Segundo ele, a participação no curso Fundamental de todos os estudantes ingressantes do ITA, justificava-se por uma necessidade de “re-educação” para o ensino. A maioria dos estudantes brasileiros que completavam o segundo grau “nunca foram instruídos sobre como estudar nem educados para arcar com as responsabilidades de um programa normal de estudos”. Nota-se em um dos trechos de sua fala, um certo preconceito quanto ao sistema educacional brasileiro (lembrando que os primeiros reitores e professores do ITA eram todos eles americanos), ao afirmar que

[...] Muitos estudantes brasileiros do curso secundário também lucrariam consideravelmente em um ambiente escolar de perfeita honestidade e integridade, o qual, infelizmente, nem sempre existe nas escolas secundárias, mas que será um fato no Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Será, entretanto, melhor criar esse ambiente recuperador em uma escola fundamental separada, onde se poderá também ensinar o estudante a trabalhar e a fazer uso dos auxílios de ensino de que dispõe, sem se perturbar o programa de ensino das escolas profissionais superiores (ADADE FILHO, 2010).

Conforme consta no PDI da instituição, a participação no Curso Fundamental “objetiva proporcionar uma sólida formação em ciências básicas necessárias para a formação de um engenheiro, independente de sua especialidade, como matemática, física, química e computação, além de humanidades” como, também, a assimilação, pelo aluno, dos valores da escola e uma formação complementar sobre: como estudar; como arcar com as responsabilidades de um programa de estudos, como usar a biblioteca e buscar e filtrar a informação, especialmente via meios eletrônicos, como consultar ou tirar proveito de um professor ou de outros profissionais, como lucrar com um ambiente escolar de perfeita honestidade e integridade e, como trabalhar e fazer uso dos auxílios de ensino e aprendizagem (SAKANE, 2011)

E no item referente a “como lucrar com um ambiente escolar de perfeita honestidade e integridade”, encontramos o Código de Ética dos estudantes do ITA: a Disciplina Consciente:

[...] como lucrar com um ambiente escolar de perfeita honestidade e integridade, por meio da Disciplina Consciente, abominando e não tolerando a improbidade escolar, como “cola” e outras práticas desonestas, escusas ou não éticas, e atuando em um ambiente de confiança e camaradagem, tanto entre colegas como entre alunos, professores e outros profissionais (SAKANE, 2011).

---

<sup>51</sup> Prof. Richard Harbert Smith (1946 – 1951), primeiro reitor do ITA, que também foi professor do MIT.

### 3.2.2 A Disciplina Consciente

A Disciplina Consciente é um dos primeiros conceitos com o qual os estudantes têm contato assim que chegam ao ITA. O termo Disciplina Consciente, característica do regime disciplinar do ITA, praticada por professores e alunos, trata dos preceitos para a adoção de uma postura ética pelos alunos em seu processo de formação profissional. Mais do que um documento, a Disciplina Consciente “[...] designa um conjunto de práticas e conceitos ditados pelo bom senso e pelo que poderíamos chamar de uma ‘moral comunitária’” (DISCIPLINA, [2012?], p.1). Definida, inicialmente, como “auto-disciplina”, a Disciplina Consciente é a manutenção e fiscalização pelos próprios alunos do sistema disciplinar estabelecido pela Administração da escola (CUNHA JUNIOR, 1960).

Quanto ao Regime Disciplinar, esse, é regulado por normas específicas editadas pelo Comandante da Aeronáutica (CMTAER), por proposta do ITA. Seu texto, na íntegra, está disposto no site do ITA, na sessão Divisão de Alunos (DIVAL), do qual os alunos são informados assim que matriculados na escola.

Seu texto trata das penalidades que poderão ser aplicadas aos alunos, as quais vão deste a uma simples advertência verbal até o desligamento e expulsão. Tais penalidades serão aplicadas em casos de:

- desobediência às determinações do Reitor, de qualquer membro do Corpo Docente ou de outra autoridade do CTA, de categoria igual ou superior a de Chefe de Departamento de Ensino;
- desrespeito a qualquer membro do corpo docente ou autoridade de categoria equivalente;
- falta de comparecimento ou atraso a qualquer trabalho escolar, sem motivo justificado;
- não execução de exercícios, trabalhos práticos e outras tarefas ou falta de pontualidade em sua apresentação;
- perturbação da ordem;
- danos propositais ao material do CTA, além da obrigação de repor a coisa danificada ou indenizá-la;
- prática de ato atentatório à moral ou aos bons costumes;
- prática de trotes;
- improbidade na execução de trabalhos escolares;
- prática de atos desonestos;
- exercício de atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional;
- e
- infração de prescrição legal ou regulamentar ou de instruções expressas emanadas das autoridades competentes (DIVISÃO, [200-?]).

Como explicado anteriormente, muito do que foi implantado inicialmente no ITA, foi importado de outras universidades americanas, consagradas no campo do saber tecnológico. Sendo assim, referente a ideia inicial do conceito da Disciplina Consciente, segundo Adade Filho (2010), há menções de que a DC foi inspirada no código de honra da Stanford

University, uma importante universidade americana. Todavia, segundo informação colhida no PDI do ITA, a Disciplina Consciente difere desse, em razão de seus princípios se estenderem além das fronteiras acadêmicas. O Código de Honra da Universidade de Stanford, por exemplo, limita-se ao trabalho acadêmico do estudante (SAKANE, 2011, p.14). Seu texto introdutório estabelece que

O Código de Honra é a declaração da Universidade sobre a integridade acadêmica, escrito pelos estudantes em 1921. Ele articula expectativas universitárias dos estudantes e professores em estabelecer e manter os mais altos padrões no trabalho acadêmico<sup>52</sup> (HONOR, 2012).

Diferentemente da maioria das características que o ITA tem conservado ao longo de toda sua história, como, por exemplo: instituição especializada no campo do saber aeroespacial, instituição de caráter militar sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica brasileira que oferece cursos apenas na área da engenharia, a Disciplina Consciente não nasceu com essa escola. Ainda que, a ideia inicial desse conceito tenha sido trazida pelo professor Richard Harbert Smith, contudo, sua exata origem e história são desconhecidas mesmo para a comunidade Iteana<sup>53</sup>. No entanto, alguns indícios colhidos em nossa investigação, nos dão as pistas e o material necessário para conseguir contar essa história.

No início das atividades do ITA, além do número de alunos ser pequeno, eram todos eles militares e a atuação do professor conselheiro era mais forte e eficaz. Nesse contexto, a indisciplina não era uma questão.

Sobre a figura do Professor Conselheiro, esse faz parte de um sistema chamado de Regime de Aconselhamento<sup>54</sup>. Segundo Lacerda (2008), “Trata-se de uma forma de acompanhamento escolar e social dos alunos empreendido por professores”. O objetivo principal da implantação desse sistema foi para “assegurar a manutenção de um relacionamento estreito entre os alunos e seus professores, ou seja, cada aluno relacionando-se com um de seus professores” e, ainda

[...] conselheiro e aconselhado deveriam abordar as realidades pessoais, educacionais e vocacionais dos alunos, assegurando que estes se integrassem positivamente na comunidade iteana e desenvolvessem suas potencialidades. A perspectiva básica do ‘regime de aconselhamento’ era assegurar que o aluno adquirisse uma formação profissional de qualidade e obtivesse os valores considerados importantes como: compromisso, liberdade, responsabilidade, consciência social e comunitária.

---

<sup>52</sup> Original em inglês: “The Honor Code is the University’s statement on academic integrity written by students in 1921. It articulates University expectations of students and faculty in establishing and maintaining the highest standards in academic work” (HONOR, 2012).

<sup>53</sup> Iteano(a) é o adjetivo que qualifica ser aluno(a) ou ex-aluno(a) do ITA, ou ser algo ou alguém a ele relacionado.

<sup>54</sup> Conhecido hoje como Sistema de Aconselhamento Escolar (DIVISÃO, [200-?]).

Porém, na década de 50, foram chegando mais alunos civis os quais não estavam acostumados, sobretudo, à disciplina rígida de um ambiente militar. E com o intuito de sanar essa diferença existente entre os alunos militares e os civis, em 1953, foi então criado o CPORAER-SJ. Também nessa mesma época, o então reitor do instituto, professor André Johannes Meyer (1953 – 1956), manifestou-se quanto à formação moral dos estudantes do Instituto, como pode ser verificado em um trecho de um artigo publicado no jornal O Iteano, de circulação interna do ITA, no artigo *A Solenidade de Abertura do Ano Letivo*, na edição de março de 1954, quando diz:

[...] Outro ponto, relativamente novo para o Brasil, deve ser referido. A questão consiste em indagar se a escola deve ou não aceitar encargos além dos limites do campo de preparo estritamente técnico e intelectual, como por exemplo, a incumbência de desenvolver qualidades de liderança, responsabilidade e boa cidadania. Foi decidido, como política básica, que o ITA aceitaria encargos adicionais dessa natureza e providenciaria a criação de condições e processos especificamente orientados no sentido de ensejar a maturidade e o completo desenvolvimento de personalidade desejáveis numa sociedade democrática (MEYER, 1954).

E completando as informações encontradas, na investigação que se deu na tentativa de se reescrever a história da DC, ainda assim, o melhor relato sobre como se deu o surgimento e a implantação da Disciplina Consciente, foi encontrado no site da Associação dos Engenheiros do ITA, descrito a seguir: o Ten. Cel. Aviador Sérgio Sobral de Oliveira fez uma pesquisa sobre os códigos de ética praticados nos principais centros de formação do Exército, da Marinha e da Força Aérea dos Estados Unidos cujo resultado (da pesquisa), surgiu o código implantado hoje, em duas instituições militares brasileiras: a Academia da Força Aérea (AFA) e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Com isso, em 1959, o ITA convidou o Ten. Cel. Sobral para ministrar uma palestra aos alunos, sobre esses códigos. E foi justamente o tema dessa palestra que deu origem à Disciplina Consciente. O tema discutido na ocasião agradou tanto os alunos, que foram os próprios estudantes que escolheram, de livre e espontânea vontade, adotar também, um código de honra em seu cotidiano escolar (DISCIPLINA, [2012?]).

Entretanto, apesar da Disciplina Consciente ser como um código de ética dos estudantes e, seus princípios não se encontrarem escritos ou mesmo relacionados em nenhum documento, suas normas guardam estreita relação com a obediência ao Regime Disciplinar. Dessa forma, a DC é entendida de forma subjetiva como um dos valores da Instituição cujo cultivo, facilita grandemente o entendimento da necessidade de obediência às regras que tornam possível a convivência de maneira harmoniosa num local onde centenas de pessoas

trabalham, estudam e vivem. Consiste, então, mais do que uma lista de princípios ou de regras, mas, antes, a adoção de uma postura ética no processo de formação profissional no ITA. Ainda, esse conceito é fundamentado “no entendimento, conscientização, discernimento, vivência e prática das normas vigentes, sem necessidade de fiscalização ostensiva, no esforço pela defesa e manutenção dos ideais iteanos” (DIVISÃO, [200-?]). A DC pode ser pensada a partir da ideia de *corpo dócil* estudado pelo filósofo Michel Foucault (1926 – 1984), em sua obra *Vigiar e Punir*, quando afirma que “a disciplina fabrica corpos dóceis, submissos, altamente especializados e capazes de desempenhar inúmeras funções” (FOUCAULT, 2009, p.119). Entretanto, a presente pesquisa assume que há uma forma de disciplina necessária para a vida em sociedade e que os limites entre essa e a disciplina que limita e que leva à submissão, é tênue.

Recentemente, a exemplo dos estudantes da graduação, também os alunos dos cursos de Pós-Graduação do ITA, passaram a adotar a Disciplina Consciente. Segundo consta no PDI do ITA, “[...] a DC na Pós-Graduação ainda está num processo de amadurecimento. As suspeitas de improbidade têm sido levadas a Comissão de Disciplina (CD) que tem atuado de forma cuidadosa na investigação e de forma firme na sugestão de penalidades” (SAKANE, 2011).

## **CAPÍTULO IV: ANÁLISE COMPARATIVA DOS CÓDIGOS INVESTIGADOS.**

Neste capítulo, é apresentada a análise dos dois documentos: Código de Ética, da USP e Disciplina Consciente, do ITA, destacando algumas questões observadas na Matriz de Análise e relacionando com a educação em valores.

### **4.1. Matriz de Análise**

Para realizar a análise dos documentos, foi elaborado um conjunto de questões que serviram de guia. Essa matriz é composta por questões e os respectivos objetivos que a resposta de cada pergunta atende (ver Quadro 1). A intenção foi detalhar e explicitar as condições de elaboração de cada documento para compreender sua abrangência e sua relação com a educação em valores.

Quadro 1: Matriz da análise documental

QUESTÕES	OBJETIVOS
Como é denominado o documento investigado: código de ética ou de conduta?	Compreender a distinção entre o uso dos termos.
Quando o documento foi criado?	Conhecer desde quando o documento faz parte da instituição
Como o texto do documento está organizado?	Analisar quais os temas que foram contemplados em seu texto e como são apresentados.
Em que contexto o documento foi criado?	Analisar os motivos que levaram à necessidade da existência de um documento dessa natureza, na instituição.
Qual a função atribuída ao documento?	Compreender o papel atribuído à criação do código e quais os objetivos esperados alcançar, com sua aplicação, analisando se o nome do documento é coerente à sua finalidade.
De que forma a moral, a ética e alguns valores como a dignidade e o respeito são citados nos documentos?	Identificar e compreender qual a visão de código de conduta/ética expressa no documento, verificando se o nome do documento reflete o teor do que é tratado em seu texto.
Qual a concepção de moral, ética, valores e demais princípios presentes nos códigos?	Identificar se a vivência desses valores no espaço acadêmico foi uma preocupação.
Quem elaborou o documento?	Interpretar, através da identificação e conhecimento do papel e função, dentro da instituição, da (s) pessoa (s) responsável (eis) pela elaboração de tal documento, qual a vocação do documento: ser normativo ou ser um sistema.
O estudante participou do processo de construção do código? De que forma? Quem foi o responsável por sua implantação?	Analisar a importância que a instituição dá ao que seu estudante pensa sobre a existência e necessidade de tal documento; Identificar, conhecer e analisar a coerência das relações entre quem escreve e quem aplica.
Como se dá a divulgação do código no meio acadêmico?	Analisar e reconhecer se o documento é apenas “ <i>pro forma</i> ” ou se é vivenciado.
Relação com a prática pedagógica	Refletir se a existência e a aplicação/vivência do documento interferem nas relações de ensino-aprendizagem e de que forma.
Há algum órgão ou setor responsável pelo acompanhamento da aplicação do código de ética?	Identificar e analisar se a moral expressa no código é autônoma ou heterônoma.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2: Perfil das Instituições Investigadas<sup>55</sup>

<b>Item</b> \ <b>Instituição</b>	<b>USP</b>	<b>ITA</b>
<b>Tipo de Instituição</b>	Pública - ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT) do Estado de São Paulo.	Pública - ligada ao Comando da Aeronáutica (caráter militar).
<b>Ano de fundação/criação</b>	1934	1950
<b>Localização</b>	São Paulo (SP)	São José dos Campos (SP)
<b>Pressupostos nos quais foi criado (a)</b>	Projetada para ser um centro de excelência acadêmica	Concebido como um estabelecimento de ensino modelar, comparável às grandes universidades norte-americanas.
<b>Missão da instituição</b>	<p>I - promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio de ensino e da pesquisa;</p> <p>II - ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais;</p> <p>III - estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.</p>	<p>Ministrar o ensino e a educação necessários à formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse do campo Aeroespacial, em geral, e do COMAER, em particular;</p> <p>Manter atividades de Graduação, de Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu, e de Extensão;</p> <p>Promover, através da educação, do ensino e da pesquisa, o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas com as atividades aeroespaciais.</p>
<b>Nº alunos<sup>56</sup></b>	89.000	2.600
<b>Área (s) de conhecimento</b>	Todas as áreas do conhecimento.	Áreas ligadas somente à Engenharia, principalmente no setor Aeroespacial

<sup>55</sup> Fonte dos dados: PDI das instituições.

<sup>56</sup> Em 2012.

<b>Nº total de Cursos</b>	246 cursos de Graduação e 239 Programas de Pós-Graduação	06 cursos de Graduação e 04 Programas de Pós-Graduação
<b>Subsídio ou ajuda de custo oferecido aos seus alunos</b>	Há bolsa moradia (vaga em apartamento, especial para estudante com filhos) ou auxílio moradia (financeiro); auxílio transporte; auxílio alimentação; auxílio permanência para alunos ingressantes; creche; auxílio emergencial.	Os alunos de Graduação do ITA são bolsistas do Comando da Aeronáutica.  A bolsa de estudos compreende ensino e alimentação gratuitos, bem como alojamento (opcional, no próprio campus do ITA, para os estudantes solteiros) e tratamento médico-dentário, a preços especiais.
<b>Média de candidatos por vaga (entre todos os cursos)</b>	13 candidatos/vaga	60 candidatos/vaga
<b>Particularidades</b>	=====	O aluno aprovado no vestibular do ITA (homens e/ou mulheres) e matriculado no 1º ano do Curso Fundamental é obrigado a cumprir 01 ano de serviço militar (CPOR/SJ).

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3: Caracterização dos Documentos Investigados

<b>Item</b> \ <b>Instituição</b>	<b>USP</b>	<b>ITA</b>
<b>Nome</b>	Código de Ética	Disciplina Consciente
<b>Ano de Criação</b>	2001	1959
<b>Pressupostos</b>	Resolução nº 4871, de 22 de outubro de 2001) (D.O.E. - 23.10.2001 e retificada em 24.10.2001)	Tema de uma palestra proferida sobre os códigos de honra que já haviam sido implantados na então Escola de Aeronáutica (hoje Academia da Força Aérea - AFA) e na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), cujos preceitos foram todos embasados nos postulados de outros códigos de honra, também praticados nos principais centros de formação do Exército, da Marinha e da Força Aérea dos Estados Unidos.
<b>Contexto em que foi criado</b>	Democracia plena	Período pré-ditadura
<b>A quem se destina</b>	Servidores (Docentes e Não-Docentes), Corpo Discente e demais alunos da Universidade.	Alunos e professores
<b>Forma de apresentação do código</b>	Documento escrito composto por 41 artigos distribuídos em sete títulos. Seu texto está organizado da seguinte forma: nº da resolução com data de sua criação e suas determinações, seguidas do Preâmbulo onde temos a finalidade da criação do código e os pressupostos nos quais suas normas foram embasadas.	Subjetivo - apesar da Disciplina Consciente ser como um código de ética/honra dos estudantes, suas normas não se encontram escritas ou mesmo relacionadas em nenhum documento. Ela é entendida de forma subjetiva como um dos valores da Instituição
<b>Órgão responsável por sua implantação</b>	Conselho Universitário	Foram os próprios alunos (em consonância com a Administração da escola) que escolheram adotar esse código de ética.
<b>Tipo de moral observada</b>	Heterônoma	Autônoma

<b>Responsabilidade de sua elaboração</b>	Comissão designada pelo reitor.	Administração da escola juntamente com os alunos.
<b>Finalidade de sua criação</b>	Criado para regular as relações humanas no âmbito da universidade não só do ponto de vista acadêmico/científico, mas, também, nas relações entre docentes, funcionários e alunos.	Preocupação quanto à formação não apenas técnica, mas, sobretudo, moral dos estudantes. Visa, sobretudo, infundir nos estudantes a importância em seguir as normas estabelecidas no Regime Disciplinar, não por imposição ou temor a uma eventual punição, mas, antes, pela conscientização de que, agindo dessa forma, a convivência na escola seja harmônica.
<b>Princípios nos quais foi embasado</b>	"[...] os princípios éticos gerais remetem a documentos que já alcançaram consenso internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que constitui o pressuposto de todas as constituições contemporâneas de inspiração democrática".	Trata dos preceitos para a adoção de uma postura ética pelos alunos em seu processo de formação profissional. A Disciplina Consciente é o "Código de Honra" do estudante do ITA. Consiste em "fazer o certo" por amor à verdade e não por temor a uma eventual punição.
<b>Órgão ou setor responsável por sua aplicação e acompanhamento</b>	Comissão de Ética, composta por representantes docentes, discentes e servidores não-docentes, juntamente com a Ouvidoria da instituição.	DIVAL e DOO (na Graduação).  Comissão de Disciplina (na Pós-Graduação).
<b>Atribuições da comissão responsável pelo código</b>	I. conhecer das consultas, denúncias e representações formuladas contra membros da Universidade, por infringência às normas deste Código e postulados éticos da Instituição; II. apurar a ocorrência das infrações; III. encaminhar suas conclusões às autoridades competentes para as providências cabíveis; IV. criar um acervo de decisões do qual se extraíam princípios norteadores das atividades da Universidade, complementares a este Código.	- Além da orientação quanto aos preceitos da DC, cabe ao DOO um importante papel na aplicação da ordem disciplinar.  - Comissão de Recepção encarregada de promover "eventos de integração e 'aculturação' sobre a DC e o convívio harmonioso na residência dos alunos de graduação do ITA".

<b>Forma de acompanhamento</b>	Relatório anual das atividades da Comissão de Ética.	Cotidianamente, feita por todos os membros da comunidade acadêmica.
<b>Onde é encontrado o código de ética</b>	No site da USP.	Conceito difundido entre os alunos.
<b>Forma de divulgação</b>	Site da USP.	Faz-se, primeiro, pelos próprios alunos que se encarregam de mostrar aos ingressantes a importância e a necessidade de se preservar essa cultura de comportamento e, também, pelo DOO.

Fonte: Elaboração própria.

#### **4.2. Como é denominado o documento investigado?**

Na USP temos a denominação Código de Ética. No ITA, a denominação é Disciplina Consciente.

Referente ao termo “código de ética” que denomina o código da USP, o documento em si funciona como um conjunto de normas e regras que objetivam precaver-se de situações e ações ilícitas (do ponto de vista do que está no código) que poderão ou não vir a acontecer quando, então, o código será consultado em caso de necessidade de um respaldo legal para se aplicar certas penalidades previstas em caso de transgressão às regras.

Concernente à escolha do termo Disciplina Consciente para denominá-lo, esse originou-se do tema da palestra proferida em 1959, sobre os códigos de ética praticados nas academias militares americanas<sup>57</sup> e, também, sobre o código de ética já implantado na Escola de Aeronáutica (hoje Academia da Força Aérea - AFA) e na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR).

Na distinção entre um e outro termo, código de ética ou disciplina consciente, foi possível inferir que a escolha do termo Código de Ética, pressupõe que o documento se trata, primeiro, de um conjunto de leis, normas e regulamentos referentes à determinado ambiente ou situação, sendo uma declaração formal para orientar e guiar o comportamento dos indivíduos. Quanto à escolha do termo Disciplina Consciente, refere-se ao objetivo de se alcançar a adoção de uma postura ética, não imposta, mas, antes, consciente, aceita de livre e espontânea vontade, por consentimento.

<sup>57</sup> Academias militares de West Point, Annapolis e Colorado Springs, os principais centros de formação do Exército, da Marinha e da Força Aérea dos Estados Unidos, respectivamente.

### **4.3. Quando o documento foi criado?**

Referente ao tempo que se levou para a criação de cada um dos documentos, observamos que o Código de Ética da USP foi criado 67 anos após a fundação da instituição. Quanto à DC, esse surgiu e foi instituído nove anos depois da fundação do ITA. Dessa forma, é possível considerar que, a natureza dos documentos interferiu diretamente nessa diferença de tempo. Como o Código de Ética da USP é um instrumento normativo, seu texto sendo organizado em capítulos, artigos e parágrafos, tendo sido necessário para isso, primeiro a instituição de uma Comissão a qual caberia a elaboração do documento, o caráter burocrático de todo o processo somado à natureza do documento (normativo, consultivo) explica a demora em sua elaboração.

Quanto à DC, o tempo que demorou sua criação demonstra a preocupação e a urgência em se contar, desde o início das atividades da escola, com um instrumento que servisse para orientar o comportamento de seus estudantes. Durante o tempo de sua elaboração, foram realizadas discussões, palestras e assembleias até que se chegasse, por consenso entre alunos, professores e Administração da escola, à escolha da Disciplina Consciente como código de honra para ser implementado no ITA.

### **4.4. Como o texto do documento está organizado?**

#### **USP**

O Código de Ética da USP é um documento composto por 41 artigos distribuídos em sete títulos. Seu texto está organizado da seguinte forma: nº da resolução com data de sua criação e suas determinações, seguidas do Preâmbulo onde temos a finalidade da criação do código e os pressupostos nos quais suas normas foram embasadas, como segue:

#### **Preâmbulo**

Um Código de Ética destinado a nortear as relações humanas no interior de uma universidade pode contemplar tanto princípios universais quanto recomendações específicas, peculiares às instituições de ensino superior.

Os princípios éticos gerais remetem a documentos que já alcançaram consenso internacional, como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), que constitui o pressuposto de todas as constituições contemporâneas de inspiração democrática.

A USP adota os princípios indissociáveis aprovados pela Associação Internacional de Universidades, convocada pela Unesco em 1950 e em 1998, a saber:

- 1) o direito de buscar conhecimento por si mesmo e de persegui-lo até onde a procura da verdade possa conduzir;
- 2) a tolerância em relação a opiniões divergentes e a liberdade em face de qualquer interferência política;

3) a obrigação, enquanto instituição social, de promover, mediante o ensino e a pesquisa, os princípios de liberdade e justiça, dignidade humana e solidariedade, e de desenvolver ajuda mútua, material e moral, em nível internacional.

São inerentes à Ética universitária o direito à pesquisa, o pluralismo, a tolerância, a autonomia em relação aos poderes políticos, bem como o dever de promover os princípios de liberdade, justiça, dignidade humana e solidariedade.

A Universidade deve sempre agir e se manifestar a favor da defesa e da promoção dos direitos humanos, aí incluídos os direitos individuais e liberdades públicas, os direitos sociais, econômicos e culturais e os direitos da humanidade (CÓDIGO, 2001).

Em seguida, são apresentados os títulos e capítulos, assim organizados:

- Título I - Dos Princípios Comuns
- Título II - Dos Servidores da Universidade
- Título III - Dos Servidores Docentes
- Título IV - Dos Servidores Não-Docentes
- Título V - Do Corpo Discente e dos demais alunos da Universidade
- Título VI - Disposições Específicas
- Capítulo I - Das Fundações e dos Convênios
- Capítulo II - Da Pesquisa
- Capítulo III - Das Publicações
- Capítulo IV - Do Uso do Nome da Universidade
- Capítulo V - Registros de Dados e Informática
- Título VII - Disposições Finais

Em função do objetivo geral do presente trabalho ser investigar se a existência de um código de conduta poderia contribuir para a formação ética, moral, formação de valores e princípios em jovens universitários, transformando-os em hábitos, a investigação ateve-se somente ao TÍTULO V, do Código de Ética, trecho que trata “Do Corpo Discente e dos demais alunos da Universidade”. Esse Título está organizado em três artigos, como segue:

Artigo 21 - As relações entre os membros do corpo discente e demais alunos da Universidade devem ser presididas pelo respeito à autonomia e à dignidade do ser humano, não sendo tolerados atos ou manifestações de prepotência ou violência ou que ponham em risco a integridade física e moral de outros.

Artigo 22 - É dever dos membros do corpo discente fazer bom uso dos recursos públicos que financiam sua formação acadêmica.

Artigo 23 - É vedado aos membros do corpo discente e demais alunos da Universidade:

I. prolongar indevidamente o período de formação acadêmica ou manter matrícula com o objetivo de utilizar as estruturas da Universidade;

II. lançar mão de meios e artifícios que possam fraudar a avaliação do desempenho, seu ou de outrem, em atividades acadêmicas, culturais, artísticas, desportivas e sociais, no âmbito da

Universidade, e acobertar a eventual utilização desses meios (CÓDIGO, 2001).

No texto desse código, observamos que, apesar de estarem relacionadas algumas atitudes e situações em que o aluno não deve ou não pode estar vinculado, faltam informações sobre, por exemplo, quais seriam os atos ou manifestações de prepotência ou violência ou que ponham em risco a integridade física e moral de outros; de que forma pode ser verificado que o aluno está mantendo a matrícula no curso apenas com o objetivo de utilizar as estruturas da Universidade; como também, não é colocado aqui, quais seriam as penalidades impostas aos alunos que se vissem em tais situações e nem tampouco a forma assertiva de um estudante se comportar em um ambiente escolar, a questão do respeito aos professores e colegas, a questão da pontualidade, entre outros. Com isso, o documento apresenta algumas lacunas quanto às penalidades quando os indivíduos aos quais ele se refere, se virem em situações que lhe são proibidas ou vedadas. Entrementes, encontramos no item III de seu Artigo 49, do Título VII – Disposições finais, que à Comissão de Ética, que ainda seria criada, teria, como uma de suas atribuições, a de “encaminhar suas conclusões às autoridades competentes para as providências cabíveis”. Contudo, continua aqui, sem esclarecer quem seriam as autoridades competentes e as providências cabíveis.

## **ITA**

Quanto ao que se refere à Disciplina Consciente, apesar de suas normas não se encontram escritas ou mesmo relacionadas em nenhum documento, guardam estreita relação com a obediência ao Regime Disciplinar<sup>58</sup>. A DC, como é tratada pelos iteanos, é entendida de forma subjetiva como um dos valores da Instituição cujo cultivo, facilita a aceitação às regras do Regime Disciplinar. Já o Regime Disciplinar, esse sim, trata-se de uma relação de deveres, direitos e penalidades impostas aos iteanos.

Como pode ser observado nas palavras do próprio Pró-Reitor de Graduação do ITA, em 2010, Prof<sup>o</sup> Alberto Adade Filho por ocasião de uma palestra proferida aos estudantes ingressantes no referido ano, mais do que uma lista de princípios ou de regras, a Disciplina Consciente é antes, o “elemento central ético-disciplinar do ITA”, um

sistema de ordem consentida, onde todos os integrantes são responsáveis por respeitar e manter uma unidade de valores que harmonizam o grupo e permitem o estabelecimento e o exercício de um relacionamento de seriedade e confiança mútua, visando à formação integral de excelência (ADADE FILHO, 2010).

---

<sup>58</sup> O texto do Regime Disciplinar do ITA está descrito na pág. 59 deste trabalho.

No site do ITA, na sessão que trata das informações destinadas aos alunos (DIVAL), encontramos que a Disciplina Consciente não é um documento mas, um “conceito” entendido como um código de honra. O texto nos informa ainda que, devido as seus aspectos subjetivos, a DC, é de difícil definição por não se tratar de um documento. A proposta de promover a disciplina, a postura ética e a conduta que favorece a sociabilidade e o aprendizado aparece na DC de forma subjetiva. O encaminhamento dado aos atos que ferem a DC, está objetivado no RD, como é possível observar na passagem:

Num local onde trabalham, estudam e vivem centenas de pessoas, havendo também uma intensa interação humana, há necessidade de NORMAS que tornem possível a convivência de maneira harmoniosa e agradável. Damos nome a essa necessidade de Regime Disciplinar, que não deve e nem pode ser encarada como imposição arbitrária, mas como estrutura promotora de boa convivência e de padrões éticos exigidos do engenheiro como homem e cidadão. Daí a importância de um conceito tradicional à comunidade iteana, um código de honra e de ética conhecido desde os primeiros anos de existência do ITA como DISCIPLINA CONSCIENTE (DC). Disciplina Consciente, de difícil definição devido aos seus aspectos subjetivos, consiste no entendimento, conscientização, discernimento, vivência e prática das normas vigentes, sem necessidade de fiscalização ostensiva, no esforço pela defesa e manutenção dos ideais iteanos (DIVISÃO, [200-?]).

Do que foi exposto, podemos inferir que, a organização do documento e sua apresentação não interferem nos seus resultados, mas, antes, a coerência de suas normas e princípios aplicados e vivenciados cotidianamente por toda a comunidade acadêmica.

#### **4.5. Em que contexto o documento foi criado?**

##### **USP**

Segundo relato do professor Alfredo Bosi<sup>59</sup>, em artigo publicado no jornal Informe<sup>60</sup>, pretendeu-se elaborar um “conjunto de normas para o convívio universitário” (BOSI, 2007), refletindo sobre as questões práticas vividas no cotidiano da universidade, como, por exemplo, a fraude acadêmica (ex: o plágio e a “cola”), preocupação com a prática do trote, improbidade administrativa, dentre outros.

Antes do Código de Ética da USP ser criado, havia dois outros documentos que estabeleciam algumas normas e princípios que deveriam ser observados pela comunidade universitária. Eram eles a Resolução de nº 4783 de 29 de setembro de 2000 e a Portaria GR nº 3082 de 06 de outubro de 1997.

---

<sup>59</sup> Professor do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP e coordenador da comissão que elaborou o Código de Ética.

<sup>60</sup> Jornal Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Disponível em: <[http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/27\\_info\\_maior\\_0.pdf](http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/27_info_maior_0.pdf)>. Acesso em: 01 set.2012.

A Portaria GR nº 3082/1997, restringia-se apenas, aos princípios éticos para o uso de computadores na USP, limitando-se à privacidade, aos recursos e às penalidades que envolviam essa questão. Tratado inicialmente em seu texto, como “código de ética”, essa Portaria esboçava as diretrizes gerais para o uso de recursos computacionais na universidade, apenas. O texto afirmava que todos os membros da USP têm dois direitos básicos importantes: direito à privacidade e ao acesso adequado aos recursos computacionais compartilhados, defendendo ainda, não ser ético que um membro viole os direitos de outro (PRINCÍPIOS, 1997).

Em seu texto inicial, a Portaria afirma que “Princípios éticos aplicados diariamente na vida em comunidade também se aplicam ao uso comunitário de recursos computacionais”. Entretanto, o texto não explica ou mesmo discorre sobre quais seriam esses “princípios éticos aplicados diariamente na vida em comunidade [...]”.

Quanto à Resolução de nº 4783/2000, estabelecia os princípios a serem observados para a preservação e valorização do nome e da imagem da Universidade de São Paulo.

## **ITA**

A Disciplina Consciente do ITA surgiu da preocupação com a formação moral dos seus estudantes.

No início das atividades do ITA, além do número de alunos ser pequeno, eram todos eles, militares. Nesse contexto, a indisciplina não era uma questão. Porém, na década de 50, foram chegando mais alunos civis os quais não estavam acostumados à disciplina rígida de um ambiente militar. Com o intuito de sanar essa diferença existente entre os alunos militares e os civis, duas providências foram tomadas: a primeira, em 1953, foi a criação do CPORAER-SJ. A segunda providência, foi pensar a criação de um Código de Honra para os iteanos.

Na época, mais precisamente em 8 de março de 1954, o então Reitor do ITA, Joseph Morgan Stokes (1951 – 1953), aproveitando a ocasião de um discurso proferido na solenidade de abertura do ano letivo de 1954, falou sobre a questão da escola ter também, a incumbência de desenvolver em seus alunos, além das competências técnicas e intelectuais necessárias à formação de um bom profissional, mas, sobretudo, o desenvolvimento de qualidades de liderança, responsabilidade e boa cidadania. Foi decidido, “como política básica”, que o ITA aceitaria encargos adicionais dessa natureza e providenciaria a criação de condições e

processos especificamente orientados no sentido de ensejar a maturidade e o completo desenvolvimento de personalidade desejáveis numa sociedade democrática (MEYER, 1954).

A diferença que há entre um e outro documento em relação ao contexto em que foram criados, possibilita analisar os motivos que levaram à necessidade da existência de um documento dessa natureza.

A criação do Código de Ética da USP procedeu dois outros documentos criados, anteriormente, que estabeleciam algumas normas e princípios que deveriam ser observados pela comunidade universitária (um sobre o uso do nome da universidade e outro sobre os princípios éticos para uso dos computadores da instituição). A partir dessa informação, é possível considerar que sua criação foi como um avanço no entendimento da necessidade de se normatizar certas regras de convívio com o intuito de estabelecer normas para a boa convivência no âmbito acadêmico. Podemos inferir ainda que, os casos de fraude acadêmica, de trotes violentos e de casos de improbidade administrativa fossem incluídos em seu texto, pelo fato de estarem ocorrendo com mais frequência, sendo necessário, dessa forma, prever essas situações na tentativa de coibi-las.

Quanto à DC do ITA, citamos um trecho da nota que o Departamento de Ordem e Orientação divulgou no jornal O Iteano, em 1954, por ocasião da solicitação que esse departamento havia recebido para criar um Código de Honra para a escola, quando diz: “Sabe-se que somos mencionados lá fora como um símbolo de honestidade. Já se fala além de nossos terrenos, que a mocidade estudiosa deveria seguir nosso sistema no que diz respeito à honestidade em trabalhos escolares”. Aqui, fazia-se referência à prática da “cola” que, como o próprio DOO afirmava, não fazia parte dos costumes dos estudantes daquela escola (COMUNICADO, 1954).

Dessa forma, o contexto de sua criação nos remete a uma atitude profilática, preocupando-se com evitar que algumas situações ocorressem para só depois ter que se pensar em como administrar seus resultados. A preocupação inicial foi com a formação moral de seus estudantes, para que o ambiente de “honestidade” acadêmica fosse preservado.

#### **4.6. Qual a função atribuída ao documento?**

##### **USP**

No site da Agência Usp de Notícias, na notícia sobre a criação do Código de Ética dessa instituição, encontramos que esse documento foi criado para “regular as relações

humanas no interior da universidade” não só do ponto de vista acadêmico/científico, mas, também, das relações entre docentes, funcionários e alunos (USP, 2001).

Em seu Artigo 1º, TÍTULO I - Dos Princípios Comuns, encontramos

O presente Código de Ética destina-se a nortear as relações humanas no âmbito da Universidade de São Paulo, tendo como postulados o direito à pesquisa, o pluralismo, a tolerância, a autonomia em relação aos poderes políticos, o respeito à integridade acadêmica da instituição, bem como o dever de promover os princípios de liberdade, justiça, dignidade humana, solidariedade e a defesa da USP como Universidade pública.

Além de estabelecer princípios gerais, o Código também cria normas específicas em relação aos diferentes membros da Universidade. O texto se refere aos Servidores (Docentes e Não-Docentes), Corpo Discente e demais alunos da Universidade. Também cita normas de conduta em relação às Fundações, Convênios, à pesquisa, às publicações, ao uso do nome da Universidade e ao registro de dados e informática (USP, 2001).

### **ITA**

A cultura da Disciplina Consciente visa, sobretudo, sensibilizar os estudantes para a importância em seguir as normas estabelecidas no Regime Disciplinar, não por imposição ou temor a uma eventual punição, mas, antes, pela conscientização de que, agindo dessa forma, a convivência na escola seja harmônica. Assim, a obediência às normas estabelecidas no Regime Disciplinar do ITA, não é encarada como imposição arbitrária “[...] mas como estrutura promotora de boa convivência e de padrões éticos exigidos do engenheiro como homem e cidadão” (DIVISÃO, [200-?]).

Podemos inferir que, a criação do Código de Ética objetivou que algumas situações vividas no cotidiano acadêmico (a exemplo, os casos de fraude acadêmica, de trotes violentos e de casos de improbidade administrativa), por serem previstas, não mais acontecessem, pelo temor a uma possível e eventual punição, pois, assim como acontece, às vezes, com algumas crianças, há jovens (e mesmo alguns adultos) que, ao ter um comportamento que vai contra algumas regras pré-estabelecidas justificam sua conduta alegando desconhecimento de qual seria, então, o comportamento “aceito” ou “adequado” para o ambiente da universidade. Segundo La Taille (2008, p.90), um dos motivos para o indivíduo transgredir algumas regras e normas se dá pelo fato dele desconhecer as regras que deveria seguir. A existência de um código de ética, dessa forma, poderia coibir a ocorrência ou a predominância de algumas situações, pois, essas, sendo previstas, o indivíduo que insistisse nelas, não poderia alegar o desconhecimento de que tal situação ou prática fossem inadequadas ao ambiente acadêmico.

Quanto à DC do ITA, sua função principal era conseguir que a obediência ao Regime Disciplinar da escola, não fosse encarado como uma imposição arbitrária, mas, antes, como uma necessidade de propiciar a convivência de maneira harmoniosa num local onde centenas de pessoas trabalham, estudam e vivem. Dessa forma, a prática e vivência da DC contribuiria para o entendimento, conscientização e discernimento quanto à forma de se comportar na escola. Os estudantes passariam a adotar uma postura ética em seu processo de formação profissional contribuindo, dessa forma, também para a formação moral do indivíduo. Isso justifica o fato da DC inicialmente, ser denominada como “auto-disciplina”.

#### **4.7. De que forma a moral, a ética e alguns valores como a dignidade e o respeito são citados nos documentos?**

##### **USP**

No Código de Ética da USP, a palavra “ética” já aparece em seu título. O texto de seu Preâmbulo, faz referência aos “princípios éticos gerais” os quais, segundo seus redatores, remetem a outros documentos como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948). Em seguida, afirma que a universidade adota alguns princípios que são indissociáveis, como: o direito de buscar conhecimento, “a tolerância em relação a opiniões divergentes e a liberdade em face de qualquer interferência política” e, “a obrigação, enquanto instituição social, de promover, mediante o ensino e a pesquisa, os princípios de liberdade e justiça, dignidade humana e solidariedade [...]”. O texto assevera ainda, que, o direito à pesquisa, ao pluralismo, à tolerância, à autonomia em relação aos poderes políticos, bem como o dever de promover os princípios de liberdade, justiça, dignidade humana e solidariedade são inerentes à ética universitária.

No Artigo 2º, do Título I – Dos Princípios Comuns, encontramos que, dentre todos os membros da Universidade (considerados aí, servidores docentes e não-docentes, o corpo discente e demais alunos) deve prevalecer “o respeito mútuo e a preservação da dignidade da pessoa humana” (CÓDIGO, 2001). Seu Parágrafo Único declara que as disposições do Código de Ética “aplicam-se também aos docentes inativos, professores colaboradores e visitantes, bem como pesquisadores, bolsistas e todos aqueles que se utilizem de bens da Universidade” (CÓDIGO, 2001).

As normas de civilidade são tratadas no Artigo 4º, que refere-se às relações dos membros da Universidade, nas quais devem ser garantidos “o direito à liberdade de expressão dentro de normas de civilidade e sem quaisquer formas de desrespeito”.

Os deveres dos membros da universidade estão dispostos no Artigo 5º, no qual encontramos o respeito, os bons costumes e os preceitos morais como a finalidade em se observar as normas do Código de Ética e os “postulados éticos” da Instituição:

I. observar as normas deste Código e os postulados éticos da Instituição, visando manter e preservar o funcionamento de suas estruturas, o respeito, os bons costumes e preceitos morais e a valorização do nome e da imagem da Universidade (CÓDIGO, 2001).

Os itens II, III e IV, entre outros deveres, citam o de defender e promover o bem estar do ser humano como, também, incentivar o respeito à verdade:

II. defender e promover medidas em favor do ensino público, em todos os seus níveis, e do desenvolvimento da ciência, das artes e da cultura, bem como contribuir para a dignidade, o bem-estar do ser humano e o progresso social;

III. propor e defender medidas em favor do bem-estar de seus membros e de seu aperfeiçoamento e atualização;

IV. prestar colaboração ao Estado e à sociedade no esclarecimento e na busca e encaminhamento de soluções em questões relacionadas com o bem-estar do ser humano e com o desenvolvimento cultural, social e econômico;

V. incentivar o respeito à verdade (CÓDIGO, 2001).

Valores como moral e integridade acadêmica são citados no item I, do Artigo 6º, que trata dos deveres “funcionais e acadêmicos dos membros da Universidade: “[...] I. agir de forma compatível com a moralidade e a integridade acadêmica; [...]”(CÓDIGO, 2001).

O respeito e a dignidade do ser humano aparecem novamente no Artigo 21, do TÍTULO V que trata Do Corpo Discente e dos demais alunos da Universidade, “...não sendo tolerados atos ou manifestações de prepotência ou violência ou que ponham em risco a integridade física e moral de outros” (CÓDIGO, 2001).

As normas éticas que devem ser observadas e a questão do “plágio” são tratadas no Capítulo II – Da Pesquisa, do Título VI – Disposições Específicas:

Artigo 27 - No desenvolvimento de atividades de pesquisa, o docente deve assegurar-se de que:

I. os métodos utilizados são adequados e compatíveis com as normas éticas estabelecidas em seu campo de trabalho e das quais deve ter pleno conhecimento.

[...]

VI. na apresentação e publicação dos resultados e conclusões é dado crédito a colaboradores e outros pesquisadores, cujos trabalhos se relacionem com o seu ou que tenham contribuído com informações ou sugestões relevantes, bem como à Universidade de São Paulo (CÓDIGO, 2001).

O Artigo 28, do Capítulo III, também do Título VI, trata do que é vedado aos membros da Universidade relacionado somente às publicações, nele encontramos valores como a mentira, a falsidade acadêmica e, novamente, a questão do plágio:

Artigo 28 - É vedado aos membros da Universidade:

- I. na elaboração de artigos e relatórios, falsear dados sobre suas publicações;
- II. nas suas publicações, não dar crédito a colaboradores e outros que tenham contribuído para obtenção dos resultados nelas contidos;
- III. utilizar, sem referência ao autor ou sem a sua autorização expressa, informações, opiniões ou dados ainda não publicados;
- IV. apresentar como originais quaisquer ideias, descobertas ou ilustrações, sob a forma de texto, imagens, representações gráficas ou qualquer outro meio, que na realidade não o sejam;
- V. falsear dados ou deturpar sua interpretação científica;
- VI. falsear dados sobre sua vida acadêmica pregressa (CÓDIGO, 2001).

O respeito à dignidade humana e a observância aos preceitos éticos aparecem novamente no Artigo 33, do Capítulo V que trata dos Registros de Dados e Informática:

Artigo 33 - A coleta, a inserção e a conservação, em fichário ou registro, informatizado ou não, de dados pessoais relativos a opiniões políticas, filosóficas ou religiosas, origem, conduta sexual e filiação sindical ou partidária devem estar sob a égide da voluntariedade, da privacidade e da confidencialidade, podendo ser utilizados para os fins propostos para sua coleta.

§ 1º - É proibido usar os dados a que se refere o caput para discriminar ou estigmatizar o indivíduo, cuja dignidade humana deve ser sempre respeitada.

§ 2º - No caso de dados para fins de pesquisa, deve ser obedecido o disposto na Resolução 196-96 do Conselho Nacional de Saúde, atinente à ética na pesquisa envolvendo seres humanos (CÓDIGO, 2001).

Questões como preconceito e calúnia são tratadas no item V do Artigo 38, desse Capítulo:

Artigo 38 - No que concerne ao uso dos sistemas de computação compartilhados, é vedado aos membros da Universidade:

[...]

V. fazer uso de meio eletrônico para enviar mensagens ou sediar páginas ofensivas, preconceituosas ou caluniosas (CÓDIGO, 2001).

## **ITA**

Para análise do código vigente no ITA, a Disciplina Consciente, não podemos fazê-la sem recorrer, tanto ao seu Regime Disciplinar como, também, aos Deveres dos Alunos do ITA, pois que, como exposto anteriormente, as normas da Disciplina Consciente referem-se, antes, ao entendimento e conscientização, discernimento, vivência e prática das normas vigentes no Regime Disciplinar, para que dessa forma, não haja necessidade de fiscalização ostensiva, no esforço pela defesa e manutenção dos ideais iteanos (DIVISÃO, [200-?]).

Assim sendo, a desobediência às determinações do Reitor, o desrespeito, a falta de comprometimento com as atividades escolares, a falta de pontualidade nos compromissos acadêmicos (considerada um desrespeito), a perturbação da ordem, o vandalismo, a moral e os bons costumes, a integridade, retidão e honradez (probidade) e, por fim, a dignidade, são

valores e princípios tratados tanto no Regime Disciplinar, no item sobre as penalidades à não observância às normas, quanto na relação de deveres dos alunos do ITA.

Relativo ao Código de Ética da USP, em todo o seu texto, encontramos referências a valores positivos que devem ser cultuados e mantidos pelos membros da universidade, como a ética, a civilidade humana, a dignidade, o respeito, a liberdade, a justiça, a tolerância, a moral e a integridade acadêmica. O texto também refere-se a outros valores, no caso, negativos, os quais não devem ser tolerados e nem praticados no âmbito acadêmico, como a mentira, a falsidade acadêmica, o preconceito e a calúnia.

Quanto à DC do ITA, observamos que, sua aceitação e prática refere-se, de forma intrínseca, à obediência às normas do Regime Disciplinar, e vice-versa. Podemos inferir, assim, que a ética, como o “bem comum”, é considerada de forma necessária e vital para a convivência de forma harmoniosa entre todos os membros da comunidade iteana.

#### **4.8. Qual a concepção de moral, ética, valores e demais princípios presentes nos códigos?**

Tanto o texto do Código de Ética da USP, quanto os princípios defendidos pela prática da Disciplina Consciente, defendem valores como a moral, a ética, a civilidade, o respeito à dignidade humana e à verdade. Todavia, em alguns momentos, no Código de Ética da USP, nem sempre se tem claro qual a concepção desses conceitos. Como exemplo, podemos citar o Artigo 6º do Código de Ética da USP, onde declara que o “agir de forma compatível com a moralidade e a integridade acadêmica” constitui dever funcional e acadêmico dos membros da Universidade (incluindo aí, os alunos) (CÓDIGO, 2001).

A prática do “trote” é tratada no Artigo 21 do Título V que trata do “Corpo Discente e dos demais alunos da Universidade”:

As relações entre os membros do corpo discente e demais alunos da Universidade devem ser presididas pelo respeito à autonomia e à dignidade do ser humano, não sendo tolerados atos ou manifestações de prepotência ou violência ou que ponham em risco a integridade física e moral de outros (CÓDIGO, 2001).

A fraude acadêmica, aparece no inciso II do Artigo 23, como prática vedada aos membros do corpo discente e demais alunos da Universidade:

II. lançar mão de meios e artifícios que possam fraudar a avaliação do desempenho, seu ou de outrem, em atividades acadêmicas, culturais, artísticas, desportivas e sociais, no âmbito da Universidade, e acobertar a eventual utilização desses meios (CÓDIGO, 2001).

Quanto à DC do ITA, como ela refere-se diretamente aceitação e obediência das normas e regras contidas no Regime Disciplinar, como, também, aos Deveres do Aluno, para essa análise, trazemos algumas questões desses dois documentos. Questões referentes à pontualidade tanto na participação de atividades quanto na entrega de trabalhos acadêmicos; proibidade na execução dos trabalhos escolares; obediência às normas que procedem de autoridade competente e, a apresentação do estudante sempre de maneira condizente com um estudante do ITA, quer no Instituto, quer fora dele, de modo a manter elevado o conceito dessa instituição e da Aeronáutica” (DIVISÃO, [200-?]), são situações assimiladas pela prática da Disciplina Consciente e cuja a não observância é passível de punição que vão, desde a uma simples advertência verbal, até o desligamento e expulsão do ITA.

Dessa forma, consideramos que a DC do ITA pode ser comparada ao “trato social” estudado por Vazquez (2011), segundo o qual, o trato social refere-se às regras ou normas cuja finalidade é a de assegurar a melhor forma possível de convivência entre os membros de uma sociedade. Suas regras, de respeito e consideração, são subjetivas e pré-estabelecidas, as quais guardam íntima relação com a moral vigente de determinada sociedade, no caso, a instituição de ensino. E assim como, em Vazquez (2011) temos que é o trato social que faz com que possamos dizer que um homem age moralmente, assim também acontece com o indivíduo que acata os princípios da Disciplina Consciente, pois, que, suas normas e regras, como no trato social, “são aceitas internamente e reconhecidas como obrigatórias: de acordo com elas, os indivíduos compreendem que tem o dever de agir desta ou daquela maneira” (VAZQUEZ, 2011, p.16).

Enquanto isso, o Código de Ética da USP funciona mais, como um código moral, haja vista a moral referir-se às regras que normatizam ou que regulam as condutas humanas as quais, segundo Vazquez (2011, p.23), se concretizam apenas quando os indivíduos estão vivendo em sociedade em função de que, a moral, existe necessariamente para cumprir um papel social.

#### **4.9. Quem elaborou o documento?**

É possível concluir, que o Código de Ética da USP não considerou os estudantes na fase de concepção já que nenhum aluno participou da elaboração de seu texto. O documento foi elaborado por uma comissão formada apenas por professores. Somente na aprovação do documento é que verifica-se a participação dos estudantes por meio da atuação de seus representantes no Conselho Universitário e mesmo aí, sua participação não é tão expressiva.

Quanto à DC do ITA, apesar da ideia de sua criação ter partido, originariamente, da Administração da Instituição, foram os alunos que decidiram por sua implantação a qual, somente foi concretizada após vários debates e palestras terem sido realizados, onde seus princípios foram discutidos e votados, sempre pelos alunos em consonância com a Administração da escola.

Consideramos que reside aí, um dos fatores que garante a efetividade da DC uma vez que foram os próprios alunos que decidiram por sua criação e manutenção. Diferente do que as informações referentes ao Código de Ética da USP indicam, o qual nos parece ser um documento *pro forma*, criado sem levar em consideração o pensamento e a crença de seus estudantes, quando em verdade, deveria ser criado, prioritariamente, para e por eles.

#### **4.10. O estudante participou do processo de construção do código? De que forma? Quem foi o responsável por sua implantação?**

Quanto à implantação dos documentos, o Código de Ética da USP foi aprovado em 22 de outubro de 2001, pela Resolução nº 4871, após sua criação ter sido deliberada pelo Conselho Universitário (CO), em sessão de 09 de outubro de 2001.

Referente à Disciplina Consciente do ITA, seus princípios e normas foram estabelecidos em consenso entre os alunos e a Administração da escola e sua implantação deu-se em seguida.

Quanto à elaboração dos documentos, o Código de Ética da USP foi elaborado por uma comissão formada por cinco professores. Não há informação que tenha havido a participação de alunos em sua elaboração. Somente na aprovação do documento é que verifica-se a participação dos estudantes por meio da atuação de seus representantes no Conselho Universitário. A participação dos alunos nesse órgão (Co), dá-se da seguinte forma:

[...]

IX - a representação dos alunos de graduação em número correspondente a dez por cento do total de docentes do Conselho Universitário, eleita pela respectiva categoria;

X - a representação dos alunos de pós-graduação em número correspondente a cinco por cento do total de docentes do Conselho Universitário, eleita pela respectiva categoria;

[...]

XII - um representante dos antigos alunos, eleito por seus pares; (ESTATUTO, 1988).

Na elaboração da Disciplina Consciente, mesmo a ideia de sua criação tendo partido da Administração da Escola, seus princípios foram discutidos em vários debates e palestras

realizadas na época, até que os alunos chegassem a um consenso e criassem seu próprio código de ética (DISCIPLINA, [2012?]).

#### 4.11. Como se dá a divulgação do código no meio acadêmico?

Excetuando o que foi divulgado no site da Agência Usp de Notícias, em 24 de outubro de 2001, na edição de nº 846/01, sobre a criação de seu Código de Ética, nenhuma outra notícia ou mesmo informação referente à divulgação desse documento foi encontrada. E mesmo no site atual da Agência Usp de Notícias<sup>61</sup>, não foi possível encontrar a edição de nº 846/01 onde foi veiculada a notícia.

O site principal da USP não traz qualquer informação quanto ao seu Código de Ética. Para encontrá-lo, foi necessário digitar as palavras-chave “código-de-ética”, no campo superior esquerdo do site, destinado à pesquisar qualquer informação dentro do site da USP e, assim, encontramos os seguintes resultados:

- Resolução nº 4871: nos leva direto ao site de Normas da Usp, para o texto da referida Resolução que aprovou o Código de Ética da Universidade de São Paulo<sup>62</sup>;
- Pró-reitoria de Pesquisa USP - Código de Ética da USP: site da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP<sup>63</sup>;
- Código de Ética da USP: site da Faculdade de Saúde Pública<sup>64</sup>;

Outras tentativas de se encontrar o Código de Ética através do site principal da USP, nos levaram aos seguintes locais:

- site da Pró-Reitoria de Pesquisa, na guia “Outros”<sup>65</sup>;
- no site da Faculdade de Saúde Pública da USP, no link Publicações<sup>66</sup> e,
- no site de Normas da USP, acessando a Resolução nº 4871.

Para esse último (site de Normas da USP), o caminho feito na investigação foi: na página principal da USP, acessando um dos links de *Acesso Rápido* (acessando *Institucional/A USP* na relação disposta no canto superior direito). Ao abrir a página, acessando o link *Normas* (canto inferior esquerdo), depois, *Resoluções/Índices Anuais*<sup>67</sup>. Ao chegar nesse ponto da investigação, para encontrar o Código de Ética, é necessário, antes, saber o ano e o número da Resolução que aprovou o Código de Ética: Resolução nº 4871/2001.

<sup>61</sup> Site atual disponível em: <<http://www.usp.br/agen/>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/resol/r4871m.htm>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://www.prp.usp.br/pagina.php?menu=7&pagina=45>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/site/paginas/mostrar/401>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>65</sup> Disponível em: <<http://www.prp.usp.br/pagina.php?menu=7&pagina=45>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>66</sup> Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/site/paginas/mostrar/160>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>67</sup> Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 set. 2012.

Caso contrário, não se tendo o conhecimento prévio da existência do Código de Ética, é difícil encontrá-lo no site.

Outra observação importante é que, também o Manual do Calouro, publicação especial da Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) da Universidade de São Paulo, destinada aos novos alunos, com informações sobre a história das universidades, a trajetória da USP, os cursos e seus campi, suas mídias (eletrônicas e impressas) e guia de serviços diversos, não faz qualquer referência ao Código de Ética. O Manual do Calouro está disponível na página oficial da USP/Acesso Rápido/Graduação<sup>68</sup>. Na página da Pró-Reitoria de Graduação<sup>69</sup>, clicando em *Alunos USP* e, depois, em *Manual do Calouro*<sup>70</sup>, apesar de não se encontrar o Manual do Calouro do ano corrente (2012), é possível encontrar os manuais dos anos de 2009 e 2010 e, também neles, nenhuma informação referente ao Código de Ética da USP foi encontrada.

Referente ao código do ITA, a Disciplina Consciente é um dos primeiros conceitos com o qual os estudantes têm contato assim que chegam ao Instituto.

Quanto à sua perpetuação e cultivo, esses se dão, primeiro, pelos próprios alunos que se encarregam de mostrar aos ingressantes a importância e a necessidade de se preservar essa cultura de comportamento. Cultura de comportamento essa que já se tornou uma das partes constituintes do processo de formação do estudantes do ITA como um “círculo virtuoso centrado na excelência acadêmica” (ADADE FILHO, 2010). A Administração do ITA reafirma esse conceito por meio de palestras, colóquios bem como por meio da orientação realizada pelo DOO em conjunto com a Divisão de Alunos, quando do início do período letivo (DIVISÃO, [200-?]).

#### **4.12. Relação com a prática pedagógica**

##### **USP**

Para relacionar o Código de Ética com a prática pedagógica, foi consultado o PDI da Instituição. Nada foi encontrado que tratasse da aplicação e manutenção desse documento. No PDI da USP, foi possível identificar a atenção com a formação de um profissional tecnicamente eficiente, contudo, não foi encontrada referência quanto à sua formação ética e moral.

---

<sup>68</sup> <http://www5.usp.br/ensino/graduacao/>

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www.prg.usp.br/site/>>. Acesso em: 03 set. 2012.

<sup>70</sup> Disponível em:

<[http://www.prg.usp.br/site/index.php?option=com\\_content&view=article&id=122&Itemid=27](http://www.prg.usp.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=122&Itemid=27)>. Acesso em: 03 set. 2012.

No PDI, os objetivos da USP foram expressos primeiro no decreto de sua fundação, em 1934, sendo retomados no estatuto de 1988, indicando a centralidade da pesquisa. No texto, o compromisso com a formação de professores fica mais claramente explicitado: “ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como qualificação para as atividades profissionais”(PLANO, 2012).

No estatuto da USP em vigor desde 1988, em seu artigo 2º, do Título I – da Universidade e seus Fins, sua missão está assim expressa:

- I - promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa;
- II - ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais;
- III - estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa (ESTATUTO, 1988).

A Visão da USP aparece descrita no PDI (versão preliminar):

Tornar-se uma universidade de classe mundial, fortemente enraizada em nossa história, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável do país e respondendo de maneira crescentemente qualificada e inovadora aos anseios da sociedade contemporânea, comprometida com o avanço da ciência, da tecnologia e da cultura para a melhoria da qualidade de vida (PLANO, 2012).

## **ITA**

No texto de Apresentação do PDI do ITA (2011 – 2020), é possível observar que a prática pedagógica apoia-se na aceitação, prática e manutenção da Disciplina Consciente:

Todo o processo de elaboração do PDI contou com a participação da comunidade acadêmica e administrativa do Instituto, que resultou em um documento que visa a registrar não só os compromissos de atendimento à missão estabelecida em seu ato de criação, como, também, sua filosofia de trabalho, as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a sua estrutura organizacional e, principalmente, as suas atividades técnico-científicas e de gestão que desenvolve e que pretende desenvolver, sempre pautadas no modelo inovador e na disciplina consciente, que são suas marcas de excelência (SAKANE, 2011, p.6).

Em outro trecho do PDI, item 1.2.2 que trata da Visão do ITA, nova citação à Disciplina Consciente é encontrada, como um dos motivos da escola ser vista, pela sociedade, como modelo de excelência:

O ITA é visto pela sociedade como modelo de Escola de Engenharia de excelência, adotando rigorosos processos de seleção e de avaliação, que valoriza a ética e a disciplina consciente, com rigorosos processos de seleção e de avaliação, formando profissionais altamente competentes (SAKANE, 2011, p.11).

Apenas no item 1.2.3, que trata dos “Valores”, a Disciplina Consciente é citada três vezes: como integrante também dos valores da instituição, novamente como integrante da Formação Integral do aluno e na parte que trata da formação com foco no aluno (graduação):

[...] O ITA, como instituição de educação e ensino superior, valoriza e pratica a disciplina consciente, a ética profissional, a postura crítica, a responsabilidade social, a valorização do ser humano e a formação integral do técnico e do cidadão.

- Formação integral, do técnico e do cidadão: instituição de educação e ensino superior.
  - Disciplina Consciente e ética profissional;
- [...]
- Foco no aluno.
  - de graduação:
    - sistema de aconselhamento;
    - formação humanística (Humanidades no currículo);
    - Divisão de Alunos (acompanhamento individualizado);
    - Avaliação sistêmica;
    - Centro Acadêmico Santos Dumont (CASD) vinculado à Pró-Reitoria de Graduação;
    - autogestão e Disciplina Consciente (importância do Departamento de Ordem e Orientação, DOO, do CASD) (SAKANE, 2011, p.12).

No item 1.3.1 – Ensino, a Disciplina Consciente é citada na parte que trata de algumas das características da Graduação no ITA:

aconselhamento e orientação comportamental, com foco na ética e na Disciplina Consciente (DC), que permite que, por exemplo, os professores se ausentem da sala de aulas durante uma prova ou exame. A DC é uma espécie de Código de Honra<sup>71</sup>, que se estende a todos os aspectos da vida do aluno, dentro e fora do ITA (SAKANE, 2011, p.14).

No item 2.1.4 – Pró-Reitoria de Graduação,

---

<sup>71</sup> O Código de Honra é praticado, por exemplo, na Academia da Força Aérea dos EUA, USAFA, com o Lema: “Não vou mentir, roubar ou enganar, nem tolerar entre nós alguém que o faz” (Original em inglês: “We will not lie, steal, or cheat, nor tolerate among us anyone who does”). A DC se estende além das fronteiras acadêmicas, diferindo, por exemplo, do Código de Honra da Universidade de Stanford, CA, EUA, limitado ao trabalho acadêmico, onde se estabelece que: “O Código de Honra é a declaração da Universidade sobre a integridade acadêmica. Ele articula expectativas universitárias dos estudantes e professores em estabelecer e manter os mais altos padrões no trabalho acadêmico. O Código de Honra é um empreendimento dos estudantes, individualmente e coletivamente: que não irão dar ou receber ajuda nos exames; que eles não vão dar ou receber ajuda não permitida no trabalho de classe, na preparação de relatórios, ou em qualquer outro trabalho que será usado pelo instrutor como base de classificação; que eles vão fazer a sua parte e participar ativamente em vista dos outros, bem como eles próprios defenderem o espírito e o sentido exato do código de honra”. (Original em inglês: “The Honor Code is the University’s statement on academic integrity. It articulates University expectations of students and faculty in establishing and maintaining the highest standards in academic work. The Honor Code is an undertaking of the students, individually and collectively: that they will not give or receive aid in examinations; that they will not give or receive unpermitted aid in class work, in the preparation of reports, or in any other work that is to be used by the instructor as the basis of grading; that they will do their share and take an active part in seeing to it that others as well as themselves uphold the spirit and letter of the Honor Code” (SAKANE, 2011, p.14).

Esta Pró-Reitoria é constituída de duas Divisões: a Divisão de Registros e Controle Acadêmico (IG-RCA) e a Divisão de Alunos (IG-DIVAL). Vinculado a esta, o Centro Acadêmico Santos Dumont (CASD), órgão representativo dos alunos de graduação que, além das atividades usuais dos centros acadêmicos universitários, exerce importante papel por meio de seu Departamento de Ordem e Orientação (DOO) e de seu Diretório Acadêmico (DA). Ao DOO foi delegada a competência de tratar, em primeira instância, de assuntos disciplinares dos alunos e, em especial, a preservação do Regime de Disciplina Consciente (SAKANE, 2011, p.34).

No item 3.1.2, que trata das características essenciais da concepção do Projeto Pedagógico Institucional:

- **EDUCAÇÃO E ENSINO: FORMAÇÃO INTEGRAL DO TÉCNICO E DO CIDADÃO**

Ações e práticas que demonstram ou se inserem nesse valor são: a Disciplina Consciente (DC); o Ensino de Humanidades; o Aconselhamento; as Atividades Extracurriculares (SAKANE, 2011, p.44).

Na parte que trata das informações da graduação, no item 3.2.4.1 – Curso Fundamental (FUND), ao afirmar que um dos objetivos desse curso é, além de “[...] proporcionar uma sólida formação em ciências básicas necessárias para a formação de um engenheiro [...] objetiva também a assimilação pelo aluno dos valores da Escola [...]”, dentre os quais, a Disciplina Consciente é citada no item “c”, *como lucrar com um ambiente escolar de perfeita honestidade e integridade*:

por meio da Disciplina Consciente, abominando e não tolerando a improbidade escolar, como “cola” e outras práticas desonestas, escusas ou não éticas, e atuando em um ambiente de confiança e camaradagem, tanto entre colegas como entre alunos, professores e outros profissionais (SAKANE, 2011, p.47).

No item 3.2.5 que trata da Formação Complementar, encontramos a Disciplina Consciente apontada como o integrante principal da formação de personalidade e do cidadão, considerada “[...] o sistema responsável por aquilo que Smith<sup>72</sup> definiu como ‘ambiente de perfeita honestidade e integridade’” (SAKANE, 2011, p.47).

A Disciplina Consciente é apontada como um dos alicerces da formação cívica, ética e social dos estudantes do ITA, sendo citada tanto no item 3.2.6 – Fatores Essenciais, a Disciplina Consciente [da Graduação], quanto no item 3.3.6 – Fatores Essenciais [da Pós-Graduação].

No texto destinado à Graduação, a Disciplina Consciente é citada em dois momentos:

- Um sistema de autocontrole e autodisciplina, denominado Disciplina Consciente (DC), que difere de um sistema de Código de Honra pelo

---

<sup>72</sup> Professor Richard Harbert Smith, primeiro reitor do ITA (1946 – 1951).

seu aspecto consuetudinário (ênfase dada à consciência ética baseada em tradições e costumes, e não à fiscalização e punições, embora, quando necessária, a punição possa ser o desligamento do aluno – por exemplo, por improbidade escolar). Punições por violações disciplinares somente são aplicadas depois de ouvido o aluno e o Departamento de Ordem e Orientação (DOO) do Centro Acadêmico Santos Dumont (CASD), garantindo assim a participação da comunidade no processo decisório;

- Convívio em alojamentos no campus, com forte conceito de “turma” e de “integração entre turmas”, o que possibilita a disseminação dos conceitos e valores institucionais, especialmente a Disciplina Consciente, e favorece a prática de atividades coletivas e a criação de fortes laços de amizade e solidariedade entre alunos (SAKANE, 2011, p.50).

No texto destinado à Pós-Graduação, é citada uma vez:

A formação cívica, ética e social está alicerçada em um código de conduta, denominado Disciplina Consciente (DC). Punições por violações disciplinares somente são aplicadas depois de ouvido o aluno e a Comissão de Disciplina (CD) da Associação de Pós-Graduandos do ITA (APGITA) (SAKANE, 2011, p.58).

No item 3.3.5 que trata da Formação Complementar na Pós-Graduação, a Disciplina Consciente é citada seis vezes:

[...] A DC foi criada na Graduação e adotada na Pós-Graduação recentemente pela Associação dos Pós-Graduando (APG) que é o órgão representativo dos alunos. A DC é o código de conduta responsável por aquilo que Prof. Smith definiu como “ambiente de perfeita honestidade e integridade”.

A Disciplina Consciente é um código de conduta consentida pelos alunos, os quais praticam os valores da ética, abominando e não tolerando a improbidade escolar, atos desonestos e práticas desleais, atuando de forma pró-ativa e contribuindo para um ambiente de confiança e camaradagem, entre colegas, professores e administração.

Na Pós-Graduação, a Comissão de Disciplina (CD), vinculada à Associação dos Pós-Graduandos do ITA, é responsável pela manutenção da DC entre os alunos. A DC na Pós-Graduação ainda está num processo de amadurecimento. As suspeitas de improbidade têm sido levadas a CD que tem atuado de forma cuidadosa na investigação e de forma firme na sugestão de penalidades.

Com intuito de integrar mais rapidamente os alunos de Pós-Graduação no ITA, a IP<sup>73</sup> instituiu um evento semestral para receber os novos alunos. Nesse evento, são passadas as informações básicas sobre os requisitos dos cursos, recursos disponíveis, bolsas de estudo, acesso à biblioteca,

---

<sup>73</sup> Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (do ITA).

alimentação e moradia. Nesse evento, também é apresentada a DC pela APG<sup>74</sup> e enfatizada sua relevância para o Instituto (SAKANE, 2011, p.57).

No item 5.2. – *Tendências relativas à formação de engenheiros em suas áreas de especialidade e sua articulação com o complexo aeroespacial*, tema tratado dentro do item 5 que discorre sobre a *Visão de Futuro do ITA*, o permanente exercício da disciplina consciente é citado como coadjuvante na formação ética profissional e pessoal do estudante:

O modelo educacional do ITA não se atém apenas ao conhecimento tecnológico, sendo parte fundamental de seu modelo uma formação ética profissional e pessoal, através do permanente exercício da disciplina consciente e da crítica construtiva” (SAKANE, 2011, p.81).

No item 6.2 – Diretrizes Estratégicas, a Disciplina Consciente é citada como um dos elementos constituintes das diretrizes básicas nos quais o ITA deverá se guiar para atingir seus objetivos estratégicos na área de Ensino e Educação tanto da Graduação quanto da Pós-Graduação:

- c) manter Modelo Educacional próprio, contemplando:
- avaliação e acompanhamento personalizados;
  - não-massificação;
  - bolsas;
  - excelência na graduação e na pós-graduação;
  - Incubação de empresas/empreendedorismo;
  - inovação e pioneirismo;
  - atividades extracurriculares;
  - responsabilidade social;
  - campus estudantil (Graduação e Pós-Graduação) e de docentes/pesquisadores;
  - Disciplina Consciente (SAKANE, 2011, p.87).

No item 6.3.6 que trata do Aprimoramento da Pós-Graduação, no trecho “Comentários Gerais”, a Disciplina Consciente é citada como um dos elementos que devem ser fortalecidos:

[...] A crescente multidisciplinaridade e o rápido desenvolvimento científico-tecnológico, associado à necessidade de inovar e fomentar, a transformação do conhecimento em produtos tecnológicos, forçam a repensar, não só a Pós-Graduação, como, também, a Graduação e a interação entre esses níveis. Na Pós-Graduação, aprimorar os Cursos, especialmente, de Doutorado, fortalecer a prática da Disciplina Consciente, internacionalizar as atividades e pesquisas e fortalecer grupos de pesquisas em termos de identidades e laboratórios. Fortalecer o apoio administrativo para a gestão e divulgação de Programas de Pós-Graduação (SAKANE, 2011, p.91).

Por fim, o item 7, que trata da “Expansão”, deixa claro a preocupação com a manutenção da Disciplina Consciente ao afirmar que, “para a ampliação do número total de vagas [...] é necessário que as instalações prediais, principalmente os laboratórios didáticos e

---

<sup>74</sup> Associação dos Pós-Graduandos (do ITA).

salas de aulas, e os recursos humanos do ITA sejam previamente ampliados” (SAKANE, 2011, p.104) justificando que, aumentando-se o número de vagas, concomitantemente o número de alunos em sala de aula também aumenta, caso a ampliação das instalações das salas de aula não sejam atendidas:

A média de 25 alunos por Curso de Graduação, e por classe, não deve aumentar significativamente com a duplicação de vagas. É considerado pelo ITA que classes de até 30 alunos são adequadas para a manutenção da qualidade da formação proporcionada. A manutenção da política pedagógica de classes pequenas, inclusive no Curso Fundamental, visa a garantir não só a qualidade do processo ensino/aprendizado, como também para a manutenção da Disciplina Consciente (SAKANE, 2011, p.104).

A partir do texto do PDI do ITA, é possível inferir que a preocupação com uma formação integral do estudante, como técnico e cidadão, é uma constante nas atividades pedagógicas dessa escola:

Durante os cinco anos da graduação, o conceito da DC é vivenciado, pelos alunos e professores, em todas as esferas da escola. Na sala de aula, a DC é vivenciada nas atitudes do professor e dos alunos. Na atitude do professor refletida, entre outras, na pontualidade do início e término da mesma, na postura como professor competente, atualizado, exigente e principalmente na consideração do aluno como pessoa e não como um número de matrícula refletido no diário escolar. Na atitude dos alunos; no cumprimento de deveres e datas programadas de avaliação, no respeito pelos colegas e pelo professor, na resposta positiva frente à exigência da escola (GOMES e BELDERRAIN, 2004).

#### **4.13. Há algum órgão ou setor responsável pelo acompanhamento da aplicação do código de ética?**

##### **USP**

Relativo ao Código de Ética da USP, o órgão responsável por apurar as ocorrências e encaminhar as conclusões às autoridades competentes é a Comissão de Ética, composta por representantes docentes, discentes e servidores não-docentes.

A primeira Comissão de Ética foi instituída em 14 de novembro de 2001, 23 dias após o Código de Ética ser criado. As atribuições da Comissão de Ética são:

- I. conhecer das consultas, denúncias e representações formuladas contra membros da Universidade, por infringência às normas deste Código e postulados éticos da Instituição;
- II. apurar a ocorrência das infrações;
- III. encaminhar suas conclusões às autoridades competentes para as providências cabíveis;
- IV. criar um acervo de decisões do qual se extraíam princípios norteadores das atividades da Universidade, complementares a este Código (CÓDIGO, 2001).

E para assegurar a plena observância das normas e princípios previsto no Código de Ética, ficou determinado que a Ouvidoria da USP e a Comissão de Ética atuariam juntas, de forma coordenada, devendo, a Comissão de Ética, apresentar ao Conselho Universitário, relatório anual de suas atividades (CÓDIGO, 2001).

### **ITA**

Como exposto anteriormente, o Departamento de Ordem e Orientação do CASD é quem zela pela aceitação e manutenção da Disciplina Consciente do ITA. “Ao DOO foi delegada a competência de tratar, em primeira instância, de assuntos disciplinares dos alunos e, em especial, a preservação do Regime de Disciplina Consciente” (SAKANE, 2011, p.34).

Além da orientação quanto aos preceitos da Disciplina Consciente, cabe ao DOO um importante papel na aplicação da ordem disciplinar. Anualmente, quando da chegada dos estudantes novatos, uma Comissão de Recepção instituída pelo CASD é encarregada de promover “eventos de integração e ‘aculturação’ sobre a DC e o convívio harmonioso na residência dos alunos de graduação do ITA”. Nessa atividade, o DOO conta com a colaboração da Divisão de Alunos (DIVAL), que “trabalha em conjunto, dando suporte e desenvolvendo atividades com os novos alunos, inclusive com a participação de docentes, procurando facilitar a integração daqueles à realidade da Escola” (SAKANE, 2001, p.48).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Você é livre para fazer suas escolhas, mas é prisioneiro das consequências.*

Pablo Neruda

A presente pesquisa teve como ponto de partida, não somente a existência, mas, principalmente, a persistência de um dos maiores problemas da atualidade, na área da educação: o comportamento, muitas vezes, antissocial dos estudantes universitários. A partir das primeiras observações e reflexões e, também, da minha própria experiência como estudante, me fiz o seguinte questionamento: pode o ambiente de ensino, influenciar a formação em valores? Decidimos por investigar se a existência e a manutenção de um código de conduta poderiam figurar como uma nova forma de tratar a questão da educação em valores, como um instrumento educativo que proporcione essa vivência cotidiana e rotineira dos valores, pelos estudantes universitários, de forma a promover as relações existentes no ambiente acadêmico, alcançando, dessa forma, a formação do estudante em todas as suas facetas: profissional e humana.

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura para evidenciar a questão proposta e situar em que ponto estavam as discussões (e se elas existiam), referentes à formação ética no cotidiano de uma IES. Foi constatado que, pouco se tem produzido ou mesmo discutido sobre o comportamento dos estudantes da educação superior e que poucas são as instituições de ensino superior que utilizam uma espécie de regulamento interno como Código de Ética ou de Conduta.

O presente estudo pretendeu contribuir para a reflexão sobre a utilização de um código de conduta como forma de tratar a questão da ética e da cidadania, muito além da mera transmissão de conceitos, mas, na vivência desses conceitos e valores cotidianamente nos ambientes de uma universidade.

Com a finalidade de *identificar e examinar* os fundamentos e pressupostos nos quais foram embasados os códigos de conduta universitários já existentes, *analisar* como alguns valores como a ética, a moral, cidadania, justiça, respeito e responsabilidade foram abordados e tratados nesses documentos e, por fim, *analisar* a quem se destina tais documentos, utilizou-se o método de análise comparativa dos documentos de duas instituições de ensino superior que utilizam, em seu cotidiano escolar, um código ou de ética ou de conduta: a USP e o ITA.

Essas duas instituições foram escolhidas, primeiro por terem o documento que escolhemos investigar e, segundo, por essas instituições serem reconhecidas e respeitadas por sua excelência acadêmica.

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa de caráter exploratório tendo como instrumento o levantamento de dados em documentos disponibilizados estritamente no meio virtual (online). Assim, o presente estudo consistiu num levantamento, descrição e análise dos documentos encontrados que tratam da normatização do comportamento dos discentes no âmbito das duas instituições de ensino superior pesquisadas.

A análise realizada revelou que tanto na USP quanto no ITA, podemos perceber a preocupação com a formação ética de seus estudantes.

Consideramos que as duas propostas, o Código de Ética da USP e a Disciplina Consciente do ITA, diferem pela forma e função. Enquanto o primeiro, é um documento em que encontramos, de forma expressa, as normas disciplinares e de conduta, o segundo, não se trata de um documento, mas, de um sistema, um modo de vida dos estudantes. Sendo assim, o Código de Ética preve o que fazer em caso de ações ilícitas acontecerem no âmbito da universidade, funcionando como um documento para consulta em caso de necessidade de um respaldo legal para se aplicar certas penalidades previstas. Na Disciplina Consciente, o que se objetiva é que os estudantes visualizem e incorporem uma conduta adequada ao ambiente acadêmico, propiciando, dessa forma, a socialização, favorecendo a aprendizagem. Como respaldo, seu Regime Disciplinar prevê os encaminhamentos para os problemas de comportamento.

Dessa forma, temos na prática da Disciplina Consciente, a moral autônoma de Piaget, pois que, consiste em "fazer o certo" por se acreditar que essa é a melhor forma de se viver em comunidade. A moral autônoma é a noção do Bem, de um ideal, de um valor desejável dos quais são derivados os deveres (PIAGET, 1932, apud LA TAILLE, 2008). Entendemos que a DC educa, enquanto o Código de Ética apenas corrige, pune. Sutil, mas, valorosíssima diferença!

Nesse contexto, considera-se que, mais educativo do que se ter uma lista de princípios ou de regras expressas em algum documento para ser consultado quando necessário, indispensável é a adoção de uma postura ética no processo de formação do estudante de forma com que, todos os integrantes da comunidade acadêmica sejam responsáveis pela harmonia e integridade acadêmica do ambiente. E é justamente na ordem

que não é imposta, mas, antes, que é aceita de livre e espontânea vontade, por consentimento, que consiste uma educação em valores.

A análise dos documentos mostrou ainda que, a vivência diária de valores, cria um espírito, uma atitude frente à vida acadêmica e, também, à vida pessoal dos estudantes, estabelecendo, dessa forma: uma relação de confiança recíproca, do estudante para o professor e vice-versa; estabelece declaradamente um padrão de honestidade, responsabilidade e postura crítica acadêmicas; faz com que os casos de improbidade escolar, nas suas variadas formas, diminuam consideravelmente; referente aos contratos pedagógicos, esses, podem até ser objetos de negociação, mas a partir do momento que são definidos, são honrados colaborando inclusive, para que a avaliação seja baseada no mérito; cria um ambiente saudável de honestidade e responsabilidade compartilhada e, por fim, torna-se um marco de excelência acadêmica (ADADE FILHO, 2010).

Dessa forma, podemos observar que a utilização de um código de conduta como instrumento educativo pode, sim, proporcionar essa vivência cotidiana e rotineira dos valores. Pois, para a criação de um ambiente ético na escola, faz-se necessário a consolidação de formas, sistemas com o objetivo de melhorar a democratização das relações entre as pessoas no cotidiano da escola (ARAÚJO, 2007).

Consideramos então, que, para um código de conduta estimular mudanças de comportamentos éticos, são necessárias as seguintes providências:

- a universidade deve comunicar, participar e trabalhar cotidianamente os princípios de seu código de conduta, a todos membros da sua comunidade fazendo com que se torne vivo e atuante e,

- cobrar, continuamente e sistematicamente comportamentos éticos de seus membros, fazendo assim, com que o comportamento adotado no ambiente acadêmico, torne-se costume e hábito.

Assim temos que, se as normas e regras expressas em um código moral (de ética ou de conduta) não forem praticadas e vivenciadas cotidianamente e rotineiramente, o código torna-se “letra morta”, não passando de um texto, um documento o qual deve ser apenas consultado quando problemas de convivência surgirem. A não vivência de suas normas, faz, também, com que não seja debatido tornando-o estático e apenas mais um documento “*pro forma*”.

Sendo uma das finalidades da educação a formação do ser humano, seguir algumas normas e princípios básicos para a boa convivência na micro-sociedade que é uma universidade – não importando se essas estejam relacionadas em algum código de ética ou

que sejam entendidas e cultivadas de forma subjetiva pela comunidade acadêmica – faz-se necessário e até obrigatório.

Vale ressaltar que, não se trata apenas de oferecer para os estudantes conteúdos curriculares que abordem a ética apenas no plano teórico, mas, de viver diariamente e rotineiramente as situações, os problemas inerentes da escola e da comunidade, das aulas em todas as disciplinas a partir de princípios éticos da vida em sociedade.

É preciso ter cuidado para que o código não seja tratado como simples palavreiro moral, repetindo conceitos e definições tão comumente utilizadas pelas disciplinas filosóficas, quando a norma que impera no ambiente acadêmico é o tratamento desrespeitoso entre as pessoas. Há que se cultivar a coerência entre a teoria, os princípios que se elege e a prática diária.

Consideramos que dois aspectos emergem, ainda, da análise suscitada pela pesquisa. O primeiro diz respeito a nomenclatura usada para esse, que acreditamos ser um instrumento de formação em valores: o código de conduta. E, ao apresentá-lo, defendemos a forma como referi-lo. Essa opção reporta-se à premissa de que a ética, sendo a reflexão sobre a moral (VAZQUEZ, 2012), é abstrata – o que demanda a objetivação (definição) de valores e de comportamentos necessários e desejáveis. A objetivação aconteceria se a partir da reflexão (ética) se definir condutas a serem construídas. Portanto, defendemos que o instrumento a ser criado, nas IES, seja tratado, nomeado de Código de Conduta.

O segundo aspecto, relacionado ao anterior, é defendermos que ele funcione, a exemplo da DC do ITA, como um sistema articulado e incorporado a todas as dimensões da vida acadêmica. Para tanto, sua articulação e incorporação à vida acadêmica precisa ocorrer a partir da **compreensão** de que há “comportamentos que nos convêm e outros não” (SAVATER, 2002, p.76). E, ainda, é essa compreensão que transcende a disciplina que dociliza (FOUCAULT, 2009) para se consolidar como educação em valores.

Entendemos que a educação acontece em vários ambientes e tempos, de muitas formas e conduzida por várias pessoas. E, por isso, é possível pensar que nas IES também ocorra a educação em valores. Assim, a vivência diária de valores expressos em um código de conduta, auxiliaria, e muito, na fixação desses, até que o agir de forma refletiva e com base em valores socialmente desejáveis, se torne um costume ou mesmo um hábito para os estudantes contribuindo dessa forma, para a formação de cidadãos éticos, conscientes e responsáveis de seus atos.

## REFERÊNCIAS

- ADADE FILHO, Alberto. *Disciplina Consciente*. São José dos Campos: ITA, 2010. 47 diapositivos, color. Disponível em < [http://www.prograd.ita.br/textos\\_e\\_apresentacoes/Disciplina\\_Consciente\\_-\\_2010.pdf](http://www.prograd.ita.br/textos_e_apresentacoes/Disciplina_Consciente_-_2010.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2012.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. *Formação Docente. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*. v. 01 , n. 01, ago/dez. 2009. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/1/7/1>>. Acesso em: 23 jun. 2011.
- ARAÚJO, Ulisses F.. A Construção Social e Psicológica dos Valores. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação e Valores**. São Paulo: Summus, 2007. p. 17 – 64.
- ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, José Maria. Pontuando e Contrapondo. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação e Valores**. São Paulo: Summus, 2007. p. 107 – 139.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução do grego de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009. 280p.
- BIAGGIO, Ângela. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. 2ed. São Paulo: Moderna. 2006. 127p.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 1994.
- BOMBINO, L. R. L. De qué ética hablamos. In: BOMBINO, L. R. L.; VÁSQUEZ, A. de A.; PORTO, M. E. **Por uma Nueva Ética**. La Habana: Félix Varela, 2009. p. 9 – 24.
- \_\_\_\_\_. Una reflexión sobre moralidad y valores. In: BOMBINO, L. R. L.; VÁSQUEZ, A. de A.; PORTO, M. E. **Por uma Nueva Ética**. La Habana: Félix Varela, 2009b. p.189 – 228.
- BONATO, Antônio Neri et al. Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do CEFET-PR. [S.l.], jun. 2002. Disponível em: <[http://www.detec.ct.utfpr.edu.br/regulamentos/pdfs/REG\\_DISCIPLINAR.pdf](http://www.detec.ct.utfpr.edu.br/regulamentos/pdfs/REG_DISCIPLINAR.pdf)>. Acesso em: 25 maio. 2012.
- BOSI, Alfredo. Duas palavras sobre ética na universidade. **Informe**, São Paulo, n. 27, maio. 2007. Disponível em: <[http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/27\\_info\\_maio\\_0.pdf](http://comunicacao.fflch.usp.br/sites/comunicacao.fflch.usp.br/files/27_info_maio_0.pdf)>. Acesso em: 01 set.2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade - Relações étnico-raciais e de gênero**. FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP), Brasília, 2007. Disponível em: < <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015515.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o Saber, Formação dos Professores e Globalização:** Questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CÓDIGO de Conduta da Universidade da Madeira. In: ASSOCIAÇÃO Acadêmica da Universidade da Madeira. Madeira, [2011?]. Disponível em: <<http://www.aauma.pt/>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

CÓDIGO de Ética da Universidade de São Paulo. In: NORMAS Usp. São Paulo – Resolução nº 4871, de 22 de Outubro de 2001, out. 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

COMUNICADO do Departamento de Ordem e Orientação. **O Iteano**, São José dos Campos, 08 mar. 1954. Noticiário Acadêmico. Disponível em:<[http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=O\\_Iteano](http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=O_Iteano)>. Acesso em: 16 mar. 2012.

CORTELLA, Mario Sergio. **A Escola e o Conhecimento:** Fundamentos Epistemológicos e Políticos. 13 ed. São Paulo: Cortez. 2009. 160p.

CUNHA, Célio da. Ambiente Escolar e Qualidade da Educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA; Anna Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. **Revelando tramas, descobrindo segredos:** violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. 496 p.

CUNHA JUNIOR. Um Centro Acadêmico Faz Dez Anos. **O Iteano**, São José dos Campos, n.55, ano VIII, 1960. Disponível em:<<http://www.aeitaonline.com.br/wiki/images/a/ad/1960ite55.PDF>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

DALAROSA, Adair Ângelo. **Ética, Educação e Cidadania:** Qual educação? Para qual cidadania? 2009. Disponível em: <[http://www.dalarosa.net/2009novo/downloads/publicacoes\\_02.pdf](http://www.dalarosa.net/2009novo/downloads/publicacoes_02.pdf) >. Acesso em: 05 jul. 2011.

DECRETO n.º 6.283 de 25 de Janeiro de 1934 – Crea a Universidade de São Paulo e dá outras providências. In: NORMAS Usp. São Paulo, 25 jan. 1934. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

DECRETO n.º 52.906, de 27 de março de 1972 – Aprova o Regimento Geral da Universidade de São Paulo. In: NORMAS Usp. São Paulo, 27 mar. 1972. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL (Brasil). A Construção do Centro. In: DEPARTAMENTO de Ciência e Tecnologia Aeroespacial. São José dos Campos, [200-?]. Disponível em: <[http://www.cta.br/hist\\_constucao.php](http://www.cta.br/hist_constucao.php)>. Acesso em: 22 jun. 2012.

DISCIPLINA Consciente. In: ASSOCIAÇÃO dos Engenheiros do ITA. [S.l., 2012?]. Disponível em: <<http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=DC>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

DIVISÃO de Alunos. [Desenvolvida pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica], [200-?]. Disponibiliza informações sobre a Divisão de Alunos do ITA. Disponível em: <<http://www.adm.ita.br/>>. Acesso em: 18 maio. 2012.

ESTATUTO da Universidade de São Paulo. In: NORMAS Usp. São Paulo, 7 out. 1988. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2010. 216p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa – Folha/Aurélio**. São Paulo: Folha de S. Paulo, out.1994/fev.1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhte. 37 ed. Petrópolis: Vozes. 2009. 291p.

FURLANI, Fernando Costa. **Resumo do Livro “Ética” de Adolfo Sánchez Vázquez**. 2004. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.furlanitraducoes.com.br/material/etica%20cidadania/livro%20etica%20-%20adolfo%20s%20vazquez%20-%202004%20-%20resumo%20completo.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2011.

GIANNECCHINI, Laura; SAFON, Renata Gines; MARINONI, Paola. Códigos de Ética e Códigos de Conduta: para que servem e como implementá-los? In: INSTITUTO para o Desenvolvimento do Investimento Social. São Paulo, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/artigos/codigo-de-etica-e-conduta.pdf/view> >. Acesso em: 03 jul. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. 12. Impressão. São Paulo: Atlas, 2009, 176p.

GOERGEN, Pedro. Prefácio. In: LOMBARDI, José Claudinei; GOERGEN, Pedro (Orgs.). **Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas: Autores Associados, 2011. 166p.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnico-cultural. In: BRASIL. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 70-76.

GOMES, Lia Franco; BELDERRAIN, Mischel Carmen Neyra. Disciplina Consciente: Experiência do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA - COBENGE, 32, set. 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: ABENGE, 2004.4

GOUVEIA, Valdiney Veloso et al. Questionário de comportamentos anti-sociais e delitivos: evidências psicométricas de uma versão reduzida. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.22, p. 20-28, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000100004)>. Acesso em: 23 jun. 2011.

HADDAD, Camilla. Universitários de classe média são presos por sequestros relâmpagos no Brooklin. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2012. Cidades. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,universitarios-de-classe-media-sao-presos-por-sequestros-relampagos-no-brooklin,908277,0.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

HONOR CODE. In: STANFORD University. Stanford, 2012. Disponível em: <<http://studentaffairs.stanford.edu/judicialaffairs/policy/honor-code>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA - IBOPE. 2005. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

INSTRUÇÕES Para o Concurso de Admissão ao ITA 2012. In: ITA – Concurso de Admissão 2012. São José dos Campos, 2012. Disponível em: <<http://www.ita.br/vestibular/>>. Acesso em: 16 jul. 2011.

KANT, Emmanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Unimep, 1996.

LA TAILLE, Yves de. A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. In: DEMO, Pedro; LA TAILLE, Yves de; HOFFMANN, Jussara. **Grandes Pensadores em Educação: O desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação**. 4ed. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 67 – 98.

LACERDA, Wânia Maria Guimarães. **A Produção da Excelência: O caso do Instituto Tecnológico de Aeronáutica**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT14-4887--Int.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2012

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias Pedagógicas Modernas Resignificadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (Orgs). **Educação na Era do Conhecimento em Rede e Transdisciplinaridade**. São Paulo: Alínea, 2005. Disponível em: <[http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/martim/profes\\_form/teoria\\_debatecontempo.pdf](http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/martim/profes_form/teoria_debatecontempo.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2012

\_\_\_\_\_. **A Didática e as Exigências do Processo de Escolarização: formação cultural e científica e demandas das práticas sócio culturais**. Texto de conferência apresentado no III ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Anápolis, out. 2009.

LOPES JUNIOR, César. **Comparação entre códigos de ética ou deontológicos da odontologia de países ibero-americanos e o código de ética odontológica brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, Bauru, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/25/25141/tde-28052009-154205/pt-br.php>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

MANUAL do Calouro 2012. 23. ed. São Paulo: Coordenadoria de Comunicação Social, fev. 2012. 126 p. Disponível em: <[http://biton.uspnet.usp.br/marketing/manual\\_2012.pdf](http://biton.uspnet.usp.br/marketing/manual_2012.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2012

- MENIN, Maria Suzana De Stefano. Valores na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 91-100, jan./jun. 2002. Disponível em: <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1517-97022002000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-97022002000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jun.2011.
- MEYER, André Johannes. A Solenidade de Abertura do Ano Letivo. **O Iteano**, São José dos Campos, 08 mar. 1954. Disponível em:<  
[http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=O\\_Iteano](http://www.aeitaonline.com.br/wiki/index.php?title=O_Iteano)>. Acesso em: 16 mar. 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.
- MIZOGUTI, Anderson; PEREIRA, Rodrigo Carlos Marques. **Etapas do processo de elaboração de um código de conduta em microempresa e empresa de pequeno porte: uma proposta**. Trabalho apresentado no Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT, Resende, [200-?].
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.
- MORETTO, Pedro Vasco. Avaliação da Aprendizagem: uma relação ética. **Encontro Temático Regionalizado 2007**. [S.l.]: Exponte, 2007. Disponível em: <  
[http://www.escolainterativa.com.br/canais/20\\_encontros\\_tem/2007/Curitiba/Texto%20Curitiba.pdf](http://www.escolainterativa.com.br/canais/20_encontros_tem/2007/Curitiba/Texto%20Curitiba.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2011.
- MORIN, Edgar. **O Método 5: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- NUNES, Fabiano. Especialista culpa falta de “valores sociais” por crime. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2012. Cidades. Disponível em: <  
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,especialista-culpa-falta-de-valores-sociais-por-crime-,908312,0.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2012.
- O CÓDIGO de Hamurabi. **Revista História Viva**, Rio de Janeiro, n. 50, dez. 2007.
- OLIVEIRA, Glycia Melo de; CAMINHA, Iraquitana de Oliveira; FREITAS, Clara Maria Silvestre Monteiro de. Relações de convivência e princípios de justiça: a educação moral na escola. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 261–270, jul./dez. 2010. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a08v14n2.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.
- PARÂMETROS Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. In: SECRETARIA de Educação Fundamental (Brasil). Brasília, 1997, 146p. Disponível em: <  
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2011.
- PARDO, Maria Benedita Lima; COLNAGO, Neucideia Aparecida Silva. Formação do pesquisador: resultados de cursos de pós-graduação em educação. **Revista Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2011, v.21, n.49, p. 237-246. ISSN 0103-863X. Disponível em: <  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200011>>. Acesso em: 29 fev. 2012
- PIMENTA, Maria Alzira de Almeida; PIMENTA, Sonia. Fraude em Avaliações de aprendizagens: Estudo Comparativo entre o Nordeste e o Sudeste do Brasil. **Anais do IV**

**Congreso Nacional y III Encuentro Internacional de Estudios Comparados en Educación.** Buenos Aires, 2011. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/papers4.php>>. Acesso em: 04 jan. 2012

PIMENTEL, Carlos Eduardo; GOUVEIA, Valdiney Veloso; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. Preferência musical, atitudes e comportamentos anti-sociais entre estudantes adolescentes: um estudo correlacional. **Estudos de Psicologia I**, Campinas, v.22, n. 4, p. 403-413, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n4/v22n4a08.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2011.

PINHEIRO, Tatiana. Bernard Charlot: ensinar com significado para mobilizar os alunos. **Revista Nova Escola**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-inicial/bernard-charlot-ensinar-significado-mobilizar-alunos-476454.shtml>>. [2012?]. Acesso em: 19 jul.2012.

PLANO de Desenvolvimento Institucional 2012-2017 da Universidade de São Paulo (versão preliminar). In: UNIVERSIDADE de São Paulo. São Paulo, 2012, 35p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/caf/sites/default/files/arquivos/pdi-versao23.11.2011.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 419p.

PRINCÍPIOS Éticos para o Uso de Computadores na USP. In: NORMAS Usp. São Paulo – Portaria GR nº 3082, de 06 de Outubro de 1997, out. 1997. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

PUIG, José Maria. Aprender a Viver. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação e Valores**. São Paulo: Summus, 2007. p. 65 – 106.

RAMOS, Albenides. **Metodologia da Pesquisa Científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009. 264p.

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA. In: INSTITUTO Tecnológico de Aeronáutica. São José dos Campos, 2011. Disponível em: <[http://www.pro-grad.ita.br/legislacao/Regimento\\_ITA.pdf](http://www.pro-grad.ita.br/legislacao/Regimento_ITA.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2012.

RESOLUÇÃO n.º 4783, de 29 de setembro de 2000 – Estabelece princípios a serem observados para a preservação e valorização do nome e da imagem da Universidade de São Paulo. In: NORMAS Usp. São Paulo, 29 set. 2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/leginf/>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Avaliar: ver mais claro para chegar mais longe. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p.111-116. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=pG3smvYIU9oC&lpg=PA111&ots=zrw742CvSO&dq=AVALIANDO+A+AVALIA%C3%87%C3%83O+INSTITUCIONAL&lr=&pg=PA111&redir\\_esc=y#v=onepage&q=AVALIANDO%20A%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20INSTITUCIONAL&f=true](http://books.google.com.br/books?id=pG3smvYIU9oC&lpg=PA111&ots=zrw742CvSO&dq=AVALIANDO+A+AVALIA%C3%87%C3%83O+INSTITUCIONAL&lr=&pg=PA111&redir_esc=y#v=onepage&q=AVALIANDO%20A%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20INSTITUCIONAL&f=true)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAKANE, Fernando Toshinori (Org.). Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011 – 2020, vol. I. In: INSTITUTO Tecnológico de Aeronáutica. São José dos Campos: ITA, 2011. Disponível em: <[http://www.ita.br/pdi/PDI\\_ITA\\_Anexos.pdf](http://www.ita.br/pdi/PDI_ITA_Anexos.pdf)>. Acesso em: 03 ago. 2012.

SAVATER, Fernando. **Ética para meu filho**. Tradução de Monica Stahel. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 176p.

SCATOLIN, Vivian. Um lugar onde se respira tecnologia aeronáutica. **Aerovisão**, Brasília, ano 31, n. 214, out./nov./dez. 2005. p.16-17 Disponível em:<<http://www.ita.br/online/2005/itanamidia05/dez2005/aerovisaodez052.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

SCHULZ, Almiro. **Ética e Gestão Educacional**. Campinas: Alínea, 2008. 127p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, 288p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Brasil). Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação - 1998. In: BIBLIOTECA Virtual de Direitos Humanos. São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

USP ganha código de ética. **Agência Usp de Notícias**, São Paulo, n. 846, 2001. Disponível em: <[http://www.usp.br/agen/bols/1998\\_2001/rede846.htm](http://www.usp.br/agen/bols/1998_2001/rede846.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2012

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell' Anna. 33 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 304p.

VICHESSI, Beatriz. Como se livrar da indisciplina. In: EDUCAR para crescer. [S.l.], 30 out. 2009. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/indisciplina-sala-aula-509283.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. Ética e Universidade. **PUCVIVA**, São Paulo, ano 7, n. 27, p. 62-66, jul/set. 2006. Disponível em: <[http://www.apropucsp.org.br/revista/r27\\_r11.htm](http://www.apropucsp.org.br/revista/r27_r11.htm)>. Acesso em: 22 maio 2012.